

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BRASIL, Vera Lucia Carneiro Vital.
Vera Lucia Carneiro Vital Brasil
(depoimento, 2015). Rio de Janeiro,
CPDOC/Fundação Getulio Vargas
(FGV), (7h 27min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Vera Lucia Carneiro Vital Brasil
(depoimento, 2015)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 25/09/2015 a 30/10/2015

Duração: 7h 27min

Arquivo digital - áudio: 9; Arquivo digital - vídeo: 9; MiniDV: 9;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: América Latina; Anistia política; Belo Horizonte; Chile; Congressos e conferências; Ditadura; Ensino; Família; Farmácia; Golpe Militar no Chile (1973); Igreja; Medicina; Militância política; Militarismo; Movimento estudantil; Movimentos sociais; Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; Partido dos Trabalhadores - PT; Perseguição política; Política; Psicologia; Regime militar; Repressão política; Rio de Janeiro (cidade); Saúde mental; Tortura; Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Sumário

1ª Entrevista: 25/9/2015 Origens familiares; as influências políticas familiares; a vivência em uma vila militar; a trajetória escolar; a atuação de seu pai como químico; o vestibular para Medicina em Belo Horizonte; a falta de registros em 1964; a mudança para o Rio de Janeiro; o ingresso na Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a aproximação com o movimento estudantil; os impactos do regime militar; o apoio dos professores; a atuação no diretório acadêmico de Farmácia; o diálogo com as Organizações Parapartidárias (OPPs) ; a ligação do movimento com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); o contato com uma nova literatura; a prisão no Dops em 1968; a semiclandestinidade; a ida para o Chile; o momento que foi levada ao Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI); a pressão policial; a tortura; o cotidiano da prisão; a visita da família; a colação de grau; o assédio sexual dentro da prisão; a saída da prisão; a saída do país; o exílio no Chile; a mobilização social no Chile; o curso de Belas Artes em 1973 no Chile; o golpe no Chile; a aproximação com outros brasileiros em exílio; o bombardeio na Moneda. 2ª Entrevista: 02/10/2015 As dificuldades da vida no Chile; os impactos do golpe militar no Chile; as perseguições aos brasileiros; o retorno ao Brasil; o trabalho no magistério; a ligação com a mobilização de professores em 1976; o curso de Psicologia na Universidade Gama Filho; a grande mobilização na Gama Filho; o retorno à atividade política; o trabalho no Morro dos Cabritos; o diálogo com a Igreja; o silêncio e o terror do Estado; o embrião de escolas comunitárias na Rocinha; a aproximação com o Partido dos Trabalhadores (PT); o trabalho na assessoria do Liszt; a tentativa de criar o apoio das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura; a aproximação com o Grupo Tortura Nunca Mais; a ligação com a Centro de Investigações em Psicologia Social (CIR); a equipe de terapeutas do Tortura Nunca Mais; a criação da rede latino-americana e do Caribe de saúde mental e direitos humanos; o grupo de atendimento psicológico e psiquiátrico no Ditadura Nunca Mais; a questão da violência do Estado; a saída do Grupo Tortura Nunca Mais; os programas de assistência a Saúde Mental na América Latina; a vinculação ao Coletivo RJ Memória; a criação do Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro; as reuniões iniciais do Coletivo; a criação da Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça; o projeto Clínicas do Testemunho; a organização de uma equipe na Comissão Estadual da Verdade; a formação do grupo do Hospital Central do Exército (HCE); os congressos da Comissão Nacional da Verdade. 3ª Entrevista: 30/10/2015 A experiência da Clínica do Testemunho; a construção da clínica; os depoimentos das vítimas e das testemunhas; as discussões acerca da impunidade; as experiências clínicas; as

relações com outros países da América Latina; as discussões sobre reparação; o Conselho Internacional para Reabilitação das Vítimas de Tortura (IRCT); o Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura; as políticas de reparação; o acolhimento das pessoas que tinham passado por situações extremas; os seminário na América Latina; a elaboração do estatuto de funcionamento da Rede; as Comissões Estaduais de Reparação; as especificidades do DOI-Codi; a ligação com a União de Mobilização Nacional de Anistiados (Umna); a questão da memória; as diferentes lógicas de reparação; a Lei 9.140; a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos; o papel dos familiares e de ex-presos políticos foi fundamental no processo; as limitações da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos; o material investigativo; a Lei da Anistia; a luta por verdade, memória e justiça; os Fóruns de Participação; o papel de encorajamento da Comissão da Verdade; a primeira vez que falou publicamente sobre ser ex-presa política; as produções fílmicas acerca da ditadura; a dimensão pública do testemunho como reparação; o Congresso de Direitos Humanos de 2008; o Plano Nacional de Direitos Humanos; a violência do Estado; projetos futuros; a pacificação nacional; a reconciliação nacional; o pós ditadura no Brasil; os processos na processo na Justiça Militar; os processos na Comissão de Reparação; o seu testemunho; a produção do registro; a Comissão de Reparação do Rio de Janeiro; os casos de indeferimento; o período de perseguição; a reparação simbólica; os desdobramentos da Comissão da Verdade; propostas para o Executivo; a continuidade das investigações; conclusões e agradecimentos.

1ª Entrevista: 25/09/2015

D.P. – Bem, Vera, primeiro, eu agradeço a sua presença aqui, e a gente quer começar pelo começo da sua vida, para você falar um pouco sobre a sua origem familiar, quando você nasceu, seus estudos.

V.B. – Ok. Bom, eu nasci em 1946, em 4 de julho de 1946; sou de uma família de classe média; meu avô foi um patriarca, Vital Brazil Mineiro da Campanha, uma figura de destaque, digamos, no mundo científico: fundou o Butantan, fundou o Instituto Vital Brazil, aqui em Niterói, numa época em que as políticas sanitárias, [as políticas] do sanitarismo, aqui no Brasil, estavam se dando, estavam crescentes, e ele inaugurou o Instituto Vital Brazil, em Niterói, onde eu nasci. Sou filha de Ruy Vital Brazil e Alda Vital Brazil, que foram, na verdade, pessoas da mesma... criados como, digamos assim, quase irmãos, primos. A família da minha mãe... Tanto meu pai quanto minha mãe perderam as mães muito cedo, e eles, por uma certa coincidência... Um tio da minha mãe se casou com uma tia do meu pai, então, eles foram criados praticamente juntos, como irmãos, e acabaram se apaixonando e se casaram. Eu tenho... Tinha. Nós éramos um núcleo familiar de seis irmãos – já perdi dois irmãos –, e uma família que, pela tradição do meu avô, que era um pesquisador e que, certamente, fez um trabalho importante e que foi reconhecido pelo Estado brasileiro, na época, como aquele que foi o cientista que fez avançar os estudos sobre o soro antiofídico e criou o soro antiofídico... Ele se desencantou muito com a política, e na minha casa, praticamente não se falava sobre política. Meu pai... Nós nascemos todos em Niterói, e meu pai dirigiu algum tempo o Instituto Vital Brazil, mas, quando eu era muito pequena, eu tinha dois anos de idade, houve um desentendimento na direção do Instituto Vital Brazil, onde ele era diretor técnico, e nós fomos para passar um ano no interior de São Paulo, numa cidadezinha bem pequena, que foi uma indicação de um amigo da família, que convidou o papai para trabalhar lá. Papai foi um dos primeiros químicos formados pela Universidade do Brasil. Acho que foi a segunda turma. E aí nós fomos para Piquete, que é uma cidade onde nós vivemos numa vila militar, uma vila militar que era composta pelos diretores e os funcionários militares da fábrica de pólvora sem fumaça,

a Getúlio Vargas¹. Nessa época, era uma fábrica importante, porque as armas ainda eram produzidas com esse tipo de pólvora. Eu acho que já estava mais ou menos em decadência. Hoje, está em total decadência. Estive lá dois anos atrás e, realmente, essa vila – eles chamam de Vila Estrela – que era habitada por esses oficiais e por alguns civis, poucos civis – eram cinco civis –, dentre eles, o papai, que era o único químico formado, de curso superior, e outros técnicos em química e um engenheiro... Eram pouquíssimos. Os outros eram todos militares, e militares técnicos, que tinham uma... eram engenheiros, ou pessoas que estavam mais ligadas realmente a essa área de produção de... E a minha infância, então, foi toda passada nessa vila militar, onde nós tínhamos uma vida muito social, com muitas crianças, e ao mesmo tempo, uma vida cultural muito restrita a esse âmbito do cinema, da cultura local, com uma, digamos, separação bastante nítida do restante da cidade, que era geralmente constituída ou por fazendeiros daquela região ou, então, por operários da fábrica, a fábrica de pólvora sem fumaça. E muitos desses operários vinham também de Lorena, da cidade próxima, ali da redondeza. Então foi uma infância gloriosa, no sentido de que era uma vila militar muito tranquila, pacata, com muitos jogos, cavalos, um ambiente agradável, do ponto de vista da sociabilidade. Quando chegou o momento da... Porque essa cidade é uma cidade muito pequenininha do interior de São Paulo. Aliás, é uma cidade que decresce dia a dia, cada vez tem menos gente, porque se desativou grande parte da fábrica, então, ela regrediu. E nós fomos, então, para... estudar... Quer dizer, eu e meus colegas da mesma idade, nós fizemos o ginásio, e o científico, a gente já saiu, já foi para Lorena, que é a cidade ali próxima. Havia um grupo de pessoas que tinham estudado juntas o primário e o ginásio. E como vocês sabem, os militares têm uma vida itinerante: eles estão sempre se deslocando e mudando, depois de algum tempo. Essa parceria das colegas e dos colegas, dos meninos e meninas, alguns deles ainda estavam lá e, com alguns, eu continuei os estudos no segundo grau. E foi uma experiência importante, porque começamos a conhecer outros mundos, também, ali da cidade do interior, em Lorena, e fazer outro tipo de relação com a cidade. Porque, como eu disse anteriormente, a cidade de Piquete está um pouco distanciada. Apesar de que, para surpresa da minha mãe e desgosto dela, eu adorava ir para...

¹ Atual Fábrica Presidente Vargas, uma das unidades de produção da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel).

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

V.B. – Então, a gente ia estudar em Lorena...

D.P. – Quer dizer, você ia e vinha. Morava em Piquete.

V.B. – Isso. Eu morava em Piquete, mantinha as relações lá nessa comunidade, digamos assim, que era a Vila Estrela, mas íamos e voltávamos todos os dias, esse grupo de pessoas. E eu me lembro, quer dizer, estava me recordando de um episódio que, ainda que essas diferenças sociais eram fortemente demarcadas entre os funcionários, operários da fábrica, operários médios, era fortemente demarcada em relação aos militares, a mamãe ficava escandalizada quando eu tomava a charrete do moço que vinha trazer os filmes para a Vila Estrela e levava para a cidade. Quando eu era garota, adorava andar de charrete, e ela ficava horrorizada, porque, afinal de contas, era... “Imagina! Como é que você vai andar com o charreteiro de cima para baixo?!” Só para ilustrar a diferença social, que era muito marcante, entre... E nós tínhamos amigos no ginásio em que essas distinções não se faziam, porque não havia essa discriminação, a não ser do olhar dos mais velhos sobre a situação. Por sua vez, meu pai também passava a receber alguma discriminação por ser civil, dos militares em relação a ele. Porque o grupo de militares mantinha essa diferença e esse certo sentimento de exclusão de quem não era militar. Então, tem aí um componente diversificado de pressões e de discriminações.

A.D. – Mas isso no convívio na vila, também? Ou só no momento de trabalhar na fábrica?

V.B. – Não. Na fábrica, também.

A.D. – Também. Mas na vila, ali no convívio cotidiano, também?

V.B. – Na vila militar, um pouco. Mas não era tão nítido. Porque nós éramos crianças etc. e tal, então, a criançada toda não entrava por esse circuito. Eu, por exemplo, não me lembro de ter sofrido nenhuma discriminação em relação aos meus companheiros filhos

de militares, quando criança. Nunca senti. Mas eu sei que meu pai foi alvo de discriminação. E o papai foi para lá para ficar um ano e acabou ficando 18 anos.

D.P. – Dezoito?

V.B. – Dezoito anos. Foi uma existência. Até ele se aposentar. Porque a situação do Instituto aqui em Niterói não se alterou substancialmente e ele foi ficando, ficando... Muitos dos meus irmãos já... Eu sou a mais moça.

D.P. – E lá, fazendo pesquisa? Ou ele...?

V.B. – O papai fazia pesquisa, lá no laboratório onde ele trabalhava. Ele conseguiu recuperar um material que estava sendo colocado fora. Foi uma atividade importante que ele conseguiu desenvolver, com o apoio inclusive de um militar que se tornou grande amigo dele e nosso – as nossas famílias se tornaram muito amigas. Ele recuperou um material que ia ser jogado fora e beneficiou esse material. Então era um cara estudioso, que gostava... sempre muito quieto, muito reservado, muito fechado. Papai era uma pessoa muito para dentro. Enfim, então, lá, nós tivemos uma experiência importante, do ponto de vista do desenvolvimento da nossa infância, mas também marcado por certas discriminações dos militares em relação a nós. Meus irmãos são todos mais velhos que eu – sou a sexta filha – e eles já tinham saído de lá para estudar: um, fazendo engenharia; outro, medicina; outro, letras... Só a minha irmã mais próxima a mim ficou algum tempo, e logo, com 17 anos, veio para o Rio. Então eu fiquei sozinha algum tempo lá. E resolvi fazer pré-vestibular em Belo Horizonte. Então, de lá de Lorena, terminei o segundo grau e fui fazer vestibular em Belo Horizonte.

A.D. – Quando foi isso?

V.B. – Isso foi em 1966.

D.P. – Então, antes de você ir para Belo Horizonte... E quando teve o golpe de 1964, vocês, lá nessa cidade, [inaudível] nada?

V.B. – Nada, nada.

D.P. – É mesmo?

V.B. – É impressionante, impressionante! Não se falava nada, nada. Eu não tenho registro algum.

D.P. – **Você não tem registro** de nada? Que mudou...? Nada?

V.B. – Nada.

D.P. – Nada do Jango? Nada?

V.B. – Nada. Não havia...

D.P. – E você já tinha...

V.B. – Porque o papai...

D.P. – Você já tinha quase 18 anos, não é?

V.B. – É, já tinha quase 18 anos. Mas isso não era uma questão, entende? Porque, se na família nós não tínhamos nenhuma conversa sobre política e lá no ambiente tampouco...

D.P. – Mas você não lembra nem na televisão ou no jornal, nada da queda do Jango, da confusão no Brasil?

V.B. – Nada, nada. É impressionante. Era zero, *tabula rasa*.

A.D. – Isso não repercutiu na vila militar, também?

V.B. – Não. Se eu tivesse... Acho que eu escutei falar... “Ah, houve uma mudança de governo”, ou uma coisa assim, mas muito... Sem nenhum sentido para mim. Então eu fui...

D.P. – E por que você escolheu Belo Horizonte para estudar?

V.B. – É em 1966 ou 1965? Agora eu não me lembro.

D.P. – Mas tudo bem, depois do golpe que você vai, não é?

V.B. – É depois do golpe.

D.P. – Mas por que Belo Horizonte?

V.B. – Por que Belo Horizonte? Porque uma irmã da minha mãe morava em Belo Horizonte e era uma tiona: já tinha recebido meu irmão, e me recebeu. Eu tenho uma prima que é mais ou menos da mesma idade que eu, um pouquinho mais moça, que também ia fazer pré-vestibular, então, nós fomos juntas fazer pré-vestibular. Nesse pré-vestibular... Nessa época, esse meu tio, que era casado com a minha tia, ele era também pesquisador da área de biologia. Era um médico sanitarista que trabalhava na área de... Esqueci o nome da doença que ele investigava. Mas era um cara também muito centrado, um cara culto, mas conservador, de pensamento conservador. Havia um pouco mais de discussão, naquele ambiente familiar, sobre as questões políticas. Tinha havido perseguição no laboratório dele; uma pessoa conhecida dele – Aníbal, me parece – tinha sido afastada do núcleo de pesquisa. Ele estudava caramujos, e a doença é esquistossomose, nesse núcleo lá de Belo Horizonte, que era um núcleo de doenças tropicais. Então, esse primeiro ano em Belo Horizonte foi um ano também muito conturbado, não só porque era um outro ambiente familiar como, também, uma adaptação numa cidade maior, e minha prima, as nossas relações não estavam muito bem afinadas. Então terminei... Eu não passei para medicina – porque eu estava querendo fazer medicina, na época.

A.D. – Lá na UFMG?

V.B. – Era a UFMG. E a minha colega de científico passou. Então, ela ficou lá e eu vim para o Rio para fazer vestibular. E medicina sempre foi, para mim, algo meio esquisito, porque eu era muito sensível, eu não gostava de ver sangue, essas coisas. Qualquer pessoa que desmaiasse perto de mim, eu já ficava perturbada. Enfim, eu fui fazer farmácia, a pedido da minha mãe. Minha mãe achava farmácia maravilhoso. Então eu fui para a UFRJ. Fiz farmácia.

D.P. – E você veio morar aonde? Sozinha?

V.B. – Não, não. Tinha uma outra tia.

D.P. – **Tinha uma tia aqui, a família.**

V.B. – Porque você sabe que os percursos familiares são todos...

D.P. – Aí você foi morar com a sua tia e fazer farmácia.

V.B. – Com minha tia e minha madrinha, que morava aqui no Rio. E ela então me convidou para morar com ela. Então eu fiz vestibular e fui estudar na UFRJ. E foi na UFRJ que a ficha caiu. E aí foi interessante, porque foi uma retrospectiva que eu pude ter, digamos, com a proximidade do movimento estudantil. Na época, a Ana Miranda, que vocês conhecem, era já uma ativista, no primeiro ano, e ela já vinha marcada pelo ativismo político desde o segundo grau, e já havia um grande movimento ali na Praia Vermelha de movimento estudantil.

D.P. – Isso é em 1967? Em 1966 e 1967?

V.B. – Não. Foi em 1967.

D.P. – Em 1967.

V.B. – Ah, sim! Então eu fui para Belo Horizonte em 1965. Em 1966, fui fazer o vestibular, e em 1967, na universidade. E aí a vida universitária ali naquele campus da Praia Vermelha era de uma efervescência, de uma discussão... Eram debates, eram encontros, era sentar na grama e conversar com uma porção de gente. Então foi uma experiência absolutamente inovadora na minha vida.

D.P. – E palestras, não é?

V.B. – Palestras, Leite Lopes falando sobre as coisas mais variadas... Porque ali tinha tudo: tinha educação física, onde é, atualmente, comunicação; tinha farmácia; as aulas de botânica eram todas naquela região ali; tinha o Instituto de Física; tinha psicologia; tinha serviço social. Era tudo ali naquele núcleo. Então havia uma interação entre esses cursos e os alunos desses cursos. Era muito interessante. E a minha faculdade tinha um tremendo de um diretório. Não do ponto de vista político, porque não era tão politizado assim, mas o espaço físico era muito bom e abrigava muitas reuniões, também. Vinha gente de fora. Os secundaristas se reuniam muito lá. Então foi uma troca também muito interessante com os secundaristas, que estão batalhando por mais vagas na universidade, na época. Esse diretório... E tinha esse espaço enorme porque ele recebia estudantes de diversos outros países: a gente tinha colegas bolivianos, peruanos, e eles moravam nessa... Havia uma Casa do Estudante da Faculdade de Farmácia, ali. Então foi uma época...

D.P. – No próprio campus, ali?

V.B. – É, no campus. E na parte de baixo tinha um salão de pingue-pongue e tinha uns armários, onde a gente guardava as coisas. Porque a gente passava de sete horas da manhã até cinco ou seis horas, na universidade. Era um regime de um curso integral, que a gente tinha que ter materiais lá guardados nos armários. E também tinha esse lado lúdico, do pingue-pongue, do totó, dessas coisas, que também eram uma fonte de atração, para dar uma relaxada.

A.D. – E as aulas e os professores, eles eram bacanas, eram legais?

V.B. – Olha, alguns deles, sim. Eu tenho até, digamos... Tive até o apoio... Quando estava presa, que me levaram para fazer uma prova lá, dois professores tiveram um papel muito importante. Eu estava presa, fui fazer uma prova já de segunda época... Porque eu caí antes da... no final do ano de 1969, e durante os primeiros meses do ano seguinte, de 1970, eu fiquei presa e não pude fazer a prova na época, então, fui fazer segunda época. Me levaram. Papai conseguiu que fossem lá me levar...

D.P. – Levaram a prova para você?

V.B. – Não. Eles me levaram à universidade para fazer a prova. Porque era uma prova de aula... de química inorgânica...

D.P. – Você, presa, foi fazer a prova? É isso?

V.B. – É. E aí eu fui fazer a prova com a escolta, e essa professora, a professora Terezinha, disse para eles: “Vocês fiquem aqui do lado de fora, porque ela vai ficar comigo, ela está sob a minha responsabilidade”, que foi uma atitude muito firme da parte dela.

D.P. – **E decente.**

V.B. – Ela fechou a porta e me interrogou naquilo que dizia respeito à matéria. Quer dizer, eu, na verdade, fiquei muito agradecida, porque...

D.P. – Nossa!

A.D. – Claro!

D.P. – Corajosa.

V.B. – Porque ter uma atitude como essa... E o outro professor foi o professor Seabra, que foi depor a meu favor, dizendo que eu era uma ótima aluna. Foi a primeira vez que eu fiquei de... que eu não cheguei à nota e que ia fazer prova entre o Natal e o Ano-

Novo. E aí, como eu estava presa nessa época, não pude fazer, eles me levaram mais tarde. Mas depois eu conto porque é que eu acho que isso aconteceu. Bom, então, foi na universidade, na Faculdade de Farmácia, que eu tive esse primeiro contato. Na ocasião, o movimento estudantil estava bastante efervescente: passeatas, manifestações, debates. Eu fui para o diretório da farmácia. Houve um determinado momento que meu nome foi... Nós participávamos, nos espaços universitários, no diálogo com professores e com... Acho que com o reitor, também. Porque havia aquele fórum de professores e alunos...

D.P. – As comissões paritárias, não é? **[Inaudível]**.

V.B. – É, das comissões paritárias. A gente participava daquelas reuniões. Então... Não era com o reitor; era com o diretor da faculdade e com os professores catedráticos. Então foi uma experiência inteiramente inovadora na minha vida, que produziu uma ruptura em relação àquela trajetória de família que eu vinha tendo e, também, de costumes e valores, porque isso vai reconstituindo outros caminhos. Nessa ocasião, já estavam, no movimento estudantil, vários grupos políticos organizados em torno de partidos políticos. Eu me vinculei... A Faculdade de Farmácia tinha um núcleo do PCBR, ligado ao PCBR. Não era... Nós não éramos... Não tínhamos sido integrados ao PCBR. Eram núcleos próximos ao PCBR, os chamados OPPs.

D.P. – OPPs – Organizações Parapartidárias.

V.B. – É. E tínhamos... Eram as garotas da farmácia: era a Ana, eu, Teca e Mônica.

D.P. – Ana Bursztyn, Ana [Bursztyn] Miranda...

V.B. – É. Éramos as quatro.

D.P. – Teca e...?

V.B. – Teca e Mônica. A Mônica é filha daquela professora Maria...

D.P. – Qual é a área dela? História?

V.B. – É.

D.P. – Maria Yedda Linhares?

V.B. – É, Maria Yedda Linhares. E a Mônica é Mônica Horta. Então éramos as quatro da farmácia, e tínhamos a supervisão, digamos assim, com o Marquinho, com o Marco Nascimento, que era o nosso companheiro da Faculdade de Economia. Porque os dois diretórios eram porta a porta, então, essa convivência entre economia e farmácia era muito...

A.D. – Próxima.

V.B. – ...próxima.

D.P. – Você começou a fazer...? Tinha grupo de estudo? Você começou a ler aquelas coisas, Politzer...?

V.B. – É. Começamos com o grupo de estudo e daí se formou um núcleo mesmo do movimento estudantil ligado ao PCBR.

D.P. – Quer dizer, você começou a ter conhecimento de uma literatura que você nunca tinha ouvido falar.

V.B. – Nunca, absolutamente. Esse era um mundo novo para mim, totalmente novo. E já tardiamente, não é?

D.P. – Aí leu Lênin, o *Que fazer?*, [inaudível]?

V.B. – Sim, toda aquela bibliografia. [riso]

D.P. – Tinha todo um percurso, não é?

V.B. – É, que era, digamos, já uma metodologia instituída nas organizações. E, na verdade, eu comecei tarde, porque não tinha tido nenhum antecedente, anteriormente... Por exemplo, professores de história: nesse curso de segundo grau que eu fiz lá em Lorena, era estudar as marcas dos edifícios gregos, para vocês terem uma ideia, tal era a alienação. Nada sobre política.

D.P. – Não estudava Brasil Contemporâneo. Nem Brasil Contemporâneo você estudava, não é?

V.B. – Não! Imagina! Não chegava nem perto. Era totalmente...

D.P. – Chegava na República, a Proclamação da República, e ponto.

V.B. – Nem chegava nisso. O que eu me lembro era...

A.D. – Revolução Francesa só.

V.B. – Era Grécia, Grécia Antiga. Era basicamente isso.

D.P. – **Quando tinha** Brasil, era assim, até a República – não sei se você lembra –, a Proclamação da República, Deodoro. Parava aí.

V.B. – Muito *en passant*. Porque isso daí já era final do ano, era tudo corrido e os detalhes... Acho que ela... Essa professora adorava a cultura grega, então, trazia muito dessa dimensão arquitetônica da Grécia. Então, essa aproximação com esse campo, com o campo da esquerda, para mim, foi tardia, foi no primeiro ano da faculdade. No segundo ano, nós já estávamos com uma visão... Era uma visão muito idealizada do processo, achando que nós íamos... já estávamos próximos da revolução nesse país. E eu me lembro das discussões que a gente tinha nos grupos de estudo, que “nós estamos chegando lá” etc. e tal, “olha só”. Bom, isso foi também uma marca, quando começou a haver o endurecimento. Em 1968, já passa... No segundo momento do movimento estudantil, todos aqueles que já tinham sido mais vistos começaram a entrar na

clandestinidade, até por uma estratégia que as organizações tiveram. Eu era uma pessoa de base, então, nunca foi cogitado isso. Estava começando a fazer treinamento. Tinha tido um treinamento. Estávamos buscando lugares para fazer treinamento – saindo do Rio, para buscar alguns espaços mais preservados para fazer treinamento militar. Isso, assim, na base da base. Aprendendo a fazer molotov e essas coisas. A Barra da Tijuca, na época, era basicamente vazia, então, eu me lembro que às vezes a gente ia para lá, para discutir essas questões e fazer alguns treinamentos. Uma coisa muito incipiente. Quando foi em 1969...

D.P. – Em 1968, você está participando de tudo, inclusive das passeatas...

V.B. – Ah, com certeza!

D.P. – ...de Edson Luiz, e mobilizada.

V.B. – Com certeza! Com certeza!

D.P. – Teve aquela repressão violenta na Faculdade de Medicina. Você estava lá?

V.B. – Eu fui presa, nessa ocasião, em... Em 1969 ou 1968?

D.P. – Acho que é 1968.

V.B. – Foi 1968, em junho de 1968. Nós estávamos numa assembleia lá na universidade, inclusive o reitor estava lá, e professores e alunos, e o Vladimir liderando essa turma toda, e eu me lembro, quando começou a engrossar o caldo, porque a universidade começou a ficar cercada... Ali naquele teatro de arena. Tem fotos ali muito bonitas, daquele momento. E me lembro muito bem do Vladimir dizendo assim: “Eles estão lá e nós estamos aqui. Nós vamos ficar aqui e eles vão ficar lá”. [riso] Não tinha nenhuma alternativa, mas era o que a gente estava vivendo naquele momento. Foi muito... E foi um momento muito tenso, porque, quando houve a dita liberação, nós fomos saindo pelos portões da universidade e logo em seguida veio a polícia jogando bombas de gás lacrimogêneo. O reitor na época foi à frente dos estudantes, e alguns

professores. Não me lembro se tinha professores. Acho que eram mais estudantes, na época. E ele foi à frente e recebeu quase que uma bala de gás lacrimogêneo nos pés dele. Foi uma coisa muito violenta. Então a gente... Grande parte dessa estudantada se dirigiu ali para o campo do Botafogo², que foi a possibilidade de saída; outros foram para trás, para aquele prédio ao lado, e conseguiram escapar – alguns deles conseguiram pegar carona e fugiram. Mas o grupo ao qual eu estava... perto de mim, na hora da corrida, foi para o Botafogo. Então nós fomos presos no Botafogo, e tem até umas fotos, dessas que são transmitidas frequentemente, da gente com mão na cabeça. Eu estou numa dessas fotos. E fomos levados então para o Dops. Não sei quantos alunos foram para o Dops. Acho que uns 200. Ou mais. Ficamos algum tempo lá. Eu, agora, há pouco tempo, visitei...

D.P. – Você foi levada num camburão? Num carro daqueles...

V.B. – Não me lembro, não me lembro como é que nós fomos levados. Mas a gente levou paulada, lá nos muros do Botafogo. A gente ficou de cara para o muro, com mãos para cima, e os policiais passavam dando cacetada nas pernas da gente. Foi violento, violento. Então nós fomos para o Dops, ficamos lá um bom tempo, para sermos fichados. E agora, há pouco tempo, indo ao Dops, eu me lembrei de uma escada que nos fizeram subir. É uma escada até muito bonita, toda de ferro batido, que foi retirada. Essa escada já não... Mas tem as marcas da escada. Eu tenho até a fotografia das marcas da escada. Quando nós fomos fazer, no movimento Ocupa Dops e junto da Comissão Estadual da Verdade, nós fomos fazer uma diligência lá, eu vi que aquele espaço está bem alterado internamente. Mas, enfim, nesse dia, nos ficharam e foram liberando, desde que houvesse alguém da família que fosse nos buscar. Eu não tinha ninguém da família. Essa minha tia com quem eu morava era uma senhora já de idade, mas ela chamou um amigo da família... Não. Chamou o meu tio, um tio irmão do papai, também, que morava aqui no Rio e que foi, com esse amigo da família, com o Eduardo – era o tio Álvaro e o Eduardo –, foram lá me buscar. E aí, de volta para casa, um sermão daqueles que vocês podem imaginar, não é? Mas, enfim, continuei no movimento estudantil, e me enamorei de uma pessoa que era do Ifcs, com quem eu fui

² Clube Botafogo de Futebol e Regatas.

para o Chile. Quer dizer, ele foi para o Chile e depois eu fui. Depois da minha prisão, quando eu saí, eu fui para o Chile. Nós já estávamos juntos, eu já estava fora de casa, no final do ano de 1969, já estava morando com ele, semiclandestina – porque eu estava indo à universidade, mas não estava na minha casa, onde meu endereço estava registrado na universidade. Já várias pessoas conhecidas estavam caindo e, por precaução e também por vontade de estar junto, nós fomos morar juntos.

D.P. – Ele era militante do BR, [inaudível]?

V.B. – Não, ele não era militante do... Ele não era organizado. Mas era uma pessoa... Era uma pessoa muito polêmica politicamente, mas era uma pessoa que escrevia muito no jornal do Ifcs. O Ifcs tinha uma efervescência muito grande, política. E ele já tinha se formado, no ano anterior, na área de filosofia. O Paulo estava comigo, no dia em que eu fui presa. Chamava-se Paulo, também.

D.P. – Ia até perguntar.

V.B. – Não é o mesmo Paulo. [riso] Paulo Huet Bacellar. Esse era estudante de filosofia. Era professor de filosofia. Então nós estávamos... Eu tinha ido... Nesse dia, nós íamos viajar para Lambari, porque minha família tem uma casa em Lambari, no interior de Minas, e todo ano a gente ia passar o Natal lá etc. e tal. Eu estava indo lá para Lambari, tínhamos comprado passagem...

D.P. – Com ele?

V.B. – ...para mim e para ele, para ele ser apresentado à minha família, quando eu passei na casa da minha tia Vitalina, onde eu morava anteriormente, para pegar uma calça comprida. Isso foi dia 23 de dezembro, dia 22 ou 23 de dezembro. Foi bem antes do Natal.

D.P. – Bem em cima do Natal.

V.B. – Bem em cima do Natal. Então nós estávamos lá, quando bateu a campanha e eu fui ver quem era. Abri a portinhola... Porque naquele apartamento tinha aquela portinhola e você via a pessoa perfeitamente. Aí eles perguntaram por mim. Eu saquei. Já tinha caído o pessoal do assalto ao banco, do BR, o Paranhos, o Gentile... Essa turma já tinha caído dias antes, porque eu acho que foi por volta do dia... entre o dia 10 e o dia 16, e eu logo percebi que eram os tiras. Todos vestidos de civil. Aí eu disse: “Não, ela não está, não”. E ele disse: “Ah, então eu queria falar com alguém da família”. E a minha tia que estava nessa casa não era a tia Vitalina, a dona da casa, era essa com quem eu morei lá em Belo Horizonte, que estava com a filha, com o genro e com uma criança de um ano. E aí ela foi lá. Eu dei a volta, tirei tudo que estava dentro da minha bolsa que pudesse ser comprometedor, joguei por uma janelinha que dava para o outro edifício. Era no sexto andar, então, ficou protegido.

D.P. – Mas jogou fora ou jogou para um lugar que você podia pegar depois?

V.B. – Não, não. Eu joguei fora todos os contatos que eu tinha, um caderninho...

D.P. – Jogou fora mesmo, se desfez.

V.B. – É. Um caderninho de endereços. Era um basculante que tinha para um lugar inacessível. E fui tentar sair pela porta dos fundos, porque dava para um outro saguão. Aí, quando eu tentei sair, a empregada disse: “Eles já estão aqui na porta”. Aí eu fui lá e me apresentei. Porque o militar que chegou para me prender era um militar que pediu a carteira de identidade de todas as pessoas da casa. Tinha essa prima da minha idade... Ele me viu. Ele disse: “E aquela pessoa que me recebeu?”. Aí eu apresentei a minha carteira de identidade, e ele me disse: “Eu preciso que você vá lá só para tirar uma dúvida de algumas... Dar uma entrevista etc. e tal”. Não fez nenhuma ofensa, não fez nenhuma agressão ali àquele núcleo familiar. E esse meu primo, casado com a minha prima, disse: “Ah, então eu vou com você”. E o Paulo, meu marido, meu companheiro na época, ficou quieto, porque ele sabia que ia levar um pau danado, porque tinha muita coisa escrita na universidade, ele já tinha participado lá do Ifcs, de milhões de assembleias etc. e tal. Ficou quieto, calou a boca, ficou na sua. Eles não tinham informação sobre ele, ele não era do PCBR – eu estava sendo chamada... Caí por causa

do núcleo do PCBR que já estava preso. E então eles me levaram. Aí, num camburão. Estava uma parafernália lá embaixo, na porta de casa, e eles me meteram no camburão.

D.P. – E seu tio junto? Na frente [**inaudível**]?

V.B. – Não. Meu primo foi atrás.

D.P. – No carro dele mesmo?

V.B. – Não. No carro dele, não.

D.P. – No carro dos caras?

V.B. – [Foi] dentro do camburão, também.

D.P. – Foi com você, junto, no camburão?

V.B. – Eu fui num... Porque era aquele camburão grande, que tinha vários assentos, lembra? [risos]

D.P. – Lembro. Passei muito, também. [risos]

V.B. – Você viajou muito nele, não é, Dulce? Só rindo agora, não é? E aí eu fui na frente, entre os dois militares, que não estavam fardados, e ele foi atrás, no banco de trás. E era aquele camburão que tinha aquela caçamba lá atrás, escuro. E nós entramos então no DOI-Codi. Foi lá para a Barão de Mesquita. Aí me levaram ali para aquela sala do Fontenelle, que era aquela sala onde tinha aquela figura da Scuderie Le Cocq. Dei de cara com aquilo. Já é um impacto, não é? Porque aquilo é terrível. E aí o major Fontenelle estava atrás... estava na mesa dele, e aí começou a me interrogar. Sem me agredir.

D.P. – Nessa altura, seu primo, você nem via?

V.B. – Não, não. Mandaram ele embora. Chegou lá, eles...

D.P. – Ele entrou, não é?

V.B. – “Não, não. Ela vai ficar aqui.”

D.P. – Ele entrou no DOI-Codi?

V.B. – Ele entrou e botaram ele para fora. Aí o Fontenelle começou a me fazer algumas perguntas e disse: “Ah, não, acho que você está mentindo, porque...”. O argumento que eu levantei é que eu estava... eu tinha me desvinculado do movimento estudantil, e aí ele disse: “Não, é mentira, o que você está falando. Vamos dar uma volta aqui”. Aí me levou para aquele salão que havia na parte de baixo do DOI-Codi, onde havia várias pessoas que estavam nas latinhas, de cara para a parede, e com um soldado atrás, para não deixar o pessoal sair da latinha. Garotos que estavam todos roxos, machucados etc. e tal, que eu acho que era, não tenho certeza, mas eu acho que era o pessoal da VAR, que tinha caído antes. E aí fizeram eu voltar para a sala, me disseram: “E tem uma pessoa aqui que você conhece”. Entrou o Paranhos. Irreconhecível. Irreconhecível. Cabeça raspada, tudo roxo, uma cara que eu realmente não reconheci, mesmo. Ele, praticamente desnudo, só com uma calça rasgada, e muito deformado pela violência da tortura. Então ele veio... Parecia um autômato. Veio, ficou na minha frente, disse... “É, Vera, é melhor... Eu sou o Paranhos”. Eu disse: “Não te reconheço”. “Aqui está assim...” Foi muito difícil, aquela situação do acareamento, da acareação com ele, pelo impacto. Depois eles trouxeram o Gentile, que foi outro que foi muito torturado, também, e depois é que eles me levaram nesse salão. Foi a introdução para a cena de tortura.

D.P. – Já tinha a tal sala roxa? Nesse momento, não, não é?

V.B. – Não, não. Porque eu... No período que eu estive lá, foi exatamente quando eles fizeram a reforma. Quando eu saí é que já tinha a sala do dragão, da cadeira do dragão. Aí eles me levaram para lá no final, antes de eu sair. Mas aí me levaram lá para cima. E quando eu estava na frente do Fontenelle, bateu o telefone e eu ouvi ele dizendo: “É,

está aqui, sim”. Essa cena, eu fui entender depois de algum tempo, pelo seguinte: minha tia, que estava lá na casa onde eu estava, na casa da minha tia Vitalina, ela, quando eu fui presa, ela ligou imediatamente para um primo meu que é médico e era da Aeronáutica, o Vitalzinho, e aí o Vitalzinho... Olha só: fui saber disso lá. O Vitalzinho tinha um cunhado que era sabe quem? Alfredo Magalhães, aquela figura do Cenimar. Eu não sabia. Nunca tinha visto mais gordo. O Vitalzinho via muito raramente, eventualmente.

D.P. – Alfredo era o que dele?

V.B. – Alfredo era cunhado dele. Ele, militar da Aeronáutica, médico, um médico que trabalhava com análises clínicas, não tinha nada a ver com essa... Mas devia saber que o cunhado dele era uma pessoa comprometida com a repressão. Tanto é que liga para o Alfredo, que liga para o Fontenelle, e o Fontenelle diz: “É, está aqui, sim”. Vem ele me interrogar. Aí já tinham me levado lá para a sala do segundo andar, onde eu fui interrogada por ele. Ele trouxe um catatau de livros...

D.P. – Pelo Alfredo Magalhães? Ou não?

V.B. – Pelo Alfredo Magalhães.

D.P. – Ah! Ele veio te interrogar.

V.B. – Ele veio me interrogar. E no final... Ele trazia aqueles livros... E a história que eu...

D.P. – Livros com as fotos, não é? Com pessoas...

V.B. – Livros com as fotos. E queria que eu identificasse as pessoas. Aí eu identifiquei as lideranças, obviamente, numa manifestação de massa etc. e tal. A versão que eu levantava é que eu estava saindo do movimento e que há meses eu não estava mais vinculada ao movimento. E ele, no final, disse: “Ah, está bom. Você não quer falar? Então você vai ver o que é bom”. E aí ele se apresentou. Ele disse: “Eu sou o Alfredo

Magalhães, irmão da Célia”, do Vitalzinho, do meu primo, mulher do Vitalzinho. Aí saiu, e aí eles me levaram para a sala de tortura. Aí foi aquela situação de tortura, que envolveu...

D.P. – Mas que coisa incrível! Porque conheço casos de pessoas que foram mais ou menos poupadas, quando tinham esses contatos.

V.B. – É. E contatos absolutamente desconhecidos.

D.P. – Não, eu sei. Porque o cara ainda se apresenta.

V.B. – É, no final da situação. Porque eu sabia lá quem era esse cara? Nunca tinha visto.

D.P. – Quer dizer, nesse momento, eles não estão usando capuz? Não tem capuz no DOI-Codi, nada? Estão todos...

V.B. – Não. E nem tinham aquela...

D.P. – Eles **não estão** à paisana. Nem tinham aquela...?

V.B. – Não. Eles tinham o nome deles na lapela. E os que eu vi: Fontenelle, Galvez...

D.P. – Todos militares, até então. Não tinha ninguém de roupa de paisano, não, não é?

V.B. – Não. O que me prendeu... Porque o Correia Lima foi de paisano.

D.P. – Sim, mas lá dentro...

V.B. – E depois, lá dentro... Nessa época, eles ainda usavam o nome na lapela. Então, Correia Lima; Galvez, que estava trabalhando lá naquela época; Fontenelle; e eu acho que o Malhães. Eu tenho quase certeza agora que foi o Malhães que estava nessa época e que torturou esse grupo.

A.D. – Paulo Malhães.

V.B. – É. Porque o filho da puta colocava sempre Magalhães, Manhães, Guimarães... Ele começou a... Nessa época, eles começaram a se dar conta da questão da identificação e começaram a mudar os nomes na lapela. Mas quando eu entrei, em final de 1969, ainda estavam visíveis os nomes. Então eu acho que é, pelo tamanho... Só que ele era magrinho. O Dallari, o presidente da Comissão [Nacional da Verdade], quando nós fizemos a visita lá no DOI-Codi, ele me perguntou...

V.B. – O Dalmo Dallari?

A.D. – Pedro, não é?

V.B. – O Pedro Dallari.

D.P. – Ah, agora, na Comissão da Verdade? [**Inaudível**].

V.B. – É. Porque nós fomos à visita lá do DOI-Codi, e ele disse: “Você acha que foi o Malhães que te torturou, que estava aqui na época?”. Eu disse: “Olha, não posso afirmar, porque eles já estavam trocando todos os nomes e os nomes eram variados. Próximos, às vezes”. Mas eu depois fiquei pensando... A Dalva, por exemplo, acha que é uma outra pessoa. Mas eu não tenho certeza. Eu tenho a impressão que é ele, pela brutalidade dele, entende? A Dalva, quando era jogada na nossa cela... Porque ela caiu depois. Eu caí em dezembro, e esse grupo caiu em meados de janeiro. Então, a Dalva e a Abigail foram trucidadas, e eram jogadas na nossa cela – que era uma cela grande, onde depois nós ficamos –, num colchão no chão, e esse sujeito, o Malhães/Magalhães/Guimarães, vinha e começava a chutar a Dalva na frente da gente. Uma coisa assim... Uma brutalidade. Enfim. Mas a tortura, a minha tortura foi uma tortura... Física, foi num dia, foi na sala ao lado de onde nós ficamos. Era uma sala onde estava toda a parafernália que eles roubaram das casas, dos ditos aparelhos, das casas nossas: aquários, sofás... Era um ambiente bem típico... Típico não, mas raro, pelo acúmulo de objetos que eles foram trazendo e acumulando naquela sala. Eu digo típico pelos objetos, que não tinham nada a ver com aquele ambiente.

D.P. – Isso era no térreo?

V.B. – Não, não. Era na sala ao lado de onde eu fiquei depois.

D.P. – No primeiro andar?

V.B. – No primeiro andar, ao lado da sala da guarda.

A.D. – Era grande, essa sala?

V.B. – Essa sala era grande. Na visita que nós fizemos agora, está cheia de camas-beliches lá.

D.P. – Eu fiquei nessa cela. É bem grande. Nessa sala.

V.B. – Você deve ter ficado na em frente. A que eu fiquei inicialmente era em frente da sala do cabo da guarda, era uma cela para a prisão de militares, era uma cela que tinha uma janela que dava para o pátio e um banheiro, onde não tinha porta. Era uma cela grande. E, ao lado dessa cela, tinha uma sala grande, onde eu fui torturada. E aí foi: choque elétrico, pau de... Não foi pau de arara; foi aquele... Acho que é maricota, aquela... Muitas pancadas com aquele... que tinha uns furos. Eu fiquei toda roxa, não tinha força nas mãos... Os sintomas – os sintomas! – da violência do choque são terríveis, porque a gente não tem controle esfínteriano nem da urina, então a gente fica numa situação muito degradada. E aí, quando pararam de me torturar, que eu não sei quanto tempo foi, me levaram para essa sala ao lado, onde eu tinha ido inicialmente, para essa entrevista entre aspas com o Alfredo.

A.D. – Vera, você foi torturada no primeiro dia de prisão?

V.B. – No primeiro dia.

A.D. – No primeiro dia, já...

V.B. – É. Logo depois do almoço, que eu fui presa – devia ser uma hora e pouco –, cheguei lá, foi no início da tarde. E esse dia também foi terrível, porque foi presa uma moça da VAR que tinha o codinome... tinha o nome de Tereza. É a Dalila Costa, uma gaúcha. E ela... Eles cantavam aquela música, “tenho uma nêga chamada Tereza”. Então a noite inteira foi um horror, com os gritos dela, com os gritos deles, e reviver aquela situação, o medo mesmo que... A tensão que você vive de que vão novamente te levar para a porrada. Então a experiência lá no DOI-Codi foi uma experiência em que essa tensão esteve permanente o tempo todo, porque a gente estava num centro de tortura que a gente sabia que as pessoas eram torturadas a cada momento. Então eu fiquei sozinha nessa cela até o dia 31 de dezembro, quando a Dalila veio. Eles colocaram a Dalila comigo e...

D.P. – Nessa cela ao lado da sala que você foi torturada. É isso? Essa sala grande?

V.B. – É. Na verdade, na época, eles utilizaram essa sala como sala de torturas, ao lado da que nós estávamos. Então a Dalila... Tem uma cena também que eu não esqueço, que foi: no dia 31 de dezembro, um soldado nos deu, para cada uma, uma maçã, que foi um gesto de solidariedade extraordinário, naquelas circunstâncias, não é? Foi muito comovente.

D.P. – Você tem ideia que era Natal, Ano-Novo?

V.B. – Tenho.

D.P. – Eles falaram? [**Inaudível**].

V.B. – É. Porque tinha também a questão dos fogos e das... Eu fui presa antes do Natal...

D.P. – Você foi presa dia 22, não é?

V.B. – Dia 22 ou 23, não sei muito bem qual foi o dia, exatamente. Mas aí teve o Natal, onde eu fiquei todo esse período só, até o dia 31, com a Dalila. E a Dalila foi transferida logo em seguida, não sei quantos dias depois, para outro lugar.

D.P. – Mas, na noite de 31, você estava...? Você ouviu alguma coisa? [OuvIU] fogos? Você estava acordada?

V.B. – Ouvi.

D.P. – Você ouviu?

V.B. – Ah, sim. Eu e ela vimos.

D.P. – Vocês desejaram feliz Ano-Novo?

V.B. – Certamente, não é? [riso]

D.P. – Nossa!

V.B. – Essas questões, a gente não lembra muito bem, não é?

D.P. – **Eu lembro [inaudível].**

V.B. – Você lembra?

D.P. – **[Inaudível].**

V.B. – Logo no início...

V.B. – Então eu fiquei pouco tempo com a Dalila. E a Dalila, como era do Rio Grande do Sul e não conhecia praticamente ninguém aqui no Rio e tinham tomado todas as coisas dela, eu dei o telefone e o contato com a minha família para ela. Foi muito curioso, porque, anos depois, anos depois, atendendo uma pessoa que era das relações

da Dalila, essa pessoa me disse: “Imagina que, por sorte, essa minha amiga...”. Porque as duas eram um par de militantes que estavam pela VAR aqui no Rio, e ambas do Rio Grande do Sul. Então a Dalila caiu. E essa outra pessoa, na cena clínica, me contando sobre a história dela e dessa amiga, que foi um abalo para ela muito grande, a queda dessa amiga, disse: “Por sorte... Imagine que ela não tinha um tostão e ela esteve com alguém lá dentro e foi parar na casa da tia dessa pessoa”. [riso] Era a minha tia. Para mim foi... E na cena clínica. Foi incrível, incrível! Aí eu não podia deixar de dizer para ela: “Bom, essa pessoa era eu”. É incrível como essas coisas são. E nem me lembrava que ela tinha ido para a casa da minha tia. Isso não ficou no meu registro. Quando ela falou é que eu me lembrei que a minha tia disse que acolheu essa pessoa, deu dinheiro para ela, para ela ir para o Rio Grande do Sul. Olha só! Essa minha tia velhinha, a minha madrinha. Então são movimentos e gestos de solidariedade que realmente... A gente sobreviveu também por isso, não é?

D.P. – Sem dúvida.

V.B. – A solidariedade da maçã puxou essa outra cena da solidariedade com a Dalila. Eu nunca mais tinha visto a Dalila, vi há poucos anos atrás. Foi muito emocionante nosso reencontro, também, a gente pôde recuperar esses momentos que a gente ficou junto. E logo depois que a Dalila saiu...

D.P. – Só uma coisa da maçã. E a maçã? A maçã, você comeu com o maior prazer do mundo, não é?

V.B. – É. Porque foi um alento para o nosso coração. Imagina, nós duas estávamos isoladas: ela, numa celinha lá embaixo; eu, lá em cima, na cela maior.

D.P. – Sozinha.

V.B. – Sozinha. Dias só, ela e eu, e nos juntaram no dia 31 e nós ganhamos uma maçã. Foi a glória! Foi a glória, naquele ambiente absolutamente hostil, devastadoramente hostil. Foi muito importante.

D.P. – Vera, você tem lembranças da comida lá do DOI-Codi?

V.B. – Tenho.

D.P. – Era repolho, na época? Davam muito repolho? Porque na minha época só tinha repolho. Cenoura e repolho.

V.B. – Não, você sabe... Porque nós, lá nessa cela, eles nos davam uma comida de soldado. Então, a comida do soldado, vinha: um bife, arroz e feijão.

D.P. – Vinha no prato?

V.B. – No prato.

D.P. – É, o pessoal lá dava no prato, também.

A.D. – Eram três refeições por dia?

D.P. – Tinha um lanche.

V.B. – Eu acho que pela manhã...

D.P. – Tinha um mate com... De tarde.

V.B. – É? Eu não me lembro disso. Eu me lembro do arroz e feijão e a sola de sapato, que era o bife. Houve uma época que a gente conseguiu receber coisas de casa, quando entraram mais mulheres para essa cela – foi a Tetê Porciúncula de Moraes, que caiu também no início de janeiro; a Ângela... Não é a Ângela Seixas. Ângela Xavier da Silveira; Maria Alice Saboya, que também esteve nessa... Não. Nessa cela, inicialmente, logo no início, a Maria Alice não estava, não. Estava: a Tetê; a Dalva era jogada às vezes lá, que a gente cuidava dela, dava banho etc. e tal; e...

D.P. – Abigail Paranhos.

V.B. – Abigail...

D.P. – [Inaudível].

V.B. – Mas a Biga, eu acho que ficou logo na enfermaria. Depois a Dalva foi para a enfermaria. Mas eu acho que a Biga foi praticamente direto para a enfermaria. Não me lembro da Biga lá. Mas da Dalva eu me lembro. E tinha mais uma outra pessoa na cela, nessa cela. Tetê, eu... Não me lembro agora quem era essa outra pessoa. Acho que foi uma pessoa que passou muito rapidamente, que era namorada... foi namorada do Beбето, que era do PCBR, mas eu não me lembro o nome dela. Ela ficou muito rapidamente. Pegou um pau, mas um pau... Ela foi para pau de arara... Ela não tinha vinculação nenhuma, ela tinha namorado o Beбето anos atrás, e ela ficou na celinha alguns dias, depois botaram na nossa cela e depois mandaram ela embora. Bom, aí começou a chegar gente e nos deslocaram para a cela lá embaixo, lá em frente, que era maior. Aí que entrou a Maria Alice. E essa cela era em cima das celinhas individuais lá embaixo, e estava lá o Apolônio, estava o Paranhos, Gentile, nessas celinhas lá de baixo, e aí a gente se comunicava. Como? “Quem é você? Adivinhe, se gosta de mim!” [cantando] Então eles respondiam de lá, e aí iam se identificando: “Sou fulano de tal”. Muito... Ou seja, se não houvesse essas manifestações, a gente estava realmente destruído. Mas a gente ia encontrando algumas brechas, para poder suportar. Outra situação que eu também não esqueço, que foi uma situação de resistência, também, além dos cantos que a gente tinha, de uma conversa mais coletiva entre nós, músicas que a gente ia recuperando, músicas da época, foi uma situação que tinha um policial... Eu não sei se é o Mário Borges. Eu fiquei com essa ideia de que era o Mário Borges, que chegava lá e dizia: “Ah, não! Vocês vão sair daqui a pouco”. Ficava dando notícias desse tipo para a gente: “Você vai sair agora”, “você não vai sair”. E às vezes nós conseguíamos fazer... Quer dizer, nós não, mas os nossos pais iam lá entregar frutas, livros, e eles bloqueavam, e outras vezes, eles liberavam. Dependia da ordem do momento.

A.D. – Mas esse policial falava isso e essas informações eram verídicas? Ou falava de modo cruel?

V.B. – Cruel. Cruel, porque isso não acontecia. Era só para a gente...

A.D. – Perversidade pura.

V.B. – É. E nós resolvemos dar um troco nele. Como é que foi esse troco? Ele tinha a mania... Tinha uma mesa assim na cela, e os beliches em frente. E essa mesa, quando a gente recebia algumas coisas, uva, frutas variadas, ele chegava e começava a beliscar as frutas. Aí a gente resolveu, todas as mulheres fizeram xixi no cacho de uva, e deixamos para ele pegar. Ele foi à sala, e todo mundo torcendo para ele pegar a uva. E aconteceu.

D.P. – Ele pegou?

V.B. – Ele pegou. Ele comeu. E aí nós ficamos muito mais...

D.P. – E ele [**inaudível**], percebeu alguma coisa, o cheiro, nada?

V.B. – Não, não, nada. Mas foi uma vingança que nós fizemos.

D.P. – **Genial!**

A.D. – **Genial!**

V.B. – Foi uma invenção aí que a gente encontrou para poder suportar...

D.P. – É esse que você acha que é o Mário?

V.B. – É.

D.P. – O Mário Borges estava lá no Dops, não é?

V.B. – No Dops. Porque esse cara era uma pessoa que nos diziam que era do Dops. Foi ele que fez o registro dos depoimentos que a gente fazia. Então, parece que ele era do Dops.

D.P. – Vocês saíam da cela para alguma coisa? Ou só para **dar depoimento [inaudível]**?

V.B. – Não. A gente saía da cela só para uma acareação...

D.P. – Acareação ou dar depoimento.

V.B. – É, ou dar depoimento.

D.P. – Ou ser torturado, não é?

V.B. – Houve um dia que...

D.P. – Os depoimentos, tudo lá embaixo, não é? O andar de cima, depois que essa... Porque você falou que tinha essa...

V.B. – Tudo lá embaixo.

D.P. – Fora essa sala de tortura que ainda era em cima, que você falou.

V.B. – É. E depois eu acho que foi mudando. Porque, nessa época que eu estive lá, foi a época das mudanças lá de baixo, das obras etc. e tal. E quando eu saí, eu acho que também fizeram uma obra ali na parte de cima. Porque havia, entre essa sala inicial onde eu fiquei... essa cela inicial onde eu fiquei e a outra que eu fiquei no final, havia umas celas laterais, e aí eu vi uns rapazes. Eu acho que o Newton Leão estava lá. Porque ele estava, nessa época, preso. Então, conversando, nesses últimos anos, quando a gente se encontrou, a gente fechou essa informação. Porque ele foi preso em meados de 1969. E depois eu acho que fizeram umas celas do lado contrário. Eu acho que o Apolônio ou o Mário Alves foram torturados aí em cima. Acho. Não tenho certeza. Porque era sessão

de gritos, nessa época, que era uma barbaridade. Eu me lembro também de uma cena que não tem a ver com os nossos companheiros, mas de um soldado que era agredido pelo fato de ser homossexual. Então eles botavam esse rapaz para limpar o pátio e ficavam acusando-o de bicha: “Bicha! Bicha!”. Uma coisa muito agressiva em relação à escolha sexual. E maltratavam muito, assim, verbalmente, as pessoas, não somente aquelas que eram presos políticos, mas também soldados. Bom, saindo de lá...

D.P. – Você ficou quanto tempo lá?

V.B. – Eu fiquei de dezembro até março, início de março. Nesse período, eu tive uma visita dos meus pais. Papai conseguiu... Ah! Papai conseguiu não só me levar para colar grau... Acho que essa situação também é importante ser relatada, porque eu fui fazer primeiro essa prova, em que houve essa cena dessa professora que marcou o território dela na universidade e deixou os caras de fora, e na segunda ida à universidade, para colar grau, papai também conseguiu... Tadinho. Papai e mamãe levaram um bolinho, para a comemoração com os funcionários de lá. A minha colação de grau. E quem me levou foi o Fontenelle, num jipe, junto com um outro soldado. Saindo de lá, ele pegou um caminho que não foi o do quartel, ele pegou o caminho da Barra da Tijuca, onde... Era aquele jipe aberto aqui do lado, que tem uma lona. Sabe qual é? Tinha uma lona aqui, da porta. Ele disse: “Se você pular daí, eu atiro em você e digo que você tentou fugir e te mato”. E aí ele me levou... “Não, nós vamos comemorar”, e coisa e tal. E me levou...

D.P. – Estava você e quem?

V.B. – Eu e ele. Ele dispensou o soldado. Ele queria simplesmente me comer, entendeu? Aí me levou para um restaurante...

D.P. – Ele dirigindo?

V.B. – Ele dirigindo. Ele foi dirigindo. Aí ele me levou para um restaurante, que eu suponho que aquele lugar... Porque lá na Barra tinha esses lugares de quartos atrás dos restaurantes etc. e tal. Nunca vi, não, mas me disseram isso. E eu suponho que ele tenha

me levado para lá para isso. E tinha uma coisa dançante ali. Mas ele não foi adiante, porque eu não deixei, também. Foi uma coisa que ele tentou e eu cortei. E aí voltei para o quartel – evidentemente, morrendo de medo...

D.P. – Isso tudo... Ficou ali na mesa. Mas aí você comeu ali naquela mesa? É isso?

V.B. – Comi na mesa...

D.P. – No restaurante?

V.B. – ...com as outras pessoas, com restaurante etc. e tal. É um tipo de cooptação que os caras tentam fazer, não é? E aí voltamos para o quartel, ele não foi adiante...

D.P. – E ele ficou irritado com você?

V.B. – Ele ficou, inicialmente, irritado. Depois, não... Depois, não me lembro de nenhuma violência da parte dele. E isso foi uma situação que eu acho que é importante registrar, na medida em que nós éramos reféns de uma situação absolutamente... que a gente não tinha controle nenhum, mas que demarcar um certo terreno, também, em algumas situações, era possível. Em algumas situações. Como essa, por exemplo, foi possível; como também uma outra situação que diz respeito ao meu documento para poder sair do país. Também foi o mesmo assédio sexual. Quer dizer, eles usavam e abusavam do assédio sexual, quando nós éramos ou prisioneiras ou então estávamos em situação de muita vulnerabilidade. Então, quando eu saí... Bom, a situação da visita dos meus pais também foi absolutamente marcante para mim, porque foi muito comovente. Papai e mamãe estavam indo para a Europa, porque eu tinha uma irmã que tinha ido para lá, estava se mudando para a Europa, e eles deixaram de ir para ficar aqui no Rio, sendo que eles moravam numa cidade do interior de São Paulo. Eles vieram para o Rio, se instalaram no Rio, na casa dessa minha tia que é minha madrinha, e ficaram acompanhando, indo todos os dias lá na Barão de Mesquita, tentando me levar coisas etc. e tal. Foi uma presença muito importante. E eles conseguiram então estar comigo, eu acho que foi mais para final de fevereiro...

A.D. – Você passou esses dois primeiros... entre a prisão até o final de fevereiro, incomunicável, então?

V.B. – Incomunicável.

D.P. – Advogado nenhum, também?

V.B. – Nada. Advogado, nunca.

A.D. – Formalizaram sua prisão?

V.B. – Acho que sim, porque foi... Não?

D.P. – Não sei. Porque normalmente o DOI-Codi...

V.B. – Eles me prenderam sem nenhum mandado de prisão, sem nenhum mandado. Eles chegaram lá, disseram: “Ah, não, isso daí é para uma averiguação, uma informação que a gente está precisando etc. e tal”. Não houve nenhuma formalização, não.

A.D. – E IPM?

V.B. – Ah, bom, depois...

D.P. – Depois você foi à Auditoria Militar? Teve processo?

V.B. – Depois foi IPM. Foi o primeiro IPM do BR, que pegou um monte de gente. Depois eles dividiram esse processo em dois processos: o mais leve e, depois, o barra pesada, do PCBR. No primeiro processo, estavam as pessoas que foram absolvidas – como eu fui absolvida, a Anita Slade... A Anita ficou presa, eu acho que uns dois anos, ou um ano e meio, e ela foi absolvida. Eles não pegaram nada comigo, nenhum documento. O Paulo, meu marido, na casa dele, ele tinha guardado uns documentos de organização, mas quando eu fui presa, ele foi correndo para casa, pegou tudo, meteu numa mala e jogou na lagoa. Então a casa, quando eles foram à casa... Porque eu, depois

de algum tempo, abri a casa. Sob tortura, eu abri a casa que eu estava morando. E ele já não estava lá, ele se mandou para o Espírito Santo, e já não tinha nada. Então eles não encontraram absolutamente nada que comprovasse a minha vinculação com as pessoas, naquela época. E o depoimento, possivelmente, do Gentile e do Paranhos também foi muito... “Ah! Conheço de movimento estudantil etc. e tal.” Nunca houve uma confirmação de que eu tivesse tido um compromisso, digamos, político-partidário mais sólido. Então, quando eu saí da prisão...

D.P. – Mas, antes disso, a visita do seu pai e da sua mãe, como é que foi?

V.B. – Ah, sim! Foi uma emoção só. Porque toda aquela tensão que a gente estava vivendo em centro de tortura e estar com eles, e eles, com a generosidade deles, isso fez com que a comoção fosse do início ao fim. E a preocupação deles era se eu estava bem, ou se não estava bem. O tal do Alfredo Magalhães, depois que eu fui torturada, ele me levou uma toalha que era da casa do Bruno Dauster e disse: “Ah, está aqui para você essa toalha da casa do Bruno Dauster”, para passar recado de que eles já tinham isso à casa do Bruno Dauster.

D.P. – Que era da direção do PCBR, não é?

V.B. – É. E aí eles me perguntaram o que eu estava precisando, essas coisas...

D.P. – Mas você encontrou com eles no...? Eles entraram no DOI-Codi?

V.B. – Ah, sim! Eles entraram naquela... Onde nós ficamos, no PIC, é aqui, e aqui tinha uma construção lateral, onde tinha umas salas. Então eu fui falar com eles aqui.

D.P. – Eles avisaram a você, “seus pais estão aí”?

V.B. – Avisaram. E aí eu fui. A conversa foi curta, com uma porção de soldados na frente, e muito emocionante. Eu não me lembro direito o que se falou, mas eu me lembro da minha emoção e da emoção deles. Meu pai perguntava: “Você está bem?”. Eu disse: “Estou”. Não podia falar para o soldado que eu tinha sido torturada. Mas isso

me fez fazer uma associação com o que me falou o Alfredo Magalhães logo depois que eu fui torturada. Ele disse... Ah, de vez em quando... Acho que umas duas vezes ele foi lá na cela, quando eu estava sozinha, e disse: “Ah, se você quiser, eu posso te levar lá para a Ilha das Flores. O pessoal lá está muito bem, está ótimo, na Ilha das Flores”. Estavam sendo massacrados, na Ilha das Flores. Mas o meu processo estava sob... aos auspícios da Aeronáutica, e não da Marinha, então, eu acho que também não foi o caso. Mas veja só a provocação, não é? Ele disse para o meu pai que eu estava muito bem, que estava numa sala com um vitral. Imagina! Aquelas janelas micras, que a gente mal respirava, com aquele calor insuportável de verão de 40 graus no Rio de Janeiro, na Tijuca! Enfim, as informações que ele passava eram... E o papai acreditou nisso. Quer dizer, era uma forma de sobreviver.

A.D. – Como não [acreditar], não é? O cunhado do seu primo.

V.B. – É. Imagina! Era uma referência, não é? Bom, aí eu saí, no início de... Não sei se foi início...

D.P. – Você saiu, então, pouco tempo depois dessa visita?

V.B. – Foi. Foi mais ou menos. Quando eu estava...

D.P. – Eles não te acharam muito abatida, magra?

V.B. – Ah! Eu emagreci, eu fiquei com... um fiapo.

D.P. – E eles não...? Ali, eles perceberam, não é?

V.B. – Ali, eles perceberam que a coisa não andava muito bem. E quando eu fui colar grau, também, eu lembro que...

D.P. – E roupa? Você recebeu deles?

V.B. – Recebi deles.

D.P. – Mas era pouca coisa, não é? Tinha...

V.B. – Recebia pouca, e dei quase tudo para a Dalva, que não tinha nada. Passei muita coisa.

D.P. – Mas, enfim, você, quando foi colar grau, você foi razoavelmente...?

V.B. – É, fui com um vestido decente, digamos assim.

D.P. – Que eles tinham mandado para você?

V.B. – É. Então, saída, você perguntou sobre as saídas. Saí, sim. Saí para fazer a prova, saí para... De lá do espaço do DOI-Codi, saí para... Ah! Eles me levaram para reconhecer um local, na cidade do Rio de Janeiro, logo depois da tortura, no dia seguinte da tortura. “Quero que você indique os lugares onde você estava, onde você acha que tem casa.” Porque, nessa época, a gente não sabia das casas de ninguém, não é? Aí já estávamos na clandestinidade. Éramos pessoas do movimento estudantil. Sabia a casa da Ana porque a gente se reunia lá, mas isso eles já sabiam. Já tinham ido à casa da Ana. E, aliás, foi uma prisão horrorosa, dos familiares, da mãe e da irmã da Ana, que foram presas também nessa época, procurando pela Ana. Porque eu e Ana fazíamos farmácia na mesma turma. Então, eles foram lá, levaram dona Sara e a Perla para o DOI-Codi. Elas ficaram... eu acho que só uma noite.

D.P. – Dona Sara quem é? É a mãe da Ana?

V.B. – É a mãe da Ana. Ah! E o irmão dela, também.

D.P. – E quem é a Perla?

V.B. – Perla é a irmã mais moça dela. Então saí para esse percurso no Rio de Janeiro; saí para ir à universidade duas vezes, uma para a prova e outra para a colação de grau. Foi isso.

D.P. – E a colação de grau? Você estava com a turma? Ou você sozinha?

V.B. – Não, não. Sozinha.

D.P. – Na secretaria?

V.B. – A turma já tinha colado grau, e eu coleí grau na secretaria, sozinha, com a formalidade que tinha que ser feita, papéis etc. e tal. Mas os meus colegas estavam longe. Quando eu subi aquelas escadas ali da farmácia, eu vi que eles estavam na parte de botânica, e eu fiz um sinal para eles não... Não olhei para a cara deles, para não comprometê-los, não é? Enfim, entrei e saí. Nessa época, eu estava muito magra, mesmo. Eu acho que eu devia estar com uns 45 quilos, porque é uma queda muito grande de peso que a gente sofre ali. Eu era mais para gordinha, então, foi uma situação de... Essa situação de vulnerabilidade também é uma vulnerabilidade que...

D.P. – Quer dizer, nessas entradas na universidade, não teve nenhum contato com ninguém, não é?

V.B. – Não, contato com ninguém.

D.P. – Eles sabiam que você estava sendo... estava presa?

V.B. – Eles sabiam que eu estava presa.

D.P. – Eles sabiam de tudo, não é?

V.B. – Eles sabiam. Meus colegas...

D.P. – Eles sabiam que você estava chegando com o pessoal da...

V.B. – E era jipe do Exército.

D.P. – [Era] ostensivo, não é?

V.B. – Jipe do Exército. Quando eles foram a primeira vez, para a prova, eles estavam vestidos fardados; dessa segunda vez, o Fontenelle, o major Fontenelle, eu acho que... Não me lembro se ele estava fardado. Eu acho que não devia estar, porque me levou para esse lugar. Possivelmente, não devia estar fardado.

A.D. – E ele acompanhou a colação de grau, também? Ou se manteve distante?

V.B. – Não. Eu não me lembro de ele estar dentro da sala. Eu me lembro dos funcionários lá da farmácia, que estavam próximos.

D.P. – Mas também não comentaram nada?

V.B. – Era silencio, não é, Dulce? Aquela época, era um silêncio e a evitação de olhares. Porque o olhar podia marcar o outro como um cúmplice. Então era evitar. E a família, papai e mamãe. Nenhum irmão, ninguém. Bom, aí eu saí logo... Logo que eu saí... Ah! Antes de eu sair...

D.P. – Como é que você saiu? Eles avisaram você, “você vai sair hoje”?

V.B. – É, porque estava entrando muita gente. Eu suponho que tenha sido o fato de que muita gente estava sendo presa na época, porque foi em março de 1970, e já não tinha muito lugar. As prisões estavam... Os espaços prisionais estavam extremamente cheios de gente. E eu fui levada para uma sala, para alguém tentar me reconhecer. Eu acho que essa pessoa...

D.P. – Já tinha uma sala do espelho?

V.B. – Já. Foi essa sala. E nessa sala do espelho é que estava a tal da cadeira do dragão. E eles me colocaram nessa cadeira. Mas não aplicaram nada. Só para que me vissem do outro lado e me identificassem, ou não. Eu fiquei muito assustada, porque eu estava na expectativa de sair logo, porque não tinha nada contra mim. E chegando muita gente. A

gente sabia que estava chegando muita gente. Eu me lembro do Zeca... Você conheceu o Zeca, o José Carlos Tórtima?

D.P. – Ah!

V.B. – A gente chamava ele de Zeca, porque era da mesma organização....

D.P. – Claro!

V.B. – ...do grupo, que a gente participava juntos, de OPP. Ele caiu, e eu me lembro que estava numa dessas celas no meu caminho, e quando eu passei, eu estava de mão para trás, eu fiz um sinal para ele, assim, avisando que eu não tinha falado nada dele. Mas, até esse momento, eu não tinha a mínima ideia se o pessoal que estava chegando ia falar alguma coisa a respeito de mim. Então foi uma situação, também, de muita tensão, porque a cada momento eu podia voltar. A história que eu tinha contado estava se mantendo até então. E encontrei com a Anita, também. Quando eu estava saindo de lá, depois da cadeira do dragão, eu estava saindo, eles me fizeram assinar um termo de que eu não tinha sofrido tortura. Todo mundo que saiu de lá, praticamente, assinou esse termo. E eu avistei a Anita, numa daquelas salinhas, naquele corredor lá de baixo. Aí, quando eles pediram para eu assinar esse documento, eu entendi que eu estava saindo. Eu saí e imediatamente... Meu companheiro já tinha ido para o Chile. Ele ficou no Espírito Santo, numa pequena praia de pescadores, e ele avisou à minha família que ele estava indo para o Chile e que eu o seguisse, me propondo... Me deixou uma carta. Então, quando eu fui solta...

D.P. – Mas tinha alguém te esperando lá fora? Como é que você foi para casa? Deram dinheiro para você?

V.B. – Não, não. Eu acho que o papai foi me buscar. Sabe que eu não me lembro bem como é que foi? Mas eu acho que foram me buscar, sim. E aí eles ficaram sabendo o que aconteceu. Quer dizer, aí... Estava escancarado na minha cara, mas aí é que eles ficaram sabendo que a versão do Alfredo não era bem essa. Foi muito duro conversar com eles. Não contei detalhes, mas foi um momento muito difícil, conversar

principalmente com o papai. Mamãe era mais ingênua e ficava um pouco mais perifericamente. E aí começamos a construir a minha saída do país.

D.P. – Nessa altura, eles ficaram contra o regime, contra a ditadura? Como é que isso bateu para eles?

V.B. – Não, eles não se pronunciavam, entendeu? Não tinha, assim...

D.P. – Sei. Mas revoltados com o que tinham feito com você?

V.B. – Ah, sim, com certeza! Com a situação que foi relatada por mim a eles, eles ficaram indignados. Primeiro, que era uma mentira deslavada; segundo, pela injustiça que isso provocou. Eu tenho um irmão que entrou naquela lógica... Disse: “Ah, então...”. Porque fez, então mereceu. Essa não era a única família; em muitas famílias aconteceu isso. E um irmão super generoso, mas era aquela lógica que habitava muita gente. Então preparei a minha saída para o exterior, para o Chile, onde o Paulo já tinha se dirigido. E aí fui, por indicação de uma pessoa da minha família, do Horus Vital Brazil, que é meu tio, irmão do papai... Ele era uma pessoa que tinha algumas relações e que eu acho que protegeu algumas pessoas. Eu acho que ele tinha relação com o Franklin. Ele me deu uma dica... Fui vê-lo, porque era psicanalista, um psicanalista conhecido aqui no Rio. Depois que eu saí da prisão, fui lá conversar com ele, ele foi muito acolhedor, e ele me deu esse contato com esse... Como se chama? O que faz os procedimentos de documentação.

A.D. – Despachante?

V.B. – Despachante. Com o despachante. E esse despachante, então, tinha a função de tirar... Dependendo da situação da pessoa, ele conseguia retirar dos serviços de verificação que estavam disponíveis, da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, as fichas. Então ele retirou minhas fichas, para que o meu passaporte pudesse sair por ali. Cobrou uma fortuna. Para fazer passaporte falso, ele teria que cobrar muito mais. Mas o meu caso, não era uma pessoa tão procurada assim, então ele conseguiu tirar as fichas, para que eu pudesse... para que ele pudesse liberar meu passaporte. Eu saí do país com o

passaporte verdadeiro. Mas mesmo assim, com o passaporte verdadeiro, eu não sabia o que ia acontecer no aeroporto, se era uma sacanagem deles. A insegurança era uma insegurança de diversas ordens. Dentre elas, essa. Eu fui disfarçada: botei uma peruca de uma amiga, essas coisas, cheia de badulaque etc. e tal. Saí pelo Galeão. Eu saí pelo Galeão.

A.D. – E você conseguiu avisar ao Paulo que você estava indo?

V.B. – Ah, sim. Porque ele já estava lá. Ele já estava lá e foi me buscar em Pudahuel.

D.P. – Você conseguiu mandar um recado para ele por telefone ou alguma coisa assim?

V.B. – É. Eu não me lembro como é que era a comunicação entre a gente. Eu acho que era carta mesmo, que a gente mandava na época, ou telegrama.

D.P. – É, se usava muito telegrama.

V.B. – É, telegrama. Era alguma coisa desse tipo.

A.D. – E seus pais estavam ali ajudando?

V.B. – Meu pai e minha mãe se deslocaram da cidade do interior e ficaram aqui no Rio durante algum tempo, lá na casa dessa minha tia.

D.P. – E apoiaram você ir para o Chile?

V.B. – Apoiaram. Eles que compraram passagem.

D.P. – Para tudo?

V.B. – Para tudo, para tudo, mesmo.

D.P. – E o fato de você não estar casada com o Paulo, isso para eles não era uma questão?

V.B. – Não. Mas a minha mãe, quando eu estava embarcando... Papai foi... já tinha levado a minha mala na noite anterior, para não causar... Porque eu fiquei sob controle do Ministério do Exército. Porque nós ficávamos tendo que, uma vez por semana, ou duas vezes por semana... Eu me lembro que tinha uma regularidade que a gente tinha que ir lá...

D.P. – Se apresentar.

V.B. – Se apresentar e assinar uma coisa dizendo que não ia sair do país, dizendo que ia ficar por ali. Era um controle que eles exerciam sobre todos aqueles que tinham saído. E eu fiquei pouco tempo aqui no Rio, só para providenciar esses papéis. E papai e mamãe levaram, então... O papai levou a minha mala no dia anterior para o carro, para não causar suspeita de que eu estava saindo de viagem. E de manhã cedo...

D.P. – Isso vocês estavam na casa da sua tia?

V.B. – Na casa da minha tia. E aí nós fomos para...

D.P. – Então a mala já foi colocada no carro antes.

V.B. – Já. E eu fui... Era bem cedo. Nós saímos cedo. E a minha mãe, ao se despedir de mim, disse assim: “Minha filha, gostaria muito que você se casasse”. [risos] O discurso da época, das mães, era uma coisa assim...

A.D. – Importava muito isso, não é?

V.B. – Importava. Importava muito. Eu disse: “Ah, mãe, tudo bem, vou pensar nisso”. E aí, chegando no Chile, foi um outro universo que se abriu. Porque evidentemente que a América Latina... Não tinha, ainda, havido nenhuma aproximação da minha parte com a América Latina. E o Chile estava efervescente. Era o momento do processo eleitoral que

veio a eleger Allende, e a mobilização social daquele país era uma coisa extraordinária. Nós vínhamos marcados pelo silêncio, porque a gente não podia falar quase nada, ou comentar com alguém aquilo que víamos, porque era tudo sigiloso, e ao mesmo tempo, muito secreto, e eu me lembro que eu fiquei impressionadíssima com as ruas de Santiago, todas elas coloridas, com aquelas manifestações. Não só as manifestações de rua como as manifestações de murais. Porque a Juventude Socialista e a Juventude Comunista pintavam a cidade de Santiago de uma forma muito impactante. O movimento do MIR era muito interessante, operários que saíam às ruas com bastões, dizendo: “MIR! MIR! MIR! Fuzil! Fuzil! Fuzil!”. Havia uma luta política muito intensa. E as crianças... Nós fomos morar numa casa... Eu e Paulo, a gente foi morar numa casa que ele alugou, um apartamento... Era uma coisa que era muito comum na época: as famílias faziam um apartamento no quintal da casa e alugavam, para uma renda maior da família. Então ele alugou um apartamento atrás dessa casa. E eram crianças. Eram três garotos: um, digamos, de doze, outro de dez e outro de seis. E eram três candidatos – era o Tomic; o Alessandri, que era o mais reacionário; e o Allende – que disputavam as eleições presidenciais no Chile, na época. E cada um dos garotos era... Mas era alguma coisa que a política atravessava todas as gerações, no país. Era uma coisa impressionante. Para nós, e para mim, então, era uma grande surpresa. Tinha ficado naquele silêncio, naquela abstração, durante tantos anos da minha vida, ver as crianças fazendo opções políticas era extraordinário. E, ainda, muito impactada sobre a prisão e tortura, no início foi muito difícil poder me adaptar. Mas, assim que eu cheguei, nós fomos procurar o pessoal que já estava lá há mais tempo, e tinha companheiros também do BR que já estavam... já tinham... estavam instalados lá. E eu me lembro que a primeira vez que eu falei sobre tortura, o que tinha vivido, eu tremia do último fio do cabelo aos dedos do pé. Ele me perguntou, o Tito...

D.P. – Isso com o Paulo?

V.B. – Não. O Tito. Com essa pessoa a quem eu fui ver... Porque lá no Chile tinha já vários grupos de pessoas que tinham se exilado – alguns deles não eram presos, mas eram perseguidos –, e aí eu fiz contato com essa pessoa que era também do BR. E quando eu fui à casa dele, ele me perguntou como é que tinha sido, e foi muito impactante, porque eu acho que eu nunca tinha falado para outras pessoas, senão para o

meu pai, que eu não contei tudo, evidentemente, porque eu tinha receio de afetá-lo muito. Mesmo para o meu companheiro, algumas coisas iam sendo contadas, mas aos poucos. E para esse companheiro de militância é que foi muito forte. E aí, lá no Chile, a experiência foi bastante importante, não só pelo contato com outras pessoas de outras organizações como também com a realidade chilena, que era uma realidade muito especial. E houve também uma tentativa de impedimento que o Allende assumisse. Houve uma tentativa de golpe antes de ele assumir. E as dificuldade iniciais da língua – eu nunca tinha estudado castelhano na minha vida, e ali, no embate mesmo, fui aprendendo a falar –, e o que eu vou fazer. Eu tinha um cunhado que foi cassado, o Sadi Bogado, casado com a minha irmã, ele era parlamentar na época, em Brasília, ele era deputado federal. Ele foi cassado. Não porque ele tivesse ideias revolucionárias nem nada, mas era uma pessoa muito ligada à população, era um populista, e foi uma das pessoas cassadas em 1968.

D.P. – Era do PTB? Quer dizer, nessa época já tinha sido...

V.B. – É.

D.P. – Tinha sido do PTB?

V.B. – Eu acho que era PTB, sim. Não, acho que ele era...

D.P. – Quer dizer, na época era MDB, porque os partidos já tinham sido extintos. Mas ele tinha tradição de PTB? Ou você não sabe? Trabalhista?

V.B. – Não sei.

D.P. – Como era o nome dele?

V.B. – Sadi Bogado. Era cristão. Era de uma formação bem cristã, bem marcadamente cristã, e que tinha essa atitude política missionária cristã.

A.D. – Era deputado federal?

V.B. – Deputado federal.

D.P. – Foi cassado em 1968?

V.B. – Ele foi cassado em 1968.

A.D. – Era por onde? Por aqui? Pela Guanabara?

V.B. – Pelo Rio. Ele era de Campos. Então ele me deu o contato com o Paulo de Tarso, que tinha sido ministro do Jango. O Paulo de Tarso me recebeu bem, me fez um contato com a Universidade do Chile, e eu comecei a trabalhar na Universidade do Chile. Como eu não tinha diploma reconhecido lá – porque, aqui, eu coleí grau, mas a universidade, lá e aqui, não tinha uma cooperação técnica, ainda; não havia intercâmbio entre as universidades –, a Universidade do Chile... Levei... Foi uma morosidade enorme, para conseguir a documentação daqui do Brasil. Quando chegou lá, a documentação não foi aceita, porque tinha que ter toda a parte curricular com o timbre da universidade etc. e tal. Então o papai teve que mandar traduzir em órgão oficial toda aquela documentação. Isso levou meses, meses e meses. Depois, quando eu apresentei, eles disseram: “Ah, não, você tem que fazer três anos de faculdade”. Aí, nessas alturas do campeonato, eu já estava achando que não tinha nada a ver com farmácia; revalidar meu diploma lá não... Não tinha o mínimo interesse em fazer farmácia novamente, e eu fui fazer belas artes. Mas eu fui fazer belas artes em 1973, que foi o ano do golpe. Então eu fiz Faculdade de Belas Artes só até setembro de 1973, quando houve o golpe.

A.D. – Porque é março ou setembro.

V.B. – É. E nessa época o acirramento da luta política, no Chile, estava já bastante acentuada.

D.P. – Quer dizer, além da faculdade, você trabalhava na universidade?

V.B. – Na universidade.

D.P. – Fazendo uma coisa burocrática?

V.B. – Não, não. Eu trabalhava no laboratório...

D.P. – De farmácia?

V.B. – ...como técnica de laboratório de análises clínicas. Porque eu tinha feito análises clínicas aqui. Meu irmão tinha um laboratório de análises clínicas, e todas as vezes que eu ia para lá, para o interior de São Paulo, onde ele morava, eu me interessava por aquelas técnicas, e sabia fazer alguma coisa. Então eles me inseriram, na Universidade do Chile, na parte laboratorial de clínica. E lá eu fiz, também, bons amigos, pessoas que tinham uma solidariedade com os brasileiros, e quando nós recebemos também os banidos, os 70 banidos, nós fizemos... Fomos ao aeroporto; íamos visitá-los lá no Hogar de Carabineros; alguns deles ficaram na minha casa – quando houve uma ameaça lá no Hogar de Carabineros, nós abrigamos alguns deles.

A.D. – Vocês militaram politicamente, lá? Se envolveram com algum grupo político, alguma organização?

V.B. – Na verdade, eu não tinha uma organização. Eu não me envolvi com nenhuma organização, lá. Mas ia a todas as manifestações. Lá no hospital, a gente tinha algumas movimentações, também. Porque cada uma das instituições ia para as ruas com as referências institucionais: “Jota Jota Aguirre!”, que era o hospital universitário onde eu trabalhava. Então, tinha as faixas, a gente ia para as ruas com as faixas. Tinha uma movimentação interna, mas não necessariamente uma militância regular, como eu tinha tido aqui no Brasil. Eu, numa certa medida, temi muito voltar à militância, uma militância desse tipo, organizada. E, além do que, lá, também, eu comecei a ler outras coisas. Por exemplo, Semprún foi um autor que me marcou muito, toda a crítica que ele tem em relação à estrutura dos partidos comunistas. Isso já foi...

D.P. – Já estava abalando.

V.B. – [Já foi] construindo outro modo de pensamento. E, também, muito encantada com outras formas de fazer política, como lá estavam se apresentando, através da arte, através da... Por isso, também, que eu fui fazer belas artes, porque eu fiquei muito tocada com toda a beleza que aquele país tem de expressão artística. Então foi muito...

D.P. – E tinha um grupo de brasileiros que você se encontrava sempre?

V.B. – Ah, sim!

D.P. – De amigos daqui bem próximos?

V.B. – Tinha. Quer dizer, a gente frequentava, com uma certa assiduidade, um grupo de brasileiros. Às vezes, tínhamos umas reuniões, mas não havia... Não nos integramos a uma organização de brasileiros, organizações brasileiras lá no Chile.

A.D. – Mas vocês acompanhavam o que estava acontecendo aqui?

V.B. – Acompanhávamos... Esse ritmo de acompanhamento era um pouco prejudicado pela lacuna das informações. Mas, por exemplo, quando os 70 foram para lá, um deles ficou na minha casa, que foi o Marcão.

A.D. – Hum!

V.B. – Sim senhora. O Marcão ficou lá, e foi justamente no momento em que ele está passando para o MR-8. O Wellington Dias³, também, lá de Minas.

D.P. – **[Inaudível] na Itália.**

V.B. – É. O Gustavo Schiller. Todos eles frequentavam lá em casa. O Gustavo, que se matou, quando voltou para o Brasil. Ai, que sina, essa coisa de se jogar dos edifícios, não é? Os dois.

³ Talvez esteja se referindo a Wellington Moreira Diniz.

D.P. – Porque o Marcão há pouco tempo se matou, agora, no ano passado.

V.B. – É. Então a gente... A América Ungaretti estava chegando no Chile, naquela época; a Lúcia, que... Aliás, eu chamo ela de Lúcia, mas ela tem outro nome – porque eu fiquei com esse nome clandestino dela –, que é uma pessoa que trabalhou lá na Fiocruz. Ela também já morreu. Também ficou uns dias lá em casa. Quer dizer, às vezes tinha gente que estava chegando do exterior e que a gente acolhia. Depois, cada um assumia seu rumo. E com a América, a América ficou lá em casa e a gente ficou amiga. Depois ela se casou com o Liszt e o Liszt... Nós tínhamos aulas de francês com o Liszt lá na casa dela. Quando houve o golpe lá no Chile, a gente... Eles foram logo para a embaixada da Argentina, e eu... Estavam sem nada, sem roupa, sem nada, então, eu peguei umas roupas minhas...

D.P. – Você estava na casa deles, quando teve o golpe? É isso?

V.B. – Não, não.

D.P. – Você estava aonde?

V.B. – Eles estavam na casa deles e eu estava na minha casa.

D.P. – Sim.

V.B. – Mas eu recebi uma figura na minha casa que foi um susto, também, porque foi um dos primeiros levantamentos do *toque de queda*, lá no Chile, e me chega um homem, um operário, com roupa de operário, toca a campainha, e eu abro a porta e ele diz assim: “*Señor Vera*”. Porque Vera não é nome. Eles não usam esse nome. É sobrenome. “*Señor Vera, por favor*”. Aí eu disse: “Não, Vera sou eu”. Aí ele fez assim... Eu pensei que era uma arma que ele tinha tirado dali. Era um bilhete da América e do Liszt dizendo meio que... “Socorro! Não temos roupa. Se você puder nos ajudar etc. e tal”. Aí eu peguei roupas minhas... Nessa época, eu estava vivendo...

D.P. – Mas eles estavam aonde? Na embaixada já?

V.B. – Eles já estavam na embaixada. Eles já tinham entrado.

D.P. – Eles estavam sem roupa, na embaixada. Já tinham entrado.

V.B. – Sem roupa, na embaixada.

D.P. – Ah, está [certo].

V.B. – E aí eles pediram socorro. Porque esse senhor era o jardineiro da embaixada. Ele veio entregar um bilhete para mim pedindo socorro. E aí eu levei uma mala e consegui fazer passar na porta da embaixada.

D.P. – Mas você não ia se [asilar]? E você ia fazer o quê, você e o Paulo?

V.B. – Essa é uma questão que eu não falei. Eu já estava com o documento oficial do Chile. O Paulo, meu ex-marido, ele era uma pessoa absolutamente rigorosa nessa questão dos documentos. Ele chegou lá, ele deu entrada imediatamente nos documentos dele, e quando eu cheguei, ele me acompanhou, para que eu desse entrada. Então, os meus documentos, minha licença de permanência no Chile já era definitiva, na época do golpe, tinha saído meses antes, e a dele também. Então nós dois estávamos... Mas nós já estávamos separados, nessa época.

D.P. – Ah, já estava separada?

V.B. – Ele estava lá morando numa outra casa, e eu estava, na época do golpe, morando com o César Guilmar, que eu não sei se você localiza, que era ligado à VPR, o César Guilmar, que tinha sido casado com a Regina Linhares.

D.P. – Você estava namorando com ele ou morando **com ele**?

V.B. – Não, ele estava morando comigo. Ele se separou...

D.P. – E foi morar com você.

V.B. – E foi morar... Eles já estavam separados, e aí ele foi morar na minha casa. Isso foi, também, pouco tempo antes do golpe, acho que foi uns dois meses antes do golpe, que a gente começou a morar junto. E o César...

D.P. – Mas você se sentia garantida com esse documento? Você não estava com medo de ser presa, não?

V.B. – Não. Eu achava que aquele documento garantia alguma coisa. Eu tinha um emprego fixo, eu tinha um documento de permanência definitiva, estava num quadro de legalidade, lá.

D.P. – Mas você não ficou apavorada? Mas e o golpe, na sua cabeça, o medo, tudo?

V.B. – Não, o golpe... Sim, foi assustador. Porque, imagina, a gente imediatamente... Quando houve o golpe, eu estava fazendo plantão, lá nesse trabalho do laboratório, e quando eu cheguei... Estava chegando em casa, houve o bombardeio na Moneda. Nós morávamos relativamente perto – umas cinco quadras – da Moneda. Então o bombardeio foi um espetáculo terrível, porque era... Não só pela proximidade como pelo horror do que estava acontecendo. O Allende falou pela rádio antes e, digamos, anunciou o que estava acontecendo. Então nós ficamos dentro de casa, com o *toque de queda*. Não me lembro se foram 48 horas. Foi um tempo. Depois eles começaram a liberar uma hora; depois, duas; depois, três... Iam liberando aos poucos, para as pessoas saírem para fazerem compras, para poderem sobreviver. E os tiros de... Os franco-atiradores estavam ali perto. A gente ficava... Por exemplo, eu morava no primeiro andar, que seria o segundo – não era no térreo –, então, o meu apartamento não recebeu nenhum tiro, mas o de cima recebeu. E vidraças quebradas, estilhaçadas, porque havia muito embate, também, de confronto entre os resistentes e a polícia. Assim que a gente pôde sair do apartamento, nós fomos para uma *población* mais protegida. Quer dizer, mais protegida! Fomos para a casa de outros brasileiros, que nos deixaram esse contrato. Era mais protegido porque era uma comunidade, uma comunidade onde esses

brasileiros tinham sido bem acolhidos, e a gente foi morar nessa casa. Saímos daquele local, que era muito vulnerável e perto da Moneda, onde os embates eram muito frequentes. E aí fomos para essa *población*, que era uma *población* de moradores de baixa renda. E lá a gente ficou até o final, [até] voltar para o Brasil. Eu e César moramos nessa casa durante algum tempo. Também criamos ali amizades e... Gente!

D.P. – A gente encerra por hoje?

A.D. – Pode ser.

D.P. – Depois a gente combina, não é?

A.D. – Vera, muito obrigada.

V.B. – Imagina!

2ª Entrevista: 02/10/2015

A.D. – Vera, eu gostaria de começar agradecendo novamente a sua disponibilidade em vir aqui conversar conosco. Na primeira entrevista, nós terminamos ouvindo você sobre o momento do golpe de Estado no Chile, e aí nós gostaríamos que você continuasse falando um pouquinho sobre isso, sobre a sua experiência no Chile e como era a sua rotina lá.

V.B. – Como eu dizia, eu trabalhei na Universidade do Chile, no Hospital J. J. Aguirre. Desde que eu cheguei, eu fui para lá, e trabalhava como técnica de laboratório de análises clínicas. E a vida lá, no início, foi uma vida de dificuldades, na medida em que nós estávamos chegando do Brasil com toda essa carga da repressão. A vida no Chile era uma vida bastante diferente do que nós estávamos experimentando aqui. A força da repressão ainda atravessava a vida da gente: nós, para nos comunicarmos entre nós, nos comunicávamos com certos cuidados que a gente habitualmente tomava aqui, falando muito baixinho, e se surpreendendo com a movimentação e a mobilização social que estava ocorrendo naquela época – porque foi justamente antes das eleições

presidenciais. Isso já foi um impacto favorável, positivo, porque a mobilização de massa no Chile era de uma expressividade muito grande, que nós não tínhamos visto aqui no Brasil. Eram segmentos sociais que, aqui no Brasil – a nossa experiência de 1968, por exemplo... Estou falando porque eu estou considerando não só o meu companheiro na época como também aqueles setores que estavam chegando no Chile naquela época, já saindo ou das prisões ou fugindo das prisões. Então era algo que nos tomava muito... a inquietação. E, ao mesmo tempo, gostávamos muito de podermos estar naquele momento de grande efervescência política. Outro aspecto que na minha experiência lá no Chile me chamou muito a atenção foi o fato de que, na época do Allende, havia uma efervescência cultural também muito grande: eram festivais de cinema, de dança, era música na rua, era toda a parte de artesanato – porque o Chile tem um artesanato riquíssimo. Então, tudo isso foi de uma abertura muito grande, para quem pôde experimentar aquela realidade. E do ponto de vista político, entre os brasileiros, nós fizemos algumas atividades importantes: não só fomos receber os nossos companheiros dos 70 que estavam chegando lá nessa época como também, a partir da chegada deles – e a gente pôde abrigar alguns deles –, nós organizávamos também denúncias sobre aquilo que estava acontecendo no Brasil, em praça pública, em frente, por exemplo, da Faculdade Católica, lá no centro de Santiago, na Alameda. Foram painéis, cartazes... Já era uma articulação com os chilenos para essas denúncias. Então foram momentos em que se pôde, ao mesmo tempo, experimentar da realidade chilena e, ao mesmo tempo, fazer... transmitir os horrores que estavam acontecendo aqui no Brasil. Eu, por exemplo, só entrei em contato com o filme *A report on torture* faz... Eu acho que [faz] uns sete ou oito anos. Eu nem sabia que esse filme tinha sido gravado lá. Porque na época havia, também, muitos cuidados com infiltrações, então, havia algumas atividades que eram feitas mais especificamente. No caso, foi feito especificamente com alguns dos 70. Esse filme é um filme emblemático, é um filme importante, importantíssimo, porque eu acho que foi o primeiro filme de grande denúncia sobre o que estava acontecendo no Brasil feito no exterior. Enfim, eu não me vinculei muito ao movimento organizado que havia de brasileiros. Participava nas atividades públicas, mas não tinha nenhum vínculo organizativo lá. Quando houve o golpe, eu estava trabalhando no hospital de noite e estava indo para casa, pegando uma carona com um companheiro lá do hospital, quando nós soubemos pela rádio que estava havendo uma mobilização de tropas em direção a Santiago. E cheguei em casa – acho que eram umas

sete e pouco da manhã etc. e tal – e logo depois começou o bombardeio no... que era mais ou menos perto de casa, era mais ou menos umas cinco quadras da minha casa. Eu morava próximo ao centro de Santiago, era próximo da Moneda. E foi uma situação muito impactante, também, porque o barulho dos aviões, do bombardeio, aquilo tudo foi muito impressionante. E houve o *toque de queda*, nós ficamos alguns dias presos dentro de casa, até que pudemos sair. Nessa época, eu e César estávamos vivendo juntos, e ele falava muito bem o castelhano, falava igual a um chileno, passava por chileno, mas uma das primeiras medidas que ele tomou foi cortar os cabelos e arranjar um blazer, para ficar mais disfarçado. Então foram assim as medidas de segurança básicas. Eu já estava com a minha carta de... certificado de permanência definitiva, que tinha saído poucos meses antes, mas ele não estava, ele estava inclusive com uma carta provisória, um papel provisório, que tinha sido dado porque ele tinha sido roubado. A carteira dele tinha sido roubada, dias antes do golpe. Ele estava com a filha no colo e vieram por trás e pegaram os documentos dele. Então ele estava numa situação bastante irregular, quando houve o golpe. Mas tem uma situação bastante curiosa aí que vale a pena registrar, também: ele alugava... Ele estava morando comigo já, nessa época. Já tinha me separado do meu primeiro marido e estava com ele. E ele morava, anteriormente, num lugar que foi muito buscado – havia muitos brasileiros, muitos estrangeiros nessa região, lá em Providência, e esses apartamentos foram muito procurados. Mas o apartamento dele era do irmão do Contreras, que era chefe de Carabineros. Quando ele soube disso – acho que foi pelo jornal, porque viu pelo sobrenome –, aí telefonou etc. e tal. Eles estavam... A Regina, que era a ex-mulher dele, já tinha avisado que ia sair do Chile, pelas perseguições. Porque, logo no início, o nome... [Teve] uma lista de brasileiros anunciados pela rádio, pela televisão e o pedido de denúncia sobre essas pessoas. Então foi uma caça aos estrangeiros, principalmente brasileiros. E aí o terror se instalou e algumas pessoas começaram a preparar sua saída; outras já estavam preparando há mais tempo, porque já vislumbravam a chegada do golpe. Então houve essa possibilidade de ele entrar em contato com o dono do apartamento, que vinha a ser irmão do Contreras. E foi a grande sorte. Porque ele disse: “Ah, pois é, vamos entregar o apartamento etc. e tal, mas eu estou com um problema aqui que é esse, esse e esse, estou sem documentação, porque me roubaram”. Esse sujeito, como queria que ele resolvesse a situação do apartamento, pintasse, arrumasse etc. e tal, já que a Regina ia sair, facilitou a entrada dele no Serviço de Investigações. Bom, evidentemente que eu

fui com ele – fiquei do lado de fora, assim, morrendo de medo de que acontecesse alguma coisa lá. E nisso, no saguão, eu vi alguns brasileiros conhecidos etc. e tal, a gente fez alguns sinais, como se não nos conhecêssemos, porque estava todo mundo tentando sair. Ele conseguiu um certificado provisório. Tudo bem, não foi preso etc. e tal. Nós estávamos na época do *toque de queda*.

D.P. – Ele era militante? Tinha sido militante?

V.B. – Ele era. Ele estava ligado à VPR.

D.P. – Certo. Ele tinha ido para lá depois...

V.B. – De base da VPR. Ele não era vinculado...

D.P. – Ele chegou a ser preso no Brasil?

V.B. – Ele não. Ele fugiu. Ele saiu, numa época que estava sendo perseguido. Então foi incrível, porque ele conseguiu esse documento. Nós saímos dessa moradia, fomos para uma *población*, que era um lugar um pouco mais protegido. E ele uma vez foi me levar ao hospital... Eu continuei trabalhando por algum tempo, por alguns meses, porque depois eu fui demitida. Como todas as pessoas foram mudadas dos seus lugares de trabalho, saiu o dr. Salvatierra, que era o doutor que chefiava o laboratório, e eles demitiram várias pessoas que tinham sido absorvidas na época da Unidade Popular. Mas, ainda nesse ínterim entre uma situação e outra, o meu afastamento, ele foi me levar no hospital e deixou a bolsinha dele em cima do carro e foi embora. Quando chegou em casa, cadê os documentos? Gente, naquela situação em que nós vivíamos, no fio da navalha, ficar sem documento era a coisa mais inviável possível!

A.D. – Esses documentos eram obtidos no Serviço de Investigação?

V.B. – É. Porque tinha que passar pelo Serviço de Investigação. Tinha um procedimento que eu não me lembro muito bem. Mas, naquela época, você tinha que passar, para ver se não havia nada contra você. E esse Serviço de Investigação foi um dos mais

importantes na época, porque tinha todos os dados das pessoas. Como ele não tinha processo no Brasil – ele era uma pessoa que se viu ameaçada aqui pelo fato de ser um professor... Ele era professor de pré-vestibular. Trabalhou com o Aquino, com toda aquela turma que... Ele trabalhava no Hélio Alonso, era professor de português e ficou visado, pelas quedas que ocorreram naquela época, então, ele resolveu sair. E, felizmente, não tinha nada no Serviço de Investigações contra ele. E para obter essa documentação que ele perdeu... Um belo dia, nos chama... Daí a algum... Não demorou tanto. Acho que foram uns três ou quatro dias, ou cinco dias. Foi logo depois. Porque ele não podia mais sair de casa. Eu estava com a documentação, mas ele não estava. E aí um amigo nosso chileno liga dizendo: “Você não sabe! Recebi aqui um telefonema, encontraram uma bolsinha tua lá na *población* de...”. Do outro lado da cidade. Mas inteiramente diferente. Estava com tudo. Eles encontraram na rua. Quer dizer, ele saiu de carro, tinha deixado em cima do...

D.P. – Caiu e alguém pegou.

V.B. – Caiu, alguém pegou, levou para sua casa, entrou em contato com esse amigo nosso que tinha o endereço lá e o Hugo foi buscar e devolveu. Já foi um alívio, porque voltar ao Contreras para pedir, dizendo que perdeu, era um pouco demais. Bom, essa é a segunda etapa desse episódio. O terceiro: meses depois, eu já não estava mais trabalhando no laboratório, o irmão dele foi visitar a gente e os dois foram numa *población*... num mercado que era numa *población* mais afastada, e não é que ele perde de novo a tal da bolsinha?! Era de uma exposição, gente, que era uma coisa que me deixava de cabelo em pé!

A.D. – Ele nem deve saber como ele perdeu. Simplesmente, não encontrou depois?

V.B. – Ele simplesmente estava... deixava... ia embora. E aí também aconteceu isso, que devolveram integralmente a bolsinha.

D.P. – Essa segunda vez, devolveram?

V.B. – Também. Era dinheiro e era a documentação.

D.P. – A documentação era mais importante, não é?

V.B. – Quer dizer, foram momentos em que nós resvalamos muito próximos de irmos para uma prisão e para uma situação muito mais drástica, como tantos foram.

D.P. – Eu queria até te perguntar isso. Você sentia medo? Medo.

V.B. – Medo.

D.P. – Muito medo?

V.B. – Quando eu cheguei lá no Chile, o terror que nós vivemos aqui foi de tal monta que a gente... A gente carrega isso no corpo, não é? A gente carrega o terror no corpo. Por isso que eu dizia que a gente falava baixinho, com medo. E isso, quando se instalou o golpe lá, também, também foi muito terrorífico, foi um “o que é que virá aqui?”. E a gente não sabia muito bem. Nós sabíamos que havia muito tiroteio ali perto de casa – por isso que nós tratamos de nos mudarmos –, e companheiros nossos brasileiros iam lá, também, lá em casa, dizendo: “Olha, estou indo embora em tal data assim e assada, estou conseguindo, vou entrar em embaixada”. Acho que eu contei, no caso do Liszt e da América, nós conseguimos levar. Então a gente... As nossas relações, a nossa rede de relacionamentos, de uma maneira geral, se meteu em embaixada. E nós, como estávamos numa situação... avaliamos que dava para ficar e tentar voltar. Eu acho que, nessa época, o meu processo já tinha sido... Eu já tinha sido absolvida no meu processo. Então, como ele não tinha processo, a nossa ideia, primeiro, foi ficar lá, dentro da legalidade que nós tínhamos, e construir um caminho de volta. Temíamos muito ir para outros países, assim: “Como é que a gente vai fazer? A gente não tem condições econômicas para a gente se deslocar daqui. Entrar numa embaixada? Nós estamos legalizados. Se a gente vai entrar numa embaixada, vamos entrar na ilegalidade, como é que vai ser?”. Então a gente resolveu ficar lá. E nesse... Logo depois do golpe, foi liberada uma licença que ele estava pedindo para a prefeitura da época, para a *municipalidad*, como eles chamam, de um restaurante, e saiu. Então nós vimos esse caminho: “Não, vamos então nos manter aqui. A situação no Brasil está...”. Em 1973,

para voltar para o Brasil em 1973 era um pouco complicado, não é? Então nós resolvemos apostar nesse restaurante. Só que não saiu como restaurante; saiu como bar, Barroco. Então a gente trabalhou no Barroco... Aliás, ao contrário: devia ser um bar. O pedido da licença foi para um bar, e saiu para restaurante. Era uma coisa pequenininha. E foi bem interessante essa experiência, porque nunca tínhamos [tido], nem eu nem ele, essa experiência de trabalhar em restaurante, como comerciante. Mas, ali, fizemos algumas relações, do pessoal que vinha se alimentar etc. e tal...

A.D. – Isso já não era mais em Santiago?

V.B. – Era em Santiago.

A.D. – Era em Santiago, também?

V.B. – Sempre em Santiago. Nós nunca saímos de lá. O que a gente mudou foi de bairro.

A.D. – Mudou de bairro.

V.B. – E esse era num bairro de classe média, classe média alta, que era em Providência, onde ele tinha morado, num outro lugar, que era um lugar que tinha uns edifícios enormes, com muita gente e tudo. E houve muita invasão de domicílio nessa região, em Providência, onde ele morava. Mas, ali, a gente teve um período... um pouco de calma, digamos assim, e trabalhando para sobreviver, para sobreviver, para a gente se manter, manter aquela fachada. E morava conosco um casal, também, de brasileiros. Quer dizer, ele brasileiro e ela argentina. Porque ele estava fazendo o mestrado dele em matemática e queria terminar. Então nós dividimos essa casa nessa *población* com esse outro casal. Aí tivemos também uma convivência com brasileiros e tudo. Ele foi um dia preso. O César foi um dia preso. Ele estava voltando do restaurante... Eu acho que o Edu e a **Flávia** já tinham mudado, já tinham vindo para o Brasil. Porque o Edu terminou o mestrado dele e eles voltaram. O Edu também tinha ido para o Chile porque era estudante de engenharia da PUC e se viu perseguido, estava sendo perseguido. Mas a volta dele foi possível, sem maiores problemas. E o César, um dia, voltando para casa,

deu o *toque de queda* e ele ficou numa das barreiras. Aí foi interrogado. E, por sorte, também, uma das pessoas que frequentavam o restaurante era um comandante da polícia, e como o César era uma pessoa muito dada e conversava com todo mundo, foi outra salvação. Porque quando ele foi preso e ameaçaram, ele estava relativamente perto de casa, mas não... Faltavam uns quatro quilômetros ou três quilômetros para chegar, porque essa *población* era um pouquinho mais adiante. Então ele ligou para o comandante. Aí o comandante mandou soltá-lo, mas antes eles deram uma volta pela cidade. Ele chegou de madrugada – de manhã cedo, praticamente – lá em casa. Interrogaram, fizeram todos... E invadiram a nossa casa, procurando coisas. Houve também um *allanamiento*, como eles chamam.

D.P. – Você estava em casa, na hora que eles entraram?

V.B. – Estava. Estava em casa. Felizmente, a gente já tinha desaparecido com tudo, tínhamos queimado algumas coisas – discos, por exemplo, que a gente tinha, dos tupamaros, aquela capa dos túneis dos tupamaros. Tínhamos aquelas referências culturais, político-culturais muito fortes lá, e que a gente tinha também colocado, distribuído ali entre os amigos daquela região, da *población*. Porque a gente estava numa situação muito mais vulnerável do que alguns amigos, que acolheram algumas coisas. Mas coisas como música, como... Nada... A fogueira, a gente fez na época do golpe. Isso a gente fez, a fogueira dos livros. Mas nessa época era mais...

A.D. – Isso foi ainda em 1973? Ou já foi depois?

V.B. – Isso foi... Não, não. Isso daí... Ah, da *población*?

A.D. – É.

V.B. – [Para a] *población*, nós mudamos depois do golpe.

A.D. – Não, que invadiram a casa de vocês.

V.B. – Foi... Acho que em 1974 ou 1975, por aí. Foi depois. Bom, mas aí ele já estava mais ou menos... Apesar desse respaldo desse comandante, também já estava mais vulnerável. Nós tratamos de voltar. Nós conseguimos voltar em 1976. Pedimos todas aquelas documentações das Auditorias, o que é que tinha. Contra mim, não tinha nada, porque eu tinha sido absolvida no processo. O processo foi aquele processo do PCBR, da Aeronáutica, aquele primeiro processo. Então foi um processo leve, digamos assim. Eu já tinha sido absolvida, eu podia, em princípio, voltar. O caso do César era mais complicado, porque não havia um processo contra ele, então, não se sabia a que ponto as forças policiais estavam ou não estavam atrás dele. Ele estava ligado à VPR. E aí a gente resolveu arriscar. Ele tinha uma amiga cujo pai era do Exército e falou com ela... Nossa volta foi um susto, também. Bom, a gente aí, quando resolveu vir para cá... A gente levou algum tempo para preparar todo esse processo de volta. Em 1976, a gente consegue alguns sinais...

D.P. – Você não tinha passaporte.

V.B. – Eu fui para lá com passaporte.

D.P. – Ah, você foi com passaporte?

V.B. – Foi aquela situação que eu te falei que o cara...

D.P. – E ele tinha passaporte?

V.B. – Ele foi... Acho que ele foi sem passaporte. Ele foi sem passaporte, mas já estava com a documentação.

D.P. – Antigamente, o visto era muito longo, não é? Não tinha essa história... Porque hoje o visto é mais curto, não é isso? Você tinha um passaporte... Porque o passaporte tem um período de duração.

V.B. – É.

D.P. – Mas o seu estava válido, ainda, quando você volta para o Brasil, não é?

V.B. – Eu não me lembro, você sabe? Acho que estava, sim.

D.P. – Mas acho que era muito mais longo, antigamente. É a impressão que eu tenho. Não é como hoje.

V.B. – Eu não me lembro.

D.P. – Tudo bem. Então, vocês prepararam a volta...

V.B. – A gente preparou a volta, e a nossa chegada aqui no Brasil foi, também, uma situação muito aflitiva, porque quando nós chegamos, o avião estava...

D.P. – Você veio pelo Galeão?

V.B. – Pelo Galeão.

D.P. – Avisou a sua família?

V.B. – Ah, toda a família estava lá, todo...

D.P. – Todo o aparato familiar.

V.B. – Todo o aparato familiar. O pessoal tinha vindo do Espírito Santo, de tudo quanto é lugar, veio para a nossa chegada. Seis anos, lá no Chile. Então o avião aterrissou e a aeromoça chegou e disse assim: “Tem um jipe aí do Exército para buscar o senhor”. Aí a gente se despediu, não sabíamos até quando. Não sabíamos que era um jipe mandado pelo pai dessa amiga dele. O pai dessa amiga dele acolheu esse pedido da filha de receber o César. Possivelmente, investigaram alguma coisa; como não havia nada de supostamente muito grave, eles levaram o César. E, bom, foram investigar e interrogar. Ele foi liberado...

D.P. – Quer dizer, então, o jipe estava lá para...

V.B. – Para buscá-lo. Para buscá-lo e para interrogar.

D.P. – Mas para prendê-lo, para interrogar.

V.B. – Para interrogar.

D.P. – Era essa a proteção.

V.B. – Era essa a proteção.

D.P. – E você foi junto?

V.B. – Não, não. Eu fiquei. Porque não era nada... Não era contra mim. O pedido foi para ele. Eu não sabia o que estava acontecendo. Foi muito aflitiva, a minha chegada.

D.P. – Aí ele vai na frente? Ou você vai ...? Quem vai primeiro? Quem saltou primeiro do avião?

V.B. – Não, ele embarcou nesse jipe, no jipe especial.

D.P. – Quando ele desceu no Galeão...

V.B. – O jipe pegou ele...

D.P. – A aeromoça já avisou, “tem um jipe esperando”. Foi isso?

V.B. – É, [esperando] por ele.

D.P. – Aí ele desce?

V.B. – Aí ele levantou, foi embora pelo jipe. E eu não sabia o que estava acontecendo. Porque, para mim, podia ser de tudo. Tudo podia acontecer ali. Aí esperamos no desembarque, lá na sala de espera. A gente ficou esperando, esperando, esperando, veio ele e disse que ele tinha sido interrogado, coisa e tal. Então essa situação...

D.P. – Ah! Então ele foi interrogado pouco tempo.

V.B. – Pouco tempo: horas, ali.

D.P. – Ali mesmo, naquele espaço. Você esperando por ele?

V.B. – Eu esperando por ele.

D.P. – Mas você desembarcou...? Você chegou a ver sua família?

V.B. – Cheguei. Eles ficaram esperando, também. Eles ficaram esperando horas, lá, a gente sair.

A.D. – A família dele foi buscá-lo?

V.B. – Foi. Mas é que o César tinha uma família pequenininha. A minha é que é enorme, então, estavam todas as crianças...

D.P. – Mas você não saiu para ver sua família antes de ele chegar? Ou, não, você...?

V.B. – Não. Eu fiquei esperando por ele lá naquele saguão e, quando nós saímos, nós saímos juntos. Eu me lembro que era o Galeão antigo, então, a criançada estava toda na parte de cima gritando. Foi então um alívio. A gente foi para a casa da minha sogra na época, ficamos lá alguns meses, ele retomou o trabalho logo, lá no Hélio Alonso, porque ele já era... trabalhava antes no Hélio Alonso, e eu também consegui um trabalho no Hélio Alonso. Porque, aqui no Brasil, eu tinha conseguido me formar, coleei grau etc. e tal. E fui estudar química orgânica, que era o que eu mais gostava, para poder dar algumas aulas de química orgânica. Então ele e eu fomos trabalhar no magistério de

segundo grau: ele como professor... Não, ele no pré-vestibular, como sempre. E aqui a gente teve uma vida muito pacata também, porque moramos alguns anos com a minha sogra e, depois, quando a gente alugou uma casa, a gente ficou algum tempo sem outros vínculos, até que... No Hélio Alonso, já havia uma mobilização, também, de professores. Na época, em 1976 e 1977, já havia uma mobilização de professores, assembleias... Enfim, a gente já começou a se aproximar. E eu fui fazer psicologia. O que me fez fazer psicologia, obviamente, foi o fato de ter sido afetada por tudo aquilo, toda essa experiência de tortura, violência de Estado, exílio. Havia muito sofrimento, e eu buscava encontrar alguma via de sentido na minha vida. Então fui fazer psicologia na Gama Filho, também numa época que começou também uma mobilização lá na Gama Filho. Eu estudava e trabalhava – trabalhava em dois lugares, no Hélio Alonso lá de Botafogo e no Hélio Alonso do Méier.

A.D. – Quando que você ingressa na Gama Filho?

V.B. – Na Gama Filho? Eu cheguei em 1976... Foi em 1977. Eu fui fazer uma... Em 1977, eu pedi o reconhecimento dos créditos que eu tinha tido na farmácia, eles reconheceram pouquíssimos, e eu fui fazer primeiro... Porque eu fiz UFRJ, que era tempo integral, e quando eu quis fazer psicologia, eu tinha direito de voltar para a UFRJ – não precisaria, em princípio, fazer pré-vestibular –, mas como o curso de psicologia era muito disputado, eu não tive essa possibilidade, além do que era curso integral – e eu tinha que trabalhar para ganhar meu sustento –, então, fui tentar uma faculdade que era tempo... por turno. E [a Gama Filho] era a única no Rio, naquela época, que oferecia o turno da manhã, da tarde e da noite. E aí eu fiz primeiro... O primeiro ano foi de pedagogia, que eu entrei direto. Não, não entrei, não; tive que fazer vestibular. Mas é que já... Era o ciclo básico. Então, já aproveitei aquelas matérias para o curso de psicologia, para o qual eu fiz vestibular e entrei. Eu podia entrar para pedagogia – era o primeiro ano que eu estava... [Estava] me adaptando aqui no Brasil. E entrei então para psicologia. Aí conheci o Novaes – o Novaes foi meu professor...

D.P. – Que é o marido da Cecília, não é?

V.B. – É o marido da Cecília. E houve, na época... Eu não me lembro exatamente quando, se foi em 1979... Talvez tenha sido em 1978 ou 1979. [Houve] uma grande mobilização na Gama Filho. As universidades particulares sofreram, internamente, muita repressão, e a mobilização estudantil e de professores foi bastante grande. A gente fazia assembleias, a gente fez eventos, discussões. E aí foram demitidos cerca de 67 ou 68 professores, na época. E com isso a gente fez uma mobilização maior: fizemos greve, os professores também em greve, e a gente se reunia em lugares à volta da universidade. Foi uma mobilização muito interessante que houve naquela ocasião.

A.D. – Como foi esse retorno à atividade política?

V.B. – Foi muito aos poucos, com muito temor, mas o fato de eu ter voltado para a universidade já fez um elo com a minha antiga militância, que tinha sido estudantil. Naquela época, eu me sentia a avó da turma. [riso] Imagina! Tendo passado por todas essas coisas, com as pessoas...

D.P. – [Inaudível] de 18 ou 19 anos.

V.B. – De 18 ou 19 anos. Eu realmente... Me dava uma sensação, quando eu entrei... Nos primeiros anos, eu tinha a sensação que eu tinha uns 70 anos, perto daquela garotada. A sensação era essa mesmo. Mas aí foi interessante, porque a gente vai processando também, pela vontade de aproximação e pela curiosidade de um outro universo, que não era o mesmo do meu. Fiz grandes amizades com pessoas mais moças que eu, da minha turma, na época. Nós fizemos o curso praticamente juntos. E nessa época, também, houve uma mobilização na Celso Lisboa, que também era vizinha ali. Então havia uma interação entre Gama Filho e Celso Lisboa, da área estudantil. Foi uma retomada da política interessante, importante. Eu às vezes encontrava por acaso com um companheiro ou outro da época de 1968 e algumas conversas sobre o que estava acontecendo, a luta pela anistia. Mas eu não me integrei a esse tipo de movimento que havia na época, pela anistia, a não ser nas grandes manifestações, mas eu não me aproximei da organização da anistia. Eu fiquei mais no movimento estudantil, e fui para a favela. Porque, quando eu estava fazendo psicologia, eu já vinha com aquela visão: “Bom, nós falamos em nome de quem?”. Nós, naquela época, falávamos em nome do

povo. “Mas que povo é esse? É preciso conhecer esse povo.” Então fui para a favela, naquela época em que a mobilização na favela também estava sendo muito intensiva: o movimento de bairro, o movimento de favela. Eu fui trabalhar, inicialmente, ali no Tabajaras, que era... Não era Tabajaras; era o Morro dos Cabritos. E junto com outros colegas que estavam também se formando na época e com profissionais...

D.P. – Quando você diz fomos, era você e o pessoal da faculdade?

V.B. – Da faculdade. Éramos algumas pessoas do movimento estudantil...

D.P. – Militância estudantil da faculdade.

V.B. – ...da faculdade, porque a gente já estava discutindo todas essas questões: como fazer esse trabalho de base etc. e tal...

D.P. – Mas tinha, assim, a Igreja por trás?

V.B. – Aí a Igreja entra. Por quê? Porque já havia, no Morro dos Cabritos, um trabalho da Igreja Santa Cruz de Copacabana, e aí nós fomos para lá e fizemos um projeto para a Funabem de educação e saúde. A nossa inquietação era justamente... Nós estávamos na área de saúde, saúde mental, e a gente queria fazer um trabalho comunitário, levando a questão da educação e saúde para a comunidade, com o apoio do padre Ítalo, que na época era... e da Dalva. Eram as duas pessoas que estavam à frente desse trabalho lá no Morro dos Cabritos.

D.P. – A Dalva, a Dalva do PCBR?

V.B. – Não, não. É a Dalva que trabalhava com o padre Ítalo. Era uma pessoa da Igreja. Quer dizer, não éramos... Eu nunca fui... Nessa época, não era católica nem nada, mas a Igreja foi...

D.P. – [Foi] a referência. É nesse sentido?

V.B. – ...o suporte desse trabalho. O que foi muito interessante, porque trabalhamos não só com os adultos, nos núcleos da comunidade, como também com crianças e adolescentes. A gente fazia uma assessoria também com as professoras que trabalhavam na pré-escola. Então foi um mundo também que se abriu aí no campo profissional bem interessante. E eu também não posso deixar de registrar uma situação muito curiosa. Esses atravessamentos, esses contatos, na verdade, não são... São situações que acontecem na vida da gente e que mais tarde é que a gente vai reconhecer o que aconteceu. Nessa época, tinha uma moça que morava ali em Copacabana que estava fazendo o mestrado em antropologia e que foi trabalhar com os adolescentes. Eu trabalhava com adolescentes. Então nós fizemos uma integração: ela, uma pessoa do livro – me lembro, era um programa do livro infanto-juvenil –, e eu, nós trabalhávamos com esse grupo de adolescentes através dos livros. E a gente teve uma afinidade muito grande, eu e ela, nos entendíamos muito bem etc. e tal. Bem, passou esse período, a vida tomou outros rumos, e eu, três anos atrás, ou dois anos atrás, vejo essa moça numa Caravana da Anistia. Ela é ex-presa política. Ela não sabia que eu era ex-presa política e nem eu sabia que ela era ex-presa política. É a Maria Cristina.

D.P. – Ah! É uma super amiga minha. Nossa!

V.B. – É incrível, não é?

D.P. – Sou amicíssima dela.

V.B. – [Maria Cristina] Lira.

D.P. – Hum, hum. Sou super amiga dela.

V.B. – É? Olha só como a vida é. Para mim foi uma surpresa. Foi lá no Armazém da Utopia. Quando eu chego, eu... “Não é possível!” Aí fui lá dar um abraço nela. Ela também não tinha a mínima ideia...

D.P. – Eu estava lá, naquele dia.

V.B. – Você estava? Olha que coisa, essa afinidade que se deu entre nós: nós nunca perguntamos uma para a outra sobre a vida anterior.

D.P. – Você começou a falar, eu comecei a pensar nela. Achei que era ela. Mas vamos lá.

V.B. – É impressionante! É porque o silêncio, naquela época, era de tal ordem...

A.D. – Era isso que eu ia perguntar, se era...

V.B. – Não se falava.

A.D. – ...se era algo imposto ou era um silêncio...

V.B. – Olha, eu acho que tem uma... Eu acho que é um efeito de mão dupla. É o silêncio do Estado, é o terror do Estado que se instala na vida da gente, e falar sobre aquelas coisas, naquela época, não era somente muito difícil como também ainda era segredo, porque estávamos nos anos 1970, ainda. Então, falava com as pessoas mais íntimas. Eu me lembro que falei com um amigo meu da época, com essas duas amigas que nós fizemos o curso juntas, mas nunca com outras pessoas. Era tudo clandestino. Sabiam que eu tinha morado no Chile etc. e tal, mas até aí morreu Neves. Então esse silêncio é algo muito importante para a gente pensar, e que foi aquele eixo que, na verdade, sem tanta consciência disso, mas foi conduzindo a prática clínica. Porque, quando eu terminei o curso de psicologia, que foi em 1981, eu já estava trabalhando na Rocinha, porque a Rocinha já estava com um embrião de escolas comunitárias. Eu já vinha do Morro dos Cabritos interessada nessa questão, e a América Ungaretti estava vinculada ao Unicef e me chamou, então, para fazer parte de uma equipe que ela estava montando junto com o Fundo Rio, que era ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social do município. E aí foi muito interessante, porque foi a criação... A proposta foi da criação de escolas comunitárias e de ampliação dessa rede. Então eu trabalhei alguns anos lá – não muitos anos, porque entrou um secretário que... do PDT, o Pedro Porfírio, que me identificou como sendo do PT e aí caiu de pau em cima de mim. Eu tive que me afastar, porque não... E também foi um jogo...

D.P. – Na Rocinha, você pegou o trabalho da Lygia Sigaud lá, na época? Ou ela ainda não...?

V.B. – Da Lygia? A Lygia estava lá, sim, mas estava meio que saindo. Porque ela estava na PUC, não é isso?

D.P. – É. [**Inaudível**].

V.B. – Aquele trabalho lindíssimo, maravilhoso. Eu tenho até hoje aquele livro.

D.P. – [**Inaudível**].

V.B. – Mas eu não estive vinculada a esse trabalho.

D.P. – Sei. Porque ela também trabalhava vinculada à Igreja.

V.B. – É. Esse trabalho na Rocinha também tinha um vínculo com a Igreja. Porque a unidade de trabalho lá era no espaço da Igreja, da Aspa [Ação Social Padre Anchieta]. Então esse foi o primeiro núcleo que eu participei. Depois, eu coordenei esse projeto, mais tarde. Anos mais tarde, eu passei a coordenar esse projeto, que já tinha várias comunidades, mas eu fiquei muito pouco tempo na coordenação, porque entrou o Pedro Porfírio e aí fez uma pressão, junto com pessoas da comunidade, que manipularam e me queimaram frente a ele. Aí eu pedi demissão.

D.P. – Você, a essa altura, já era do PT ou era identificada com o PT?

V.B. – Não.

D.P. – Era identificada, não é?

V.B. – Eu tinha simpatia pelo PT. Porque isso já foi em 1982. Aí o Liszt me convidou para trabalhar com ele, no mandato dele. Então eu fiquei na assessoria do Liszt por

algum tempo e, ao mesmo tempo, já abrindo caminho na clínica. E aí, em 1985, o Grupo Tortura Nunca Mais é criado, eu vou àquele primeiro seminário lá na Cândido Mendes e [fico] muito impressionada com aquilo. Me chamava a atenção que, na favela, o tema da violência não aparecia de jeito nenhum. A gente percorria aqueles núcleos todos e não se abria a boca para falar de violência. A violência era um tema absolutamente fora de cena. E quando eu vou a esse seminário, esse seminário escancara coisas de um passado vivido e eu me senti muito implicada. Aí comecei a ir às reuniões do Grupo Tortura Nunca Mais desde que se formou, lá no Sindicato dos Jornalistas – as reuniões eram lá –, e eu participava daquelas reuniões semanais. E, antes de 1991, já se tentava criar uma... pedir o apoio das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura⁴ para subsidiar um projeto. Em 1991, no final do ano de 1991, sai esse... Na época... Nesse ínterim, eu estava vinculada a um trabalho psi aqui no Rio, que era o Núcleo de Psicanálise e Análise Institucional, que era uma proposta de formação e, ao mesmo tempo, de ação, de um grupo que estava saindo do Ibrapsi [Instituto Brasileiro de Psicologia]. Eu não fui do Ibrapsi, mas eu pego o rescaldo do Ibrapsi. E aí eram seminários, discussões, elaborações teóricas e escritos e livros e produções variadas etc. e tal. Para mim, foi uma experiência superinteressante. E quando houve essa aproximação com o Grupo Tortura Nunca Mais, eu falei com a Cecília: “Olha, eu tenho interesse, porque estou trabalhando com grupos e acho que pode ser bem interessante”. E outras pessoas do Núcleo estavam também... ajudaram a Cecília a montar esse projeto, que foi o Osvaldo Saidón, a Vida, a Yeda. Yeda e Cecília... Foram as quatro pessoas que praticamente montaram a proposta inicial que foi mandada para as Nações Unidas, foi mandada para o Fundo das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura. E aí, pedidos de apoio de um, pedidos de apoio de outro, se conseguiu com que esse projeto fosse aprovado. E começamos então, em 1991 esse trabalho, constituindo uma equipe. Algumas pessoas já estavam atendendo mesmo sem haver esse suporte – o Osvaldo já atendia; a Heliana já atendia, a Heliana Conde, que é da Uerj –, já atendiam algumas pessoas, sem necessariamente terem esse respaldo, mas tinham o respaldo do Grupo Tortura Nunca Mais. Então foi através do Grupo Tortura Nunca Mais que se criou o primeiro dispositivo clínico de apoio para as vítimas da tortura, assim se chamava. Nós nunca gostamos muito desse termo *vítimas*, pelos efeitos subjetivos que

⁴ Refere-se ao Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura.

isso produz, então, a gente sempre tratou de *afetados pela tortura*. E aí foi muito interessante esse processo, porque a percepção de que era necessário esse trabalho se deu logo nas primeiras assembleias. Porque as pessoas tinham um excesso de angústia, de problemas, que eram, digamos, levados de forma muito intensiva para essas assembleias lá no Grupo Tortura Nunca Mais. Então a Cecília logo pensou nessa possibilidade. Na época... Era também uma época... Em 1985, estavam sendo criados os Grupos Tortura Nunca Mais pela América Latina e era também... estavam sendo apoiadas algumas iniciativas clínicas na América Latina – no Uruguai, na Argentina, no Chile – e havia uma abertura por parte do Fundo das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura. Em 1986, nós fomos a uma... Foi em 1986? Ah! Em 1986, nós estivemos na Argentina, para um grande seminário internacional: Profissionais da saúde e a tortura. Gente do mundo inteiro. Não, mintto. Eu estou confundindo. Em 1986, nós tivemos um congresso. Foi um congresso na Argentina... no Uruguai, em Montevideú, que se estendeu para a Argentina, e já houve uma aglutinação aí de argentinos, uruguaios, brasileiros que foi muito importante, esse encontro. E em 1991, então, nós instalamos aqui...

D.P. – Nesse congresso, da delegação brasileira, foi você; Cecília...? Foi um grupo?

V.B. – Foi. Fomos: eu; Cecília... É o pessoal do CIR e o pessoal... CIR é o Centro de Investigações em Psicologia Social, ao qual esse Núcleo de Psicanálise e Análise Institucional estava vinculado. Mas já havia aí um intercâmbio internacional dessas experiências clínicas. E foi muito legal porque a Argentina já estava discutindo questões bem interessantes – o Pavlovsky... O Osvaldo Saidón ainda estava aqui no Brasil. E eu acho que isso também foi um impulso a mais para a elaboração desse projeto.

A.D. – Esse congresso de 1986 já abordava a questão da tortura? Ou era um congresso de psicologia de temas gerais? Era um congresso temático?

V.B. – Não, não. Já falava... Já era... Era um encontro que já tomava a problemática do terror do Estado. Havia outros componentes também, mas... Eu não me lembro muito bem da agenda desse congresso, mas essa era uma discussão que atravessava. Tanto é que eu me lembro que nós fomos a uma sessão que o Pavlovsky – que é psicanalista e,

ao mesmo tempo, teatrólogo – fez, num teatro lá, falando sobre a cena de tortura. Já havia um atravessamento dessa temática no congresso, no congresso e na periferia dele. Nós vimos *A história oficial*, nessa época. *A história oficial*, eu acho que foi lançado exatamente em 1985, ou em 1986, por aí. *A história oficial* já traz a questão do desaparecido e os efeitos...

D.P. – Passou lá no congresso? É isso?

V.B. – Não, na... *Sur*, me parece, também. *Sur*. Eram os dois filmes que já tratavam muito diretamente da questão do exílio, da tortura... Então nós fomos constituindo esse campo e, em 1991, então, essa equipe já se instala – começa a atender basicamente... pela formação que nós tínhamos, grupalista, já começa a atender principalmente em grupo.

A.D. – Deixa só eu fazer uma perguntinha, antes de você contar como era essa experiência? Esse Fundo das Nações Unidas era um fundo direcionado a esse tipo de tratamento clínico de torturas sofridas em períodos autoritários? Ou tinha uma abordagem mais geral, mais ampla? Ou era vinculado a uma questão de períodos ditatoriais e autoritários?

V.B. – É para tortura.

A.D. – Para tortura...

V.B. – Fundo das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura. Era exatamente para quem teria sido torturado nas guerras e nos períodos totalitários. Porque ele atendia... Esse fundo ainda existe, mas hoje ele está mais voltado para áreas que estão passando por situações de guerra. E na América Latina, como a gente estava começando a sair do período autoritário, o olhar desse fundo ficou voltado para essa área. Hoje, eles praticamente não estão mais aceitando os projetos. Não sei como é que o Grupo Tortura Nunca Mais está fazendo agora, mas, até uns cinco ou seis anos atrás, já estavam diminuindo os aportes, os recursos para aqueles que já vinham há muitos anos sendo beneficiários desse fundo. Então esse trabalho... Logo no início, houve a Chacina da

Candelária, que despertou na equipe... “Epa! De lá para cá. A violência do Estado está aí.” E uma das pessoas... Um dos sobreviventes foi atendido por uma pessoa da equipe e nós começamos a pensar de que maneira nós podíamos também acolher esse segmento que estava sendo atingido agora, nos dias atuais, no período constitucional. Começamos a receber algumas pessoas, mas elas tinham muita dificuldade de se deslocar para os nossos consultórios – porque nós sempre atendemos nos nossos consultórios –, e nós vimos que a referência básica dessas pessoas que estavam... que eram pessoas das comunidades, era a rede pública. Então nós começamos a montar projetos na área de formação e de capacitação para profissionais da rede pública. Então, aí já tínhamos dois eixos de trabalho: um do atendimento clínico propriamente dito, em grupo, individual, psiquiátrico, e o outro eixo, que era o eixo de capacitação. E para a gente foi muito também importante termos ido às comunidades, fazermos um trabalho lá com os profissionais psi. Não só psi, mas com aquilo que já havia de montagem da rede pública, que abarcava profissionais psi, ou seja, psicólogos e psiquiatras, e também assistentes sociais, o tripé que estava funcionando nas comunidades. A gente já estava se...

A.D. – Estávamos falando sobre esses dois eixos de atendimento, de capacitação e de atendimento mesmo, e você ia começar a contar a experiência da equipe de terapeutas do Tortura Nunca Mais.

V.B. – É. Então, esse trabalho foi um trabalho riquíssimo, primeiro, porque a gente foi construindo esse trabalho, e tivemos uma aproximação com equipes da América Latina. Porque, em 1999, se criou uma rede latino-americana de saúde mental e direitos humanos, rede latino-americana e do Caribe de saúde mental e direitos humanos⁵, e essa rede foi criada em Montevideu; logo em seguida, nós fizemos uma reunião na Guatemala; depois, aqui no Brasil; e cada ano era em um país. Isso favoreceu a que nós conhecêssemos não só um pouco desses países, naquilo que dizia respeito à luta pelos direitos humanos, como também as modalidades de intervenção na área de saúde mental. Então foi superinteressante, esse trabalho. Era um trabalho que envolvia também seminários, a gente fazia... Era subsidiado pelo IRCT [Conselho Internacional

⁵ Rede Latino-Americana e do Caribe de Instituições de Saúde contra a Tortura, a Impunidade e outras Violações aos Direitos Humanos.

para Reabilitação das Vítimas de Tortura], que é uma instituição que foi criada mais ou menos nessa época, em 1990, a partir mesmo do RCT [Centro de Reabilitação e Pesquisa para as Vítimas de Tortura], que é uma organização dinamarquesa de trabalho voltado para a saúde de torturados, um centro em Copenhague em que a Cecília, a Regina e a Beatriz foram conhecer e participaram de um seminário lá – eu acho que por volta de... nos anos 1990 e poucos. Foi bem interessante, essa aproximação. Nós não queríamos nos alinhar, inicialmente, ao IRCT, porque a abordagem era uma abordagem médica tradicional e nós tínhamos um olhar sobre essa questão diferenciado daquele olhar médico, mas como o IRCT reorientou a sua política de criação de redes – rede latino-americana, rede da África, rede da Europa, rede da América do Norte –, isso mudou e houve, então, uma interação entre os representantes do IRCT e aqueles núcleos que estavam formados pela América Latina. E aí tinha as reuniões, também, gerais. Eu fui a quase todas as reuniões na América Latina. Nunca fui a uma reunião geral.

A.D. – Eram muitas pessoas vinculadas, muitos profissionais?

V.B. – Eram muitos. Na América Latina, tinha quase todos os países, quase todos. As Guianas que não tinha, mas todos os outros tinha, todos os outros. Então foi bem representativo.

D.P. – E aqui no Brasil tinha um grupo, além do Tortura, quer dizer, vocês, que eram vinculados ao Tortura?

V.B. – Não.

D.P. – Só vocês?

V.B. – Só a gente.

D.P. – Nem os Torturas de outros estados não participavam?

V.B. – Não. Porque não tinha...

D.P. – Em Pernambuco tinha um Grupo Tortura, mas não...?

V.B. – Mas não tinha a equipe clínica. Esse era para a equipe clínica.

D.P. – Eu sei. Mas, então, só aqui.

V.B. – São Paulo foi nesse da Guatemala, logo no início, porque na época o Grupo Tortura Nunca Mais estava sendo coordenado por uma médica, então ela foi também. Pernambuco foi numa das reuniões, logo no início, também. Foram dois pernambucanos que nós convidamos para pensarem em se integrar à rede, mas a proposta não foi adiante. Dois pernambucanos. Porque esse núcleo estava ligado ao Gajop [Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares], e o Gajop tem uma abordagem mais jurídica, então, não houve uma aproximação. Eu insisti muito, porque eu achava que o Brasil, com esse tamanho que há, seria muito interessante ter núcleos de outros pontos do país. Mas, por questões lá deles, não houve essa adesão. Então ficou só o Grupo Tortura Nunca Mais, aqui do Brasil; um grupo da Argentina; um grupo do Chile; um do Paraguai; um da Bolívia... Ficou assim. Mas Guatemala tinha muitos.

D.P. – Certo. E aqui vocês atendiam as pessoas e vocês também faziam tipo um grupo de estudo temático? Funcionava também um pouco assim?

V.B. – Ah, com certeza! A gente tinha uma reunião quinzenal de toda a equipe, organizávamos seminários internos... No início, tínhamos a presença da Cecília, porque a Cecília coordenava, fazia, como ela dizia, essa ponte entre a equipe clínica e jurídica. Porque entraram também os advogados do Grupo Tortura Nunca Mais a participar dessa equipe, porque a gente sempre pensou que seria necessário uma equipe mais completa, integral de atendimento. E eles trabalharam algum tempo conosco, mas não houve muita sustentação para a presença deles na... Durante um bom... Acho que uns três anos, nós estivemos juntos. Fazíamos eventos no dia 26 de junho⁶; nós criamos uma modalidade de trabalho, sempre envolvendo os pacientes do projeto, em que eles apresentavam trabalhos, apresentavam poesias, músicas, falas, exposições. Era a maneira de eles se

⁶ Dia Internacional de Luta contra a Tortura.

aproximarem do projeto de outra forma, além do atendimento exclusivamente clínico, de dar visibilidade para esse projeto.

D.P. – Mas explica um pouquinho como era esse público de vocês. Eram ex-presos...

V.B. – Eram.

D.P. – Todos ex-presos, torturados, atendimento gratuito...

V.B. – Eram ex-presos, atendimento gratuito. Nós recebíamos por esse projeto subsidiado, inicialmente, por esse Fundo das Nações Unidas; depois, nós conseguimos também apoio da Comissão Europeia e, eventualmente, de outras pequenas fontes – a Fundação Oak, por exemplo, que era uma fundação dinamarquesa, também, que contribuiu um pouco. Nós criamos, nesse atendimento... Além dos grupos, a gente atendia individualmente – atendíamos individualmente na clínica psicológica e psiquiátrica –, e fazíamos também essas capacitações, voltadas basicamente para os profissionais da rede pública, aqui no Rio e fora do Rio. Então, alguns recursos que eram captados eram às vezes destinados exclusivamente para a capacitação. Algumas fontes de recursos exigiam que a gente fizesse o atendimento clínico e de capacitação; outras não aceitavam capacitação. Então a gente foi diversificando de acordo com as fontes de financiamento.

A.D. – Vocês conseguiam subsídio de alguma instituição brasileira?

V.B. – Não. Era proibido, no Grupo Tortura Nunca Mais. Eles têm uma posição muito rígida em relação a isso. Em alguns momentos em que os recursos estavam muito escassos, nós levantamos essa possibilidade com a diretoria e não foi aceito.

D.P. – Mas ainda voltando ao público, então, esse público tinha também familiares de presos e torturados? Ou só era o pessoal diretamente torturado?

V.B. – Não, não. Era o pessoal... os familiares; os afetados diretos, como nós chamamos, pessoas que foram torturadas; perseguidos; pessoas que viveram na

clandestinidade; pessoas que viveram no exílio. Brasileiros ou estrangeiros. Porque aí nós tivemos clientes argentinos, uruguaios, chilenos... Não em grande quantidade, mas eram pessoas que estavam vivendo no exílio, aqui no Brasil, e que foram recebidas pelo projeto.

D.P. – E funcionava aonde? No próprio Grupo Tortura?

V.B. – Não.

D.P. – Vocês tinham uma sede?

V.B. – A sede do Grupo sempre foi muito pequenininha, então, as reuniões... Eu participava de todas as reuniões lá, das segundas-feiras. Muitas vezes, a gente recebia as pessoas que se candidatavam a entrar no projeto – a Cecília fazia a primeira entrevista, em geral, porque havia a ideia de que era preciso que houvesse um aval do Grupo Tortura Nunca Mais sobre a história da pessoa, para referendar... Porque a Cecília conhecia muita gente, então, ela... A pessoa pedia ingresso no projeto e ela confirmava ou não. Pouca gente que eu conhecia entrou com o meu aval. Mas, de uma maneira geral, era o aval dela ou alguém da diretoria, conhecido da diretoria.

D.P. – Havia uma grande procura? Como é que era?

V.B. – Acho que nós recebemos, no total do projeto, no total, de 1991 a 2010, que foi quando a equipe funcionou – eu estava desde o início da equipe até o final da equipe –, foram 500... quase 600. Quinhentas e tantas pessoas passaram pelo projeto.

D.P. – Então, por exemplo, pessoas que fizeram uma sessão e outros que fizeram uma coisa prolongada? Variou isso?

V.B. – É.

D.P. – Não tinha um...? E vocês tinham relação com o pessoal da psicanálise também? Ou era psicologia e psiquiatria? Vocês encaminhavam para alguém para fazer uma psicanálise, por exemplo?

V.B. – Mas nós fazíamos também psicanálise.

D.P. – Tinha gente psicanalista com vocês? Porque você é psicóloga, não é?

V.B. – Eu sou psicóloga, mas...

D.P. – Ou você fez formação...?

V.B. – Eu não fiz formação psicanalítica, mas eu estudei psicanálise. Eu me refiro mais à análise institucional porque a análise institucional me parece que tem recursos mais abrangentes do que uma abordagem só. Eu uso a psicanálise, o pensamento psicanalítico, mas a metodologia não necessariamente é a metodologia psicanalítica tradicional. E eu acho que, para esse público, inclusive é uma questão a ser pensada: pela experiência que a gente tem tido de lá até cá, essa diversificação me parece importante, não se ater apenas a uma abordagem. De uma maneira geral, todas as pessoas da equipe tiveram uma formação psicanalítica não clássica, tradicional, de instituições psicanalíticas. Algumas das pessoas passaram pelo Ibrapsi; outras pessoas, pelo Núcleo de Psicanálise; outras não passaram, são professores universitários: o Edu Passos, por exemplo, que estava na equipe; a Cristina Rauter também não passou, nem pelo Núcleo, nem pela... a Regina Benevides também esteve conosco algum tempo, também não passou; o Marco Aurélio passou, a Tania, a Janne; a Cristiane não passou... Então tem aí...

D.P. – [Inaudível] o nome. De repente, podia dizer o nome das pessoas, não é? Acho que era legal.

A.D. – O quê? Desculpa.

D.P. – O nome da equipe, dizer o nome, se você...

V.B. – O nome das pessoas...?

D.P. – O nome e sobrenome.

A.D. – O nome e sobrenome, para deixar registrado.

D.P. – Porque é o primeiro depoimento que a gente está pegando que está com detalhes sobre essa experiência tão importante.

A.D. – É verdade.

V.B. – Bom, então vou dizer...

D.P. – [**Inaudível**] você comentar um pouco esse trabalho.

V.B. – Quando foi criado o grupo de psi, de atendimento psi, estavam: Heliana Conde; Beatriz Sá Leitão; Janne Calhau; eu; Jorge Márcio Andrade, que é psiquiatra; e Ana Paula... Não sei o sobrenome dela porque ela ficou pouco tempo. E tinha mais uma pessoa, uma pessoa que é da UFF. Não estou me lembrando. Também ficou pouquíssimo tempo. Assim, meses.

D.P. – Certo. Esse foi o núcleo...

V.B. – Esse é o núcleo fundador.

D.P. – [É o núcleo] fundador.

V.B. – Ao longo do tempo, algumas pessoas saíram: Heliana, por exemplo, saiu; Ana Paula saiu; essa pessoa de Niterói também; o Jorge Márcio foi, anos depois, para Campinas. E outras pessoas entraram: a Tania Kolker entrou nessa época; Eduardo Passos, que é da UFF; Cristina Rauter; Marco Aurélio Jorge, que é psiquiatra; e a Pilar Belmonte, que é... Pilar e Marco Aurélio são da Fiocruz. O Marco Aurélio trouxe a

Pilar, que trabalhava com ele, como uma pessoa não clínica, mais para dar uma... fazer a gestão do projeto, que tinha crescido muito e estava complicado para a diretoria do Grupo Tortura Nunca Mais fazer, digamos, essa gestão. E nós, também, atendendo e organizando todo o trabalho. Isso foi... Esse núcleo que eu citei, mais a Cristiane Cardoso, que eu acho que entrou em 2008, por aí, veio até 2010. Em 2010... O Vannuchi já tinha... Em 2006, assumiu o Vannuchi. Ele já tinha ido ao Grupo Tortura Nunca Mais, e a mim impressionou bastante a seriedade e o compromisso que ele apresentou lá. Ele foi muito claro: “Estou vindo aqui, assim como estou indo a várias outras organizações de direitos humanos, para saber qual é a demanda mais urgente que vocês têm, para que a gente possa ver o que a gente faz”.

A.D. – Foi assim que ele assumiu, que ele...

V.B. – Foi.

A.D. – ...que ele começou a fazer essa...

V.B. – Esse circuito. Ele fez esse circuito em vários pontos do país. E eu acho que foi muito importante, primeiro, ouvir as pessoas que estavam trabalhando no campo dos direitos humanos, ver o que havia de demanda, o que poderia ser feito pela secretaria. O Nilmário não tinha tido essa movimentação, então, eu achei que... E eu achei a gestão do Nilmário muito tímida em relação à questão dos militares. E o Vannuchi vem já se apresentando e, ao mesmo tempo, propondo essa pauta. O que eu achei muito bom. Abriu um diálogo que me pareceu substancialmente diferente e inovador e necessário. Nessa reunião foi muito legal, porque as pessoas todas que estavam lá se apresentaram – numa reunião ampliada, numa segunda-feira, que ele foi. E aí essa impressão, essa boa impressão do Vannuchi também foi abrindo a perspectiva de que ali havia brechas, que o Estado se incumbisse da função de se responsabilizar por um trabalho que cabia a ele. Quem torturou e matou foi o Estado, então, o Estado tem o dever de reparar. Então foi nessa linha – pensando a questão da reparação – que, em 2010, a gente... Quando a diretoria do Grupo Tortura Nunca Mais disse “a gente não tem mais fôlego, a gente não tem mais condições de se ocupar do projeto clínico”, e nós estávamos querendo investir e provocar o Estado, acabou a equipe clínica. Alguns atendimentos pontuais

continuaram, com algumas pessoas da equipe, e outras saíram – como eu; Eduardo... A Cristina ficou; a Tania ficou; a Cristiane ficou... Não ficou em equipe, mas atendendo aquelas pessoas que já estavam atendendo. E aí nós fizemos um projeto e apresentamos para o Vannuchi, um projeto para fazer capacitação para profissionais da área psi. Ele recebeu muito bem esse projeto, adorou, achou super legal, deu o maior apoio. E, nessa época, quem estava lá trabalhando com ele era a Dodora Arantes, que estava na área de combate à tortura e que tinha feito, em abril... Em abril não, minto. Em maio do ano de 2010, [a Dodora Arantes fez] um grande evento nacional sobre tortura – não sei se você chegou a ir –, em Brasília, na Universidade de Brasília. Ela... A primeira vez que reuniu pessoas que estavam trabalhando com a temática de tortura, de diversas modalidades de trabalho. Foi a Amparo, que falou sobre a questão prisional; Grupos Tortura Nunca Mais de vários... O Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro não foi e meio que nos desautorizou, a mim e a Tania, que estávamos indo, a convite da Dodora, para apresentarmos trabalho sobre clínica. Isso foi uma coisa que a mim me chamou a atenção e eu não gostei, porque não se trata de não autorizar, não é? E aí para mim foi a gota d'água em relação ao Grupo Tortura Nunca Mais. Logo em seguida, a gente teve essa reunião com a diretoria e apresentamos... Como a diretoria também pediu que nós não citássemos o nome Tortura Nunca Mais nesse trabalho de capacitação que nós estávamos apresentando, evidentemente que a gente não colocou o nome do Grupo Tortura Nunca Mais, mas apresentamos à secretaria, e esse projeto andou até o final. Mas a lentidão burocrática da máquina estatal é de tal ordem que o Vannuchi não conseguiu assinar a forma final. Avançou, mas não avançou o suficiente para eles poderem liberar o dinheiro para a gente fazer a capacitação.

A.D. – Mas esse caminho burocrático era todo no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos? Ou tinha que passar...? Devia ter que passar por Planejamento e essas coisas, também, não é?

V.B. – É. Era todo o percurso, que eu não sei te dizer exatamente qual era, mas eu sei que passa por outros órgãos e controladorias e não sei o quê, esses órgãos que estão ali acompanhando esse processo. Bom, apresentamos então para a Maria do Rosário. Não diretamente, mas nós tínhamos uma pessoa lá na secretaria, que era a Nilda Turra, que já conhecia o nosso trabalho. Porque nós fazíamos, até então, o deslocamento para

diversas cidades do Brasil afora, levando capacitação. Então a Nilda já nos conhecia, não só desse trabalho ligado ao Grupo Tortura Nunca Mais, das publicações que nós tínhamos feito através dos recursos internacionais, como também de... A mim, ela conhecia também porque eu fiz uma consultoria para aquele projeto que ela era coordenadora, dos protetores, da proteção a testemunhas⁷. Então eu fui algumas vezes – convidada pela Suely Almeida e pela Regina Benevides, que estavam trabalhando juntas nesse projeto –, eu fui fazer também consultoria lá. E a Nilda gostava muito do nosso trabalho etc. e tal, recebeu muito bem, ainda na época do Vannuchi. Quando entrou a Maria do Rosário, ela foi demitida, foi mudada toda a equipe dela e o nosso projeto ficou lá, meio no limbo. Aí nós conseguimos, com a Luciana Garcia, que estava no lugar da Nilda Turra, que eu já conhecia aqui do Rio, porque ela era do Justiça Global... Mas a política que foi implementada na época da Maria do Rosário foi uma política voltada para a criação de centros de referência, e eles enrolaram o ano inteiro, dizendo que ia, porque ia, porque ia, porque ia, e não ia. A Dodora já tinha saído, que era a nossa interlocutora, e quando chegou no final do ano, em dezembro... Ah, sim! E esse projeto era um projeto que ia junto com a Coordenação de Saúde Mental do Rio de Janeiro. Porque a Pilar, que tinha trabalhado conosco, conhecia muito as ideias, a proposta etc. e tal, estava trabalhando na Coordenação de Saúde Mental. Então era uma articulação com essa coordenação e o nosso trabalho. Porque nós iríamos fazer a capacitação exatamente para a rede pública de saúde mental.

A.D. – Isso já é em 2011, não é?

V.B. – Não, em 2010, ainda. Não, em 2011. Desculpe. Em 2010, saiu o Vannuchi, e a Maria do Rosário é em 2011. Aí, em dezembro, acho que no dia 5 ou 10 de dezembro, eles nos mandam simplesmente um catatau de perguntas que não tinham nada a ver, em que perguntavam da população do Rio de Janeiro, quantas pessoas de baixa renda que... Coisas que nós não tínhamos a mínima possibilidade de responder – não era competência da Coordenação de Saúde Mental e nem nossa. E aí nós vimos, “não querem esse projeto”. Bom, evidentemente, eu fiquei muito chateada com isso, porque, realmente, era uma contribuição muito importante para a rede do Rio de Janeiro, porque

⁷ Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita).

nós já tínhamos visto em 2010 que não tinha nenhuma discussão, nem clínica, nem política, [nenhuma discussão] clínico-política sobre a questão de violência do Estado e como a violência do Estado afetava a subjetividade da população e dos afetados diretos. Nós participamos, a duras penas, por pressão, de um seminário, em 2010, na Uerj, organizado pela Coordenação de Saúde Mental do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, a gente levou essa temática. Porque essa temática era botada debaixo do pano, como se fosse qualquer coisa. Era uma temática... Violência sobre a mulher, violência [contra] crianças, violência criminal, violência... Menos violência do Estado, menos violência por agentes do Estado. E aí foi uma época importante, em 2010, porque no início do ano... Quer dizer, aí um outro paralelo a essa movimentação de saída do Grupo Tortura Nunca Mais: nós fomos à Argentina... Eu fui me despedir da Rede, porque estava saindo o Grupo Tortura Nunca Mais, fui me despedir da Rede de Saúde Mental e Direitos Humanos – eu e um companheiro uruguaio que também estava saindo, porque eles desfizeram a organização que já estava trabalhando há mais de 20 anos com a atenção à saúde mental –, e nós encontramos com uma pessoa que, logo depois, foi diretora do Centro Fernando Ulloa, ligada aos direitos humanos da Presidência da Nação Argentina, que é a Fabiana Rousseaux. Nessa época, eu conheci, nesse seminário que houve da Rede, a Fabiana, que já veio apresentar o trabalho de acompanhamento de testemunhas. Não só o Eatip [Equipo Argentino de Trabajo e Investigación Psicosocial], que era a organização que nós tínhamos trabalhado conjuntamente, num projeto ligado à Comissão Europeia – e fizemos um trabalho de anos conjunto que foi muito importante, a nossa parceria com a Argentina, com o Chile e com o Uruguai, porque a gente produziu aí efeitos transgeracionais da política do Estado, da política de violência do Estado. Mas quem deu suporte para esse seminário e convidou a Fabiana para apresentar trabalho foi o Eatip, que é como o Grupo Tortura Nunca Mais, só que lá eles têm uma equipe clínica – não têm uma equipe como a do Grupo Tortura Nunca Mais, aqui, que tem equipes, ou tinha equipes, e a diretoria e tem a plenária. Então nós conhecemos a Fabiana e tivemos uma reunião lá na secretaria – a Cecília estava também – sobre a possibilidade de convênio da Nação Argentina com o Brasil, que não foi adiante também. Porque era um termo de cooperação, que pudesse haver um intercâmbio dessas experiências de acompanhamento na área da justiça. Já se anunciava, naquela época, já se apontava com a Comissão Nacional da Verdade: no final do ano, já se apresentou a proposta pelo Vannuchi no Congresso Nacional, no dia

10, e a gente já vislumbrava essa possibilidade, já estávamos costurando algumas coisas. Costurando que eu digo é... Por exemplo, eu fui àquele primeiro seminário sobre a Comissão da Verdade que houve, em 2011, no Ifcs, e já... Fui convidada de última hora, também, porque não sei quem não foi... “Vem, Vera.” Aí fui. E, por sorte, tive a oportunidade de estar na mesa do Paulo Abrão. Aí eu cobreí dele: “O Estado brasileiro está devedor dessa vertente de reparação”. Aí ele disse: “Ah, é. Escreve um artigo, coisa e tal”. Então, percebe? A gente ia se encontrando e ia cobrando, cobrando daqui, cobrando de lá, cobrando do secretário, e isso foi ganhando fôlego. Foi importante porque, quer seja em seminários mais oficiais, como esse que houve lá no Ifcs, que foi o primeiro sobre Comissões da Verdade, como também, no ano seguinte, um que foi organizado pela sociedade civil, pelo Jair Krischke, em Porto Alegre, que já reunia a Rede Latino-Americana de Memória, Verdade e Justiça, o Jair me convida, eu vou para a mesa, cobro lá, publicamente, de o Estado brasileiro assumir. E o Paulo Abrão estava lá. Aí ele disse: “Cadê o artigo?”. Então foi uma onda de situações. E, ao mesmo tempo, a Dodora, que é psicanalista, que foi uma das precursoras a escrever sobre esse tema – a dissertação dela de mestrado foi sobre a clandestinidade –, ela já tinha nos chamado para participar desse evento lá em Brasília, nós publicamos os artigos nesse material, nessa publicação, que foi uma publicação grande, com muitos artigos, [a Dodora] procura a gente, a mim e a Tania, e diz o seguinte... Ah, sim! E a Tania e a Janne tinham trabalhado com ela, quando ela estava lá coordenando o Combate à Tortura, uma perícia sobre tortura – tinham trabalhado já nessa área –, que também foi um projeto que não avançou muito, mas já havia um núcleo, junto com o Paulo Endo, de São Paulo, sobre esse assunto, de fazer perícia de casos de tortura. Então ela já conhecia o nosso trabalho, já tinha uma aproximação, e aí disse... A Dodora é muito engraçada. Ela me liga e diz assim: “Vera, é o seguinte, eu tenho uma amiga de muitos anos, de 50 anos, que é a Rita Sipahi, que é ex-presa política também, e ela é muito entusiasmada com essa história de se fazer um atendimento clínico para as pessoas que foram torturadas. Ela está muito animada, já falou com o Paulo Abrão, há possibilidades e coisa e tal. E a gente está querendo fazer uma reuniãozinha aqui em São Paulo, na época do dia 8 de março”. Isso era 2012. “No dia 8 de março, porque tem a Caravana da Anistia em homenagem às mulheres.” Ela mesma foi homenageada nesse dia. No dia seguinte, dia 9 [de março], nós fizemos uma reunião na clínica de um psiquiatra que atendeu muitas pessoas, na época da ditadura, lá em São Paulo, que é o Cesarino – não sei se você ouviu falar nele.

Aí tinha umas dez pessoas: o Paulo Abrão; o Marcelo Torelly; a Dodora; a Rita Sipahi, a Beatriz Vannuchi; eu; Tania; Cesarino; Rafael; Fátima Nassif. Acho que eram essas dez pessoas. E a gente deu uma conversada em geral sobre que efeitos eram esses que nós percebíamos na clínica sobre as pessoas que tinha passado por situações-limite. Aí eles ficaram... O Paulo Abrão e o Marcelo ficaram de pensar, então, o que poderiam levantar. E aí, nesse encontro que eu tive com o Paulo Abrão no final de março, dia 30 de março, início de abril, ele disse: “Nós vamos fazer uma reunião no Rio, lá na PUC, chamando alguns psicólogos. Você tem alguma sugestão de psicólogos e psicanalistas latino-americanos?”. Aí eu dei algumas sugestões. Veio o Osvaldo Saidón, que tinha trabalhado conosco e já estava lá na Argentina; veio a Fabiana Rousseaux; veio a Maricel Robaina, que é outra companheira nossa do Uruguai, que também já trabalha há muito tempo, que já estava trabalhando na época do Mujica, já estava com uma cooperativa... O governo Mujica não criou, como no Chile, um programa específico, que é o Prais [Programa de Reparação e Atenção Integral à Saúde], nem como na Argentina, que a Fabiana já estava dirigindo o Centro Ulloa, mas [o Uruguai] tinha já um núcleo – que estava atendendo a duras penas, pela precariedade. Mas eles trouxeram a experiência deles. Então foi...

D.P. – Quer dizer, onde tinha a experiência formal montada era: no Chile...

V.B. – No Chile, já tinha há anos.

D.P. – E na Argentina...

V.B. – Na Argentina, eles já estavam também trabalhando. Mas, basicamente, houve o fortalecimento dessa perspectiva de atenção quando os *juicios* se deram. Porque aí eles focalizaram basicamente na capacitação e atendimento de pessoas que estavam sendo chamadas a depor para o *juicios*, para os julgamentos. Mas eram pessoas que já vinham atendendo pessoas que tinham passado por situações de tortura.

A.D. – Nesses países, essas iniciativas partiram dos agentes estatais? Ou houve também uma provocação, por parte da sociedade civil e dos psicólogos e psiquiatras, para que fossem criados esses programas?

V.B. – Por exemplo, na Argentina, a Fabiana já vinha atendendo anteriormente. Havia equipes que já estavam em formação. Eu me lembro que, quando começou a situação na Argentina, eles chamaram também vários psicanalistas e psicólogos. Eu me lembro que o Osvaldo, a Lucila Edelman, a Diana Kordon, que são as dirigentes do Eatip, foram **chamados** para encontros, onde eles fizeram uma interlocução com outros psicanalistas. Esses aí são os que eu conheço, que me faz lembrar essa... Eles fizeram uns cadernos das discussões que eles tiveram, divulgaram etc. e tal.

D.P. – Mas a iniciativa desses grupos...

V.B. – [Foi] da sociedade civil...

D.P. – [A iniciativa desses grupos] foi da sociedade e depois o Estado abraçou?

V.B. – É.

D.P. – Não foi uma iniciativa do Estado.

V.B. – Acho que foi...

D.P. – Você acha que foi uma coisa mais conjugada.

V.B. – Foi conjugada. Eu acho que foi conjugada. Assim como a nossa, também, eu não posso dizer que foi o Estado que fez. Eu acho que nós ficamos pressionando o Estado...

A.D. – Então foi uma provocação...

V.B. – Foi uma provocação.

A.D. – O Estado foi mais reativo.

V.B. – [O Estado] respondeu a uma demanda que já havia e criou esse dispositivo, que foi esse edital que a gente concorreu.

D.P. – Só que lá nesses países a coisa veio muito mais rápido, não é?

V.B. – Ah, certamente!

D.P. – Quer dizer, **[inaudível]**. A do Chile já tem...

V.B. – Do Chile, eu não sei como se constituiu o Prais⁸. Não sei. Porque o Chile também teve...

D.P. – O Prais quer dizer o quê? Programa...

V.B. – Prais – Programa de Reparação Integral de Assistência à Saúde. Mas eles têm tudo. Eles têm desde o atendimento psicológico, de saúde mental, como têm o atendimento médico.

D.P. – E o da Argentina, como é que se chama?

V.B. – Chama-se... O Centro é: Centro de Assistência dr. Fernando Ulloa. É ligado à Secretaria de Direitos Humanos, da área de vulnerabilidade, populações vulneráveis.

A.D. – E o Uruguai não tem nenhuma experiência assim?

V.B. – Tem uma experiência, mas muito pontual. Porque, a duras penas, também através do movimento social, de equipes clínicas, como essa que veio do Sersoc [Serviço de Reabilitação Social], que era essa organização que nós tínhamos contato e que se dissolveu, algumas pessoas remanescentes do Sersoc também procuraram representantes dessa área no Estado. E o que se conseguiu fazer foi criar uma cooperativa para esse atendimento, mas que, segundo as pessoas que nós ouvimos,

⁸ Programa de Reparación y Atención Integral de Salud.

funciona muito precariamente, com muito poucos recursos e de uma forma muito pontual. Então nós fizemos, aqui na PUC, um encontro com mais ou menos umas 50 pessoas, de São Paulo, Rio, Porto Alegre, Brasília, para discutir isso com já algumas pessoas de outros países, para levantar questões importantes para, futuramente, uma elaboração de algum edital, que a gente não sabia como ia ser. Bom, enquanto o Estado estava se aproximando dessa perspectiva, nós da equipe aqui do Rio não perdemos tempo, no sentido de mobilizar alguns setores. Nós fizemos no Pinel dois eventos; fizemos na Uerj em 2010; em 2011, nós fizemos no Pinel, na PUC e de novo no Pinel, temas relacionados à testemunha, mobilizando os profissionais não só da área psi como também da área de direitos humanos. E eu já estava vinculada ao Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, que foi criado em 2011 e [é] ligado ao Iser [Instituto de Estudos da Religião]. O que é esse Coletivo? Aí é uma outra entrada que eu acho que é importante, porque eu vou falar como essas coisas se integraram. Eu e Ana estávamos tentando ver...

D.P. – Ana Bursztyn?

V.B. – É. Eu e Ana Bursztyn Miranda estávamos tentando ver a possibilidade de o Iser se interessar por um trabalho que a gente estava querendo fazer sobre desaparecidos políticos. Porque o Liszt, como diretor do Jardim Botânico, tinha acenado com a possibilidade de a gente fazer um memorial lá em homenagem a desaparecidos. E aí a gente começou a se mexer e fomos consultar o Iser, e estávamos em conversa com o Gilney Viana, que estava na Secretaria de Direitos Humanos na época... Estava o Politi, quando estava o Vannuchi, e depois entrou o Gilney. O Politi estava mais ou menos no final da gestão, não acenou com muitas possibilidades, disse: “Ah, talvez vocês consigam recursos com uma emenda lá dos deputados, mas a gente aqui não tem, nesse momento, condições de fazer”, porque eles estavam fazendo todo aquele trabalho das pessoas imprescindíveis – vocês lembram do trabalho que o Vannuchi fez de homenagem às pessoas imprescindíveis? –, que foi muito importante, porque já começou a aglutinar também muita gente em torno dessas figuras públicas que foram assassinadas, não só Edson Luis como Mário Alves, como o Stuart... Aqui no Rio, foram os três que eu me lembro. E aí, na época do Vannuchi, não foi possível; foi possível nós estarmos em conversa com o Gilney. Então o Gilney veio aqui no Rio e

nós juntamos o Gilney com o Pedro Strozenberg, que estava como diretor executivo lá do Iser. E o Gilney disse: “Ah, vamos ver, vamos fazer o possível”. Mas nada aconteceu. Mas, justamente nessa época, o Gilney trouxe a seguinte pauta: “Por que a gente não faz uma conversa sobre a Comissão Nacional da Verdade, coisa e tal?”. “Opa! Vamos nessa!” E o Gómez foi chamado, José Maria Gómez...

A.D. – Professor da PUC.

V.B. – ...que trabalha na PUC e que é uma pessoa ótima, gosto muito dele. Foi ele; a Beca... Ele e Beca estiveram na mesa, junto com o Gilney, discutindo a questão da Memória, Verdade e Justiça, as possibilidades. E nós, nesse dia...

D.P. – Beca...?

V.B. – Beca, do Cejil, Beatriz Alonso⁹. E aí surgiu a possibilidade, então, de a gente fazer... criar um coletivo reunindo diversas entidades da sociedade civil, o que foi feito. A gente conseguiu aglutinar: OAB; ABI; nós, da luta de reparação... Esqueci de falar a respeito disso, que é muito importante. Depois eu falo da luta de reparação, que tem muita história para contar. Quem mais? O Iser... O Grupo Tortura Nunca Mais não se somou. Nós chamamos... A Vitória foi numa reunião, mas ela disse: “Não, mas segunda-feira é o dia da nossa reunião lá e coisa e tal”, e aí se procurou uma outra data, mas não se integraram ao Coletivo. Quem mais? “Ah, sim! A Casa de América Latina... Enfim, tinham mais ou menos umas dez entidades ali e pessoas que não estavam vinculadas a entidades. Então, no início, nós fizemos alguns debates: debate sobre Justiça, debate sobre memória. Mas, para organizar esse trabalho, logo no início, as pessoas chegavam... Ah, sim! Tinha as organizações dos militares, que era a Umna [Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia]. A Umna, que nós já vínhamos trabalhando lá no Núcleo de Reparação e Memória do Rio de Janeiro, que depois eu faço uma entrada nisso. O pessoal da Umna era constituído por marinheiros, marinheiros que vocês talvez já conheçam. Então eles vieram também e participaram durante esse período. E foi muito interessante porque, nos primeiros meses desse

⁹ Refere-se a Beatriz Affonso, diretora do Programa do Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (Cejil) para o Brasil.

trabalho do Coletivo, as pessoas estavam muito inquietas para falarem sobre aquilo que tinham vivido e ocupavam muito o tempo dos encontros com os seus depoimentos pessoais. Aí a gente criou um dispositivo: “Uma vez por mês, no final, a última segunda-feira do mês, a gente vai ouvir aqueles que queiram falar sobre as suas experiências, o que passaram, como é que foi, como é que não foi”. E aí passávamos um filme, ou não passávamos um filme. Mas passamos, por exemplo, *A report on torture*, e o Marcos Arruda, nesse dia, fez o depoimento dele – porque ele é citado no vídeo –, fez o depoimento dele, falou sobre a luta fora do país; no outro dia, vinham os marinheiros e falavam sobre a experiência deles de luta em 1964 e antes de 1964; um dia a Ana falou, a Ana Burszty Miranda. E assim foi. Quer dizer, cada final de mês, a gente já estava colhendo, de forma não sistemática, esses testemunhos. Mas era a possibilidade de dar suporte de escuta às pessoas que passavam por lá e que estavam precisando serem escutadas, inclusive, depois de tanto tempo, para reordenar tudo aquilo que tinham vivido.

A.D. – E vocês registravam isso? Houve um debate sobre registrar ou não?

V.B. – Pensou-se em fazer isso, em gravar. Tem uma moça que gravou alguns, uma menina que estava fazendo o mestrado dela, que é a Ligia Lins, que é neta do Amaro Lins, lá do Uruguai, e ela registrou. Mas isso não ficou sistematizado nem organizado lá. O Iser se incumbiu de fazer a gestão administrativa do Coletivo, como tem feito até agora, porque a gente faz as reuniões basicamente lá – mas, recentemente, a gente tem feito também no Museu da República, porque um companheiro nosso trabalha lá no Museu da República, então, a gente tem também esse acesso às salas do museu. Mas o fato é que esse trabalho já abriu a possibilidade de que as pessoas pudessem falar sobre as suas histórias, e já inquietas em se preparar para fazerem seus testemunhos na Comissão Nacional da Verdade. Bom, então, deixa eu voltar um pouquinho, porque teve um trabalho aí importante que a gente desenvolveu, que foi nos anos 2002 e 2003... em 2003, quando se instalou a Comissão Especial de Reparação do Rio de Janeiro. Nós, ex-presos políticos que estávamos lá no Grupo Tortura Nunca Mais, nós da equipe... Na verdade, eu, que participava dessas reuniões regularmente, vi que começava a chegar gente lá no Grupo Tortura Nunca Mais querendo falar sobre o trabalho da comissão. A Beth estava nessa época na comissão, a Beth Silveira, estava na Comissão de

Reparação. Então as pessoas queriam saber informações etc. e tal e vinham também com essa carga enorme de falar sobre o que tinha acontecido e queriam saber notícias, e aí nós pensamos... Nós quem? A equipe clínica. Eu levei para a equipe clínica, para a gente poder criar um dispositivo de escuta em um espaço não da reunião, das seis às dez, lá no Grupo Tortura Nunca Mais... das sete às dez, e a gente reunir, por exemplo, às seis horas da tarde, para já escutar essas pessoas, para que elas pudessem se organizar um pouco nas ideias, para poderem apresentar seus relatos na Comissão Estadual da Verdade. Aí foi, também, uma iniciativa muito importante.

A.D. – Na Comissão de Reparação, não é?

V.B. – Não. A Comissão de Reparação estava lá existindo, porque era um órgão formal do governo do estado do Rio de Janeiro, e nós, ex-presos políticos, estávamos...

D.P. – Sim. Mas se organizando para os depoimentos que eles iam dar na Comissão de Reparação do Rio de Janeiro.

V.B. – Exatamente. Mas não era depoimento verbal.

A.D. – Para preencher o documento para apresentar...

V.B. – É, para apresentar a sua história.

A.D. – O documento escrito.

V.B. – Porque o que se pedia era isso, uma história, o que passou etc. e tal. E aí muita gente não lembrava, muita gente dizia: “Ah, não vi nada, eu estava encapuzado, estava...”. Enfim, havia toda uma situação de um silenciamento, um esquecimento e alguns impedimentos de se lembrar. Porque, na verdade, a lei exigia que se dissesse o local onde tinha estado e quem é que tinha prendido, ou quais eram os agentes. Havia uns requisitos muito... que fecharam. Ah, não! Tinha que ser um estabelecimento do Estado. E aí, todo mundo tinha passado pelo DOI-Codi. Pelo DOI-Codi, não é estabelecimento do Estado. Era federal, mas tinha a polícia do estado lá. E aí nós

começamos a... Muita gente dizia: “Não, mas eu estive só no DOI-Codi, não vou fazer porque não tenho direito etc. e tal”. Enfim, havia um recuo e uma dificuldade muito grande de aproximação disso e, ao mesmo tempo, de falar em grupo a respeito do que tinha acontecido. E outras pessoas, não, já iam, já começavam a falar. E aí foi um dispositivo que eu fui a única dos psicólogos que estive lá ajudando a ouvir, a organizar e ver o que a gente ia fazer. Então nós criamos... E aí começou a ir um pouco no horário do Grupo Tortura Nunca Mais fazer as reuniões, começou a haver uma certa dificuldade ali e nós resolvemos fazer em outros lugares. Então houve a sugestão de se criar o Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro, fazendo o encontro lá na sede da Umna. Nós começamos a nos reunir lá.

A.D. – Aonde fica?

V.B. – Fica no Centro da cidade, ali na Treze de Maio: Treze de Maio, 13, 13º andar.
[riso]

D.P. – É mesmo?

V.B. – É. Que engraçado, não é? E aí eles têm um pequeno auditório, e nós começamos a nos reunir lá. Foi bem interessante também, porque era um contato com outros setores, quer dizer, ex-presos políticos que estavam vinculados à luta armada com pessoas que vinham de 1964. E aí somavam outras pessoas, de inserções variadas, para discutir como pressionar o governo do estado a retomar os trabalhos da Comissão Especial de Reparação. Porque quando mudou o governo, tudo parou. E não tinha a formalização, também, dessa comissão durante um bom tempo, até que a Ana Miranda, com aquele jeito dela, numa reunião que teve com o Cabral... E toda semana nós íamos para frente do Palácio Guanabara com faixas, cartazes, alto-falante, o diabo a quatro, dizendo que queríamos a reparação, que precisava montar... E a gente protocolava um documento pedindo uma audiência com o Cabral. Nada. Entrava por um ouvido e saía pelo outro. Todo mundo já tinha aceitado, todo mundo já... Todo mundo que eu digo, alguns secretários. Já achavam que tudo bem, e o Cabral não escutava. Até que um dia a Ana, numa dessas reuniões... Estava a Bené, nessa época, e a Bené, também, naquela coisa, não atava nem desatava.

D.P. – Benedita da Silva.

V.B. – É, a Benedita da Silva. Aí a Ana chega para o Cabral, diz: “Senhor governador, estamos aqui esperando tantos anos, protocolamos, fizemos...”. Aí, vira-se o Cabral e diz assim: “Secretária, qual é o problema?”, pergunta alguma coisa para ela. Ela disse assim: “Nenhum”. “Então, pronto, já está resolvido”. Assinou. Assim, gente! Assim! Não adianta papel, não adiantava nada; era a abordagem direta, corporal. É impressionante! Bom, aí essa comissão começou a andar novamente. O meu processo, que foi o 1.100 e caqueirada, entrou em exigência, desapareceu, entre uma comissão e outra... Desapareceu. Desapareceram processos. Vários. Não foi só o meu. Um número grande. Até hoje essa situação está rolando, para vocês terem ideia da desorganização do estado do Rio de Janeiro. Muita gente não recebeu até hoje. E aí... Essa luta era uma luta que envolveu muitos atores sociais. Na época que nós criamos esse outro... o Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, já alguma parte desses segmentos que participavam dessa luta de reparação já se somaram. Então, no início, as reuniões do Coletivo eram muito disputadas, ia bastante gente.

A.D. – Você estava mencionando as reuniões iniciais do Coletivo, que ia bastante gente, que eram muito disputadas.

V.B. – É. E que, na verdade, foram sendo encaminhadas também... Foi sendo encaminhado esse dispositivo de escuta de testemunhos uma vez por mês. Isso veio ao encontro daquilo que nós, da área clínica, já estávamos trabalhando nesses seminários que nós organizamos no Pinel e na PUC. E isso veio também, numa certa medida, a valorizar a figura do testemunho, que já entendíamos que era uma figura necessária que as comissões pudessem ouvir, pelo efeito de reparação psíquica que as pessoas, ao relatarem o que viveram, poderiam ter. Como a gente foi fazendo essa construção, essa percepção? Nesse diálogo com a Argentina, da literatura sobre a temática do testemunho, que é uma literatura que hoje já é mais ampla, e o Uruguai também já tinha desenvolvido esse trabalho de escuta de testemunhos. Então esse intercâmbio já estava circulando entre nós. A questão da reparação, o que nós pensamos? Por que é importante que haja o testemunho? E, por isso, nós do Coletivo RJ levamos inicialmente para o Movimento Memória, Verdade e Justiça, que é a Rede Brasil Memória, Verdade

e Justiça, que aglutina presos políticos do Brasil inteiro, constituídos também em coletivos e comitês, nós levamos para as reuniões...

D.P. – Como se chama a rede?

V.B. – Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça. Esse foi um nome que se criou aí ao longo do caminho. Hoje está com esse nome, mas o nome inicial era Rede Memória, Verdade e Justiça. Nós temos uma rede pela internet e uma interlocução com vários pontos do Brasil – geralmente, com ex-presos políticos, mas também com jovens, que se somaram aos coletivos e comitês.

A.D. – Funciona bem, essa interlocução?

V.B. – Mais ou menos. Não é algo muito ativo, não. É muito choque, muitas vezes, entre ex-presos políticos, principalmente. Esse é um efeito ainda, penso eu, dos velhos tempos, em que havia uma... houve uma divergência muito grande entre diversos campos que estavam arregimentados na luta política no Brasil. Houve uma fragmentação enorme das forças políticas partidárias. Eu acho que isso, de alguma maneira, ainda está se reproduzindo nesse campo. Há uma interlocução? Há. Há uma divulgação? Há de muitas coisas que estão sendo feitas em várias partes – a gente faz um intercâmbio de informações, nessa rede. Agora, não há uma estratégia de intervenção de trabalho conjunto, comunitária, minimamente comum. Então, cada coletivo e comitê têm feito muitas incursões, mas não de forma mais organizada. Então esse movimento se reuniu com a Comissão Nacional da Verdade. Inicialmente, houve uma... Logo no início da instalação da Comissão, houve uma reunião desses segmentos dos coletivos e comitês em São Paulo, e nós já estávamos com o projeto Clínicas do Testemunho, já tínhamos nos candidatado, já tínhamos sido escolhidos. Nós que eu digo, os quatro projetos que compuseram a rede Clínicas do Testemunho. Nós fomos a esse encontro lá em São Paulo, naquela sede de formação que tem ali perto de São Paulo.

D.P. – Cajamar?

V.B. – Cajamar. Houve, em Cajamar, um encontro de dois dias desses coletivos e comitês, e eu fui com outras pessoas do grupo de São Paulo, o Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo, ao qual nós aqui do Rio estamos vinculados institucionalmente. Porque nós aqui do Rio nunca tivemos uma preocupação de formar uma instituição. Estivemos sempre ligados ao Grupo Tortura Nunca Mais, depois ficamos como equipe autônoma e independente, provocando o Estado, e nunca nos... formalmente... Nunca nos constituímos formalmente – nós sempre nos apresentamos como equipe clínico-política –, e quando houve a possibilidade de a gente se apresentar nesse edital, como nós conhecíamos o trabalho do Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo desde 1986, a gente conversou com eles e nos constituímos no braço do Instituto Projetos Terapêuticos no Rio de Janeiro. Então eu fui... Eu estava em São Paulo e fui com o Moisés Rodrigues, que é o diretor desse núcleo de lá de São Paulo, e a Marta Azzolini, nós fomos conversar com o pessoal de Cajamar. Não o pessoal de Cajamar; que estava lá em Cajamar. E aí falamos muito rapidamente, porque estava confusa lá a discussão, mas já apresentamos o projeto e a possibilidade de eles se inserirem e se inscreverem no projeto, como fazer, de que se tratava. Não houve muito interesse, mas alguns lugares se interessaram em se aproximar etc. e tal. No dia seguinte, tinha uma audiência pública em São Paulo, uma das primeiras audiências públicas em São Paulo, de todo mundo do Brasil inteiro – porque essa turma que estava em Cajamar ia apresentar para a Comissão Nacional da Verdade uma proposta de trabalho, de investimento da comissão, tal qual esses comitês queriam. E aí, nesse dia, a pessoa que apresentou me deixou de cabelo em pé, porque ele disse assim: “Nós temos que ter esses documentos da ditadura, e para nós falarmos a respeito disso é muito duro, nós não... Para nós é muito difícil falar sobre isso”. Sendo que nós do Rio já tínhamos apresentado a proposta de que era fundamental que a gente fosse nos lugares de tortura, fazendo os testemunhos nos lugares de tortura, porque isso abarcava não só a reparação psíquica como também a marcação dos lugares de tortura e uma futura ocupação desses lugares de tortura como centros de memória. Eram os três eixos que a gente batalhava, toda vez que a gente falava com a Comissão Nacional da Verdade. Aí esse companheiro falou dessa dificuldade de se abordar essa questão e, no intervalo... Eu não tinha direito à voz – eu estava lá como ouvinte –, porque era uma reunião com muita gente etc. e tal, mas, no intervalo, eu procurei o Paulo Sérgio Pinheiro, que era, na época, o coordenador da comissão, e disse: “Paulo Sérgio, eu posso atestar que é fundamental se ouvir o

testemunho dessas pessoas, por causa disso e disso...”. “Ah, mas eu não sei disso e coisa e tal”, se esquivou. Enfim, saiu meio de fino. Nós já tínhamos conversado... Nossa equipe do Rio, clínica, já tinha conversado com a Rosa e com a Maria Rita Kehl sobre a importância do testemunho. A Maria Rita Kehl ficou muito sensibilizada e interessada. Ela nunca tinha pensado nisso. Porque isso [foi] logo que eles se instalaram. A Maria Rita não tinha entendido, ainda, essa dimensão. A Maria Rita vem do movimento da violência hoje – não estava, ainda, imbuída da violência do passado –, e essa dimensão do testemunho, ela ficou muito impressionada, quando nós tivemos uma reunião com ela. Ela vinha ao Rio, é amiga da Cecília Boal, e aí tivemos... Eu sou amiga da Cecília Boal, e aí soubemos e fizemos nossa reunião com ela. Ela, na segunda reunião, chamou a Rosa, e a Rosa se interessou muito, também. Então as duas foram as duas pessoas da Comissão Nacional da Verdade que, numa certa medida, tiveram essa escuta favorável para que os testemunhos fossem ouvidos. Mas foi uma luta que nós travamos com a Comissão Nacional da Verdade, para que houvesse. Eu fiquei muito contente quando houve essa possibilidade, que se abriu mais ou menos no final... em setembro do ano passado, de irmos aos centros de tortura. Já a Comissão Estadual da Verdade é um processo interessante, porque eles já conheciam o nosso trabalho, e a Clínica do Testemunho, aqui no Rio, ela teve grande adesão, porque, como nós já éramos pessoas que tínhamos trabalhado durante quase 20 anos com muitas dessas pessoas, houve uma adesão ao nosso projeto logo de cara. O primeiro evento que nós fizemos tinha cento e tantas pessoas: ex-presos políticos, ativistas do movimento social, representantes partidários, representantes de programas de proteção aqui no Rio... Foi lá na OAB. A gente fez o lançamento do projeto e houve uma divulgação que fomos fazendo, não só boca a boca, mas também com eventos chamados conversas públicas, que foi uma maneira de a gente poder difundir e ter uma interlocução, também, e abrir a palavra dos presentes. Foi muito interessante isso, porque não só deu a conhecer o projeto como também já, digamos, lançava num público diversificado a possibilidade de se falar sobre aquilo que tinham vivido. Então foi outro dispositivo que foi apresentado pelo Clínicas do Testemunho que ajudou bastante o testemunho.

A.D. – Quem participava dessas conversas públicas? Eram vocês...? Tinha algum integrante da CEV também? Ou era um evento à parte?

V.B. – Não, esse não tinha... A CEV não tinha se instalado. Isso foi em abril, dia 17 de abril de 2012. A CEV, eu acho que estava ainda para se constituir. Mas, de qualquer maneira, já tinha gente que depois veio se aproximar da CEV. E eles, quando começaram a organizar o trabalho deles da CEV, pediram para nós, ex-presos políticos, ajudá-los na indicação de pessoas que pudessem testemunhar. Quer dizer, nós do Coletivo, ex-presos políticos, do Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro ajudá-los nisso. E aí eles viram... “Ah, Vera, você, que é do Clínicas do Testemunho, por que você não fala a respeito disso conosco hoje?” Estavam vários membros da Comissão Estadual [da Verdade] e assessores. Eu disse: “Bom, tudo bem, eu posso falar rapidamente e a gente marca uma reunião para a gente conversar com as outras pessoas da equipe sobre isso, da equipe clínica”. E aí foi assim. Apresentamos a proposta que nós... da Comissão de Anistia... A nossa proposta que nós apresentamos na Comissão de Anistia e vimos a possibilidade de a gente fazer o acompanhamento de algumas testemunhas que a Comissão Nacional da Verdade não teve escuta, mas que a Comissão Estadual se interessou. E aí foi muito interessante, porque... Eu me lembro que foi em julho, eu estava de férias fora do Rio, bate o telefone, é uma assessora da Comissão Estadual da Verdade, desesperada, chorando, em pânico, dizendo: “Vera, apareceu aqui uma pessoa e eu escutei essa pessoa”. Ela estava inteiramente desestabilizada. Essa pessoa que procurou a Comissão Estadual da Verdade não era do Rio, tinha sido barbaramente torturada, nunca tinha falado sobre isso, e desceu do avião, foi para a Comissão Estadual da Verdade, falou com essa moça – uma espécie de um vomitório sobre aquilo que tinha vivido – e ela desmoronou. Aí eu disse a ela para...

D.P. – Mas ela tinha dado um depoimento oficial para a comissão? Ou foi uma coisa...?

V.B. – Não. Foi o primeiro...

D.P. – Contato.

V.B. – [Foi o primeiro] contato. Aí ela logo procurou a gente, para poder ver como encaminhar, porque não tínhamos, ainda, sistematizado um fluxo. E nesse dia foi uma coisa também meio surpreendente. Foi logo depois dessa primeira reunião – acho que foi o primeiro depoimento que eles receberam – e aí eu pedi para o Eduardo receber

essa pessoa, o Eduardo Losicer, que é da nossa equipe. Então ele recebeu no consultório dele umas três vezes – essa pessoa ficou aqui no Rio uns três ou quatro dias, depois fez o depoimento. E o que essa pessoa queria, além de recuperar toda essa história, era uma certa autorização de que ela estava podendo falar. A impressão que as pessoas têm é que vão desmoronar, que vão pirar, que vão perder inteiramente o fio da meada, não vão falar direito, não vão contar tudo, essa ideia de que não vai dar certo. E aí foi, digamos, o primeiro contato que a equipe teve com... via Comissão Estadual da Verdade. E aí nós organizamos com a equipe da Comissão Estadual da Verdade um modo de funcionamento e percebemos que eles também precisavam, por estarem ouvindo, alguns deles, ouvindo pela primeira vez, ou pelas primeiras vezes, relatos tão duros, tão violentos, tão carregados de emoção, que eles precisavam também de um suporte. E esse suporte, então, nós criamos com encontros regulares – acho que, inicialmente, foram semanais, e depois, quinzenais – de escuta dos assessores que recebiam as testemunhas pela primeira vez, ou pelas primeiras vezes. E algumas pessoas que estavam sendo atendidas pelo Clínicas [do Testemunho] quiseram também depor na Comissão Estadual e na Comissão Nacional. Quando se abriu... Quando a Glenda Mezarobba estava fazendo o grupo de gênero... Isso nos chegou no ano de 2014, num seminário em Recife que a equipe foi para apresentar pela primeira vez o seu trabalho publicamente, para aquele encontro na área de justiça de transição, e a Darci Miyaki, que é uma ex-presa política, me procurou e disse: “Ah, eu te mandei um e-mail, você não me respondeu, coisa e tal”. “Não, não recebi nada.” “Eu disse que a Comissão Nacional da Verdade estava querendo... Vai fazer esse núcleo, esse grupo de mulheres” – foi assim que me chegou a história –, “esse grupo de mulheres para depor, coisa e tal, vocês lá do Rio não me respondem”. “Não, realmente, não recebi.” Mas não ficou muito claro. Eu disse: “Olha, eu estou no Clínicas do Testemunho. Se as mulheres do Rio de Janeiro quiserem ser escutadas pelo Clínicas do Testemunho, eu acho que a gente tranquilamente faz grupos, como nós temos feito grupos, e a gente vai com elas, porque no nosso projeto tem um componente que é o acompanhamento de testemunhas”. “Ah, tudo bem.” Aí chega para nós uma informação de que a Comissão Nacional da Verdade estava ligada ao Clínicas do Testemunho. Aí, quando eu falo com a Glenda, a Glenda diz: “Vera, não é bem isso. Na verdade, não há uma formalização da Comissão Nacional da Verdade quanto ao Clínicas do Testemunho. Mas nós, quando recebermos os testemunhos das mulheres, podemos divulgar o trabalho de vocês. Vocês me

mandem alguma coisa por escrito que a gente vai divulgando em quem se aproximar. A gente pode anunciar, mas não podemos falar em nome da Comissão Nacional da Verdade”. “Está bom.” Então nós acompanhamos várias mulheres que fizeram depoimento lá. Fizemos grupos lá nos consultórios. Acho que foram quatro ou cinco grupos. Eu agora de cabeça não tenho, porque é muito número. Nós fizemos grupos, e foi muito importante para elas. Algumas já estavam no projeto; outras não estavam no projeto e se somaram. Algumas que não estavam inscritas quiseram se inscrever no projeto, a partir dessa experiência; outras não se inscreveram, mas fizeram o depoimento na comissão. Foi um trabalho bem objetivo, relativamente curto, com poucos encontros. Acho que teve grupos com dois encontros, um antes e um depois, para se fazer a avaliação. Porque, na verdade, o testemunho mobiliza muito, e a gente estava achando que seria importante ter também um suporte depois, depois do testemunho. Então esse trabalho foi um trabalho que não foi feito formalmente com a Comissão Nacional da Verdade, mas com a Comissão Estadual nós fizemos, digamos, uma parceria que foi uma parceria muito valiosa, do ponto de vista profissional, eu acho que para nós e para eles. Foi muito rica essa parceria. Por exemplo, às vezes, uma pessoa da equipe que estava colhendo depoimentos ficava muito embaraçada, sem saber muito bem como conduzir a situação, e a gente discutia. Isso também dava mais possibilidade de fortalecimento, de ela poder lidar com aquela situação no encaminhamento que tinham que dar. Discussão sobre algumas... eventos que nós fizemos conjuntamente, quer seja audiências públicas, quer seja coleta de testemunho. Nós, no Clínicas, organizamos o trabalho recebendo, inicialmente, em grupos de recepção. Esses grupos de recepção geralmente eram constituídos por sete ou oito pessoas, ou seis pessoas. E nós... Nesse encontro, o que nos chamou a atenção – acho que é interessante também fazer essa pontuação de diferença entre o trabalho do Clínicas para o trabalho do Grupo Tortura Nunca Mais, que era a Equipe Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais – é que as pessoas se inscreviam porque elas achavam – e eram reconhecidas pelo Grupo Tortura Nunca Mais – que tinham direito a esse projeto, serem atendidas por esse projeto. No caso do Clínicas do Testemunho, as pessoas... E elas, anteriormente, custavam muito a perceber que a situação que elas traziam tinha a ver com a história de vida delas naquele período da ditadura, daquilo que as tinha afetado. Eram queixas laborais, queixas familiares, queixas de falta de interesse pela vida, eram queixas as mais variadas, sem sequer ser feita nenhuma ligação com aquilo que as

peessoas tinham vivido no passado. Enquanto que quando nós começamos a receber nos grupos de recepção as pessoas que se inscreveram, elas já chegavam falando sobre aquilo que elas tinham vivido na época da repressão. Então, já começavam a trazer nos grupos aquilo que era dor, o sofrimento que elas tinham passado, como elas tinham passado e como é que elas... Muitas delas diziam: “Eu nunca tinha pensado a respeito disso, mas, naquela conversa pública, eu me dei conta que eu nunca falei a respeito disso. Eu preciso falar disso. Esse mal-estar que eu estou sentindo talvez tenha a ver com isso”. Foi muito interessante a diferença entre uma... Porque o próprio nome, Clínicas do Testemunho, já é um disparador com o contexto da Comissão Nacional da Verdade, com os 50 anos que se aproximava. Tudo isso já fez um fundo. Foi um quadro de fundo, que já proporcionou o dispositivo narrativa, testemunho. Então, depois desses grupos de acolhimento ou de recepção, que a gente fazia umas três sessões, no máximo, para que as pessoas pudessem se conhecer e um pouco dizer de onde vêm, o que passaram, por que elas estavam ali, para a gente poder também ter uma conversa sobre as modalidades de atendimento que o projeto oferecia e, ao mesmo tempo, elas poderem decidir junto conosco para onde elas iriam, que modalidade elas iam aderir, iriam ser incorporadas. Então muitas delas quiseram fazer um outro dispositivo que nós criamos, que era um dispositivo também com tempo marcado – de seis ou sete encontros –, que nós chamamos de grupos de testemunho. Eram pessoas que iam lá só para testemunhar aquilo que elas viveram. Foi muito rico também, muito interessante, essa possibilidade desse intercâmbio entre as pessoas. As pessoas começam a se sentir mais fortalecidas, quando ouvem umas às outras e retiram de si aquilo que foi vivido muito individualmente e de forma privatizada, e começam a criar um plano, também, de coletivização dessa experiência e, na medida em que um fala, o outro puxa um fio da meada, diz: “Epa! Comigo também aconteceu isso”, “Ah, comigo não aconteceu isso”. Tem aí uma reverberação de um para o outro que é muito interessante para esse público que ficou tão marcado por essas histórias de violência, do terror do Estado. Bom, esse grupo, quem queria participar também de grupos terapêuticos... Muitas dessas pessoas que participaram desse grupo de testemunho, que tinha também um caráter terapêutico, sem dúvida alguma, e que queriam, digamos, trazer também outras questões, foram para os grupos terapêuticos. Nós tivemos, no total, quatro grupos terapêuticos. E o atendimento individual e o atendimento psiquiátrico também aconteceram. E foram surgindo grupos, também, que nós chamamos grupos de pesquisa. Por exemplo, no

grupo de testemunho, uma pessoa disse: “Ah, pois é, eu passei pelo HCE”. Aí o outro, no outro grupo, ou no mesmo grupo, dizia: “Eu também passei no HCE”. E o que aconteceu? E aí se formou um grupo do HCE, que passou pelo HCE...

D.P. – Que é o Hospital Central do Exército.

V.B. – ...o Hospital Central do Exército, grupo esse que queria fazer um testemunho, uma audiência pública sobre o HCE, entendendo que lá houve tortura, eles passaram por tortura. Quem esteve no HCE, algumas pessoas foram bem tratadas e outras foram torturadas. Então viram o interesse de... Então teve esse grupo do HCE, teve também... É muito interessante também falar dos militares. Os militares, nós encontrávamos nas reuniões da Comissão Estadual da Verdade. Essa Comissão Nacional da Verdade teve outra qualidade, que foi essa interlocução, também, com os setores da sociedade civil: se abria, mensalmente, um debate sobre algum... [Eram] levantados alguns temas, para que a sociedade pudesse se pronunciar, dar sugestões etc. e tal. E estavam sempre lá os militares da Aeronáutica, sempre levantando a questão da reparação e que a Comissão da Anistia é isso, que a Comissão da Anistia é aquilo. Enfim. E nós, também, sempre presentes lá. Bom, no ano passado... O nosso projeto tinha, inicialmente, dois anos de duração, não é? Deveria ter terminado em dezembro do ano passado. Mas, quando foi naquele evento lá em Recife, que acho que foi em março do ano passado ou abril, por aí, no início do ano, se levantou a possibilidade de ter um aditivo de prazo.

D.P. – Qual foi o evento em Recife?

V.B. – Em Recife, foi aquele que eu mencionei.

D.P. – Você mencionou antes.

V.B. – Foi um evento da justiça de transição em que nós apresentamos trabalho. Levantou-se a possibilidade, na reunião com o pessoal da Comissão da Anistia, de que se fizesse um aditivo de prazo, para estender um pouco mais o período. E aí, esse aditivo, nós já incorporamos com uma possibilidade concreta: todas as equipes pensaram nisso e já fizeram uma projeção orçamentária, de trabalho etc. e tal, levando

em conta o primeiro semestre desse ano. Quando chegou numa reunião com todos os projetos, aqui no Rio, que foi mais ou menos na véspera das eleições, nós tivemos a terrível notícia que não era bem assim, que da Comissão da Anistia estava tudo preparado, mas que não sabíamos... não se sabia se o ministro iria assinar. Aí foi uma ducha de água fria, porque estavam todos os pacientes que estavam em atendimento certos de que o tempo de atendimento iria se prolongar. Isso causou um embaraço na equipe e na relação com os pacientes muito grande. Mas, como os pacientes também são pessoas que já tinham uma militância política, coisa e tal, começaram a se movimentar. No meu grupo, no grupo que eu coordeno, terapêutico, surgiu a seguinte proposta, veja você: “Ah, mas a gente pode fazer uma carta! A gente pode fazer uma carta para o ministro e aí...”.

A.D. – É o ministro da Justiça no caso, não é?

V.B. – O ministro da Justiça. “Tudo bem, faço uma carta para o ministro da Justiça.” “Ah, fulano faz.” Fizemos a carta para o ministro. Foram entregar pessoalmente: uma ex-presa política, a Jane Alencar, foi ao Ministério da Justiça, entregou pessoalmente, foi super bem recebida. Isso em dezembro. E, em dezembro, houve uma audiência pública na Uerj sobre os efeitos transgeracionais [da violência de Estado], uma audiência junto... que foi feita pela Comissão da Verdade Estadual, que foi um sucesso. Foi muita gente. Foi muita gente. Foi muito bonita. Foi gravada, e houve um compromisso do presidente da comissão – o Wadhi se comprometeu publicamente em pedir a prorrogação, valorizando o trabalho, coisa e tal.

A.D. – Esse foi o evento sobre a violência de Estado durante a ditadura, a democracia...?

V.B. – Não. Foi um evento específico da Comissão da Verdade conosco, do Clínicas, que se chamou Audiência pública sobre os efeitos transgeracionais da violência do Estado na época da ditadura. E os usuários do projeto fizeram uma exposição das suas histórias de vida, dos familiares...

D.P. – Isso foi aonde?

V.B. – Lá na Uerj. Acho que foi no décimo primeiro andar. Foi muito bonito. A gente tem fotos disso também. Foi lindo, o evento. Veio uma filha do Rio Grande do Sul, que é uma moça que faz teatro, e ela apresentou a peça dela, que é um monólogo. O pai dela é ex-presos político, foi internado inúmeras vezes, acho que 15 vezes, fez uma trajetória psiquiátrica desde que saiu da prisão – estava fazendo medicina, na época – e nunca conseguiu se restabilizar. Essa moça apareceu numa conversa pública que eu e Tania estávamos, no Rio Grande do Sul, meses antes. Ela se apresentou pela primeira vez dizendo que ela era filha. Nós estávamos falando exatamente sobre filhos, sobre os efeitos transgeracionais. Levamos o filme, aquele filme dos 15 filhos [*15 filhos*], que é muito bonito. Não sei se vocês conhecem. Foi feito pela Marta Nehring e Maria Ribeiro¹⁰. É Maria Ribeiro? É um filme que já tem algum tempo, mas que entrevista vários filhos. É um filme muito bonito. E ela se sentiu muito tocada, se apresentou e se integrou ao projeto lá do Rio Grande do Sul.

D.P. – São quatro projetos: um aqui, um em São Paulo, um no...

V.B. – Dois em São Paulo – do Instituto Projetos Terapêuticos, ao qual nós estamos ligados, e do Sedes Sapientiae –, e do Rio Grande do Sul é o Sig, que fez esse livro daqui, que eu trouxe para vocês.

D.P. – A Beatriz está em qual?

V.B. – A Beatriz está no Instituto Projetos Terapêuticos. Ela era do Sedes também, a Beatriz Vannuchi.

D.P. – É, porque você falou do Sedes...

V.B. – Porque grande parte dessas pessoas...

D.P. – Eu sei, está tudo...

¹⁰ Refere-se à Maria Oliveira, que, junto com Marta Nehring, dirigiu o documentário *15 filhos*.

V.B. – É, eles estão muito...

D.P. – Ligados, não é?

V.B. – [Estão] muito ligados.

D.P. – Ela é mulher do Paulo.

V.B. – É. Então foi muito importante esse evento no dia 5 de dezembro. E o ministro recebeu a carta e assinou. Porque a grande questão era se a Dilma iria ser ou não eleita. Nós estávamos em outubro... Em outubro ou final de setembro? Acho que foi em outubro. Foi depois da primeira rodada. Não se sabia se a Dilma ia ser eleita. E a grande insegurança era essa. Mas, enfim, foi assinado e o projeto teve continuidade. Ele ia fechar no dia... com um evento público em... dia 26 de junho, que é o Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura, com um grande seminário nacional e internacional lá no Museu da Resistência... no Memorial da Resistência, em São Paulo. Mas esse seminário foi trasladado para agora. Vai ser em novembro, lá em Brasília. Então a gente vai fechar essa etapa do projeto. A outra etapa vai acontecer no início do ano que vem: o projeto, aqui no Rio, já foi aceito...

D.P. – Que bom!

V.B. – Nós temos feito outras atividades, mesmo não tendo mais recursos...

A.D. – E ele foi aceito o quê, pelo governo do estado?

V.B. – Não, foi aceito no sentido de que se fez um outro edital.

A.D. – Ah, sim.

V.B. – O segundo edital já foi lançado...

A.D. – Da Comissão de Anistia?

V.B. – Da Comissão de Anistia, sempre. [O segundo edital foi lançado] em agosto e já saiu o resultado: o projeto aqui no Rio foi aceito, assim como um outro de São Paulo, do Sedes, também, e o do Rio Grande do Sul, que tem uma parceria com Santa Catarina. Então está assim, quer dizer, estamos em vias de apresentar o material que foi produzido pelo projeto; e a Comissão Estadual da Verdade, nós temos trabalhado também, conjuntamente. Eu não falei dos militares. Dá tempo ou não? Não, não é? Dá?

D.P. – Fala. Então continua.

V.B. – É que na reta final, mais ou menos...

A.D. – Qualquer coisa, a gente tenta... Pode fazer outra vez.

D.P. – Está [certo]. Mas vamos mais um pouquinho.

A.D. – Eu ainda tenho um monte de perguntas para fazer.

D.P. – Então...

A.D. – A gente pode... Para um pouquinho, Ninna.

D.P. – Vamos resolver aqui.

A.D. – Não adianta a gente ficar falando baixinho com o microfone...

3ª Entrevista: 30/10/2015

D.P. – Vera, mais uma vez, obrigada pela presença. Então, vamos continuar nossa conversa. A gente tinha chegado na Comissão de Anistia. Você foi uma pessoa que teve um papel importante, não só nesses movimentos todos, mas, sobretudo agora, com essa

coisa da Clínica do Testemunho. Então, você podia falar para a gente um pouco disso e depois a gente entra num debate mais sobre o sentido da própria reconciliação, da anistia, essa coisa mais conceitual.

V.B. – Bom...

D.P. – Acho que é um pouco a sua experiência. Porque até é uma curiosidade minha, como ex-presa, ex-torturada: como é que foi isso para você, ouvir essas coisas e ter esse...? Como é que você se jogou nisso? Porque eu acho que uma coisa é ainda estar nos movimentos lá, mas no seu papel de estar lá ouvindo aqueles...

A.D. – Profissional.

D.P. – Profissional. Me parece barra.

V.B. – Você diz no campo da clínica?

D.P. – Da clínica.

V.B. – Ah! Está [certo]. Eu acho que talvez valha a pena...

D.P. – Da clínica das testemunhas, porque pega o pessoal... os presos, ex-presos, os torturados. Ouvir esses depoimentos e acolher essas pessoas...

V.B. – Eu estava pensando exatamente que esse foi um processo. Foi um processo que se inicia em 1985, no Grupo Tortura Nunca Mais, quando o Grupo Tortura Nunca Mais foi fundado, e que a participação de tanta gente, naquele momento, no Grupo Tortura Nunca Mais, com tantas aflições e tantas demandas de atenção, de cuidado, de acolhimento fez com que a escuta fosse se constituindo aí. Naquela época, já surgiu a possibilidade de se fazer um projeto clínico. Aquele projeto clínico... Essa experiência foi diferenciada, mas eu acho que vale a pena destacar, porque o Brasil não foi o único país da América Latina que teve essa iniciativa puxada por movimentos de direitos humanos. Vários países tiveram – na Argentina, no Chile, no Uruguai – esse movimento

organizado por grupos de direitos humanos, que congregou vários profissionais da área de saúde mental que já estavam, alguns deles, atendendo pessoas durante o período da ditadura – de forma clandestina, inclusive. Aqui no Brasil, a gente teve gente em São Paulo... O próprio Sedes foi uma instituição que recebeu não só exilados argentinos como também pessoas vinculadas... Profissionais vinculados ao Sedes estavam atendendo alguns ex-presos políticos.

A.D. – De modo clandestino? Clandestino não...

V.B. – De modo... Clandestino no sentido de...

A.D. – [Clandestino no sentido] de não ser algo tão evidente assim.

V.B. – Eu acho que essa clandestinidade foi mais acentuada na Argentina. Quando eu escuto, muitas vezes, algumas pessoas que militavam na Argentina e que eram psicanalistas, eles passaram a correr risco, pelo fato de atenderem... E eram, também, pessoas ligadas aos montoneros. Eles correram risco, por atender pessoas que estavam muito procuradas, e eles passaram também... Tanto é que muitos deles tiveram que se exilar. Muitos deles vieram para o Brasil: [vieram] para o Rio de Janeiro e criaram o Ibrapsi; outros foram para a Bahia, como Rodrigué; outros foram para São Paulo e se vincularam ao Sedes, também. Então houve uma difusão de exilados argentinos que, na verdade, vieram também contribuir com o pensamento, aqui no Brasil, sobre os efeitos da violência de Estado; **de que produções** eram essas, nas pessoas que foram atingidas. Acho que o papel... A presença dos argentinos aqui foi marcante e superimportante. Eles já traziam uma experiência bastante consolidada, como, por exemplo, Armando Bauleo e os outros que vieram fundar o instituto, o Ibrapsi. Então essa experiência, já na minha formação, começou a ser... Houve aproximações nesse sentido. Não foi algo que de repente aconteceu; foi um processo, mesmo. E no Grupo Tortura Nunca Mais, como estava muito evidente a necessidade da criação de um trabalho desse tipo, houve, então, a apresentação de um projeto para as Nações Unidas, para o Fundo das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura. E demorou um pouco a ser aceito – foi no final do ano de 1991. E de lá, então, nós criamos essa equipe clínica, com um psiquiatra e vários psicólogos. Esse trabalho, então, foi sendo sistematizado, também, com um

entrelaçamento e um intercâmbio que se fez a partir de 1999, com a criação, em Montevideu, de uma Rede Latino-Americana e do Caribe de Saúde Mental e Direitos Humanos. Nessa rede, há discussão sobre a questão da impunidade, há discussão sobre a reparação. Mas, principalmente, sobre a impunidade, nesses países era muito grande. E, ao mesmo tempo, as experiências clínicas também eram compartilhadas, e a realidade desses países também foi atravessando a nossa prática clínica e a nossa vida profissional. Então foi muito interessante...

D.P. – Quando você diz que eram compartilhadas as experiências clínicas, eram compartilhadas entre os países, entre os psi dos diversos países? É isso?

V.B. – É, exatamente. Porque cada...

D.P. – Vocês discutiam casos? Porque deve ter sido...

V.B. – Às vezes. Às vezes, a gente discutia casos. Mas como havia uma certa diversidade entre essas equipes, algumas trabalhavam mais no âmbito comunitário, tinham mais um enfoque psicossocial; outras, um pouco mais jurídicas; havia também algumas que trabalhavam mais a questão clínica. Então havia um pouco de tudo. E esses seminários se organizavam em torno de alguns temas, e concorriam a esses temas aquelas pessoas que estavam mais interessadas no tema X, Y ou Z. Depois, tinha uma reunião comum em que se tiravam diretrizes para os próximos encontros. Cada ano era em um país. Então foi muito legal poder ver o trabalho dessas equipes: algumas mais inseridas socialmente; outras menos; outras mais voltadas para a área de educação de direitos humanos; para a educação para a saúde. Então essa diversidade também foi muito valiosa para a gente. Muitas publicações. Por exemplo, a Colômbia, eles tinham um material... Não, a Venezuela. A Venezuela tinha um material... Não, a Colômbia também. [Tinham] um material espetacular, gráfico, de educação, e manuais de cuidados, para o pessoal de interior, de cuidados... Tinha aqueles países que trabalhavam muito com a questão dos massacres, do genocídio indígena, como, por exemplo, a Guatemala. A Guatemala teve um trabalho muito importante no processo de exumações. Nós até apresentamos, eu e Cecília, apresentamos um trabalho em um congresso que houve lá, numa publicação decorrente desse congresso, sobre a questão

aqui no Brasil, que, na verdade, perto da ordem de grandeza que houve em alguns países, como, por exemplo, no Peru, na Colômbia e na Guatemala, foi bárbaro. Então essa riqueza de experiências veio a afetar muito o olhar, e uma clínica que pôde acolher as pessoas que procuravam o serviço, na época do Grupo Tortura Nunca Mais, que, na verdade, eram selecionadas, fundamentalmente, pela Cecília, que conhecia muita gente e que fazia, então, um encaminhamento.

A.D. – Deixa eu só voltar um pouquinho nessa rede? Porque a gente conhece pouco, então, é bom ter mais informação sobre a existência e o funcionamento dela. Você mencionou que começaram, já nesse momento, a partir do finalzinho da década de 1990, quando ela se constitui, uma discussão sobre a impunidade e sobre reparação. Você pode falar um pouco mais sobre isso?

V.B. – Na verdade, ali, naquele momento, havia o grupo do Uruguai, da Argentina e do Chile e de Honduras, que já participavam junto ao IRCT¹¹, que é um organismo que foi criado na Dinamarca e que tinha uma espécie de um centro de tratamento da tortura.

D.P. – É mesmo?! Na Dinamarca?!

V.B. – Na Dinamarca.

D.P. – Uau!

V.B. – É. Chama-se RCT¹², esse centro. Era um centro com um enfoque médico, muito biológico, a nosso ver, e quando eles, nesse congresso...

D.P. – Mas, só para eu entender, por que na Dinamarca? Eram pessoas da América Latina que estavam lá e criaram?

V.B. – Não, não.

¹¹ Conselho Internacional para Reabilitação das Vítimas de Tortura.

¹² Centro de Reabilitação e Pesquisa para as Vítimas de Tortura.

D.P. – Dinamarqueses?

V.B. – Eram dinamarqueses que se ocuparam dessa temática. Inclusive, por proposta deles, foi criado o Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura, que é dia 26 de junho, na ONU. Foi criado...

D.P. – Eu estou sabendo o dia.

V.B. – É dia 26 de junho. Agora, o dia que foi instituído pela ONU, eu não sei se foi...

D.P. – Foi o dia que eu dei meu depoimento na Comissão de Anistia.

V.B. – É mesmo?

D.P. – Foi escolhido de propósito. Foi emocionante.

V.B. – Ah, que maravilha! É mesmo?

D.P. – Foi.

V.B. – Que bom!

D.P. – E que é o dia dos 35 anos não sei o quê do Cpdoc. Foi no mesmo dia. Eu lá dando meu depoimento aos prantos e, aqui, o pessoal comemorando, na festa do Cpdoc. Foi nesse dia. Eles selecionaram alguns casos emblemáticos. Foi bem lindo.

V.B. – Na Comissão de Anistia?

D.P. – Em Brasília.

V.B. – Lá em Brasília?

D.P. – Foi em Brasília. Foi no Ministério da Justiça. Foi uma sessão bem solene, porque, exatamente, era essa data, e aí eles resolveram fazer uma coisa... Pegaram alguns casos que eles consideravam mais...

V.B. – Em que ano foi, Dulce?

D.P. – Bem...

A.D. – Foi em 2009?

D.P. – Qual é uma data redonda do Cpdoc, de aniversário do Cpdoc?

A.D. – Mil novecentos e setenta e três, o ano de... É em agosto.

V.B. – Em 2003, pode ser?

D.P. – Acho que foi um pouco depois.

A.D. – Depois, porque já foi na gestão do Paulo Abrão. A gestão dele começa em 2007.

D.P. – Então deve ter sido em 2007. Era 35... Sei lá. O Cpdoc fez quantos, agora? Quarenta, não é?

A.D. – Quarenta, em 2013.

D.P. – Então deve ter sido... Exatamente. Deve ter sido em... Deve ter sido 35...

V.B. – Trinta e cinco?

D.P. – É.

V.B. – Deve ter sido então...

D.P. – Então, em 2013...

Participante – Em 2008.

V.B. – Dois mil e oito.

D.P. – É, deve ter sido em 2008. Fui eu; Iuri... Foram alguns casos bem barra pesada, mesmo.

V.B. – Pois é. Em 2008, vou te dizer, eu estava ainda descrente de levar à Comissão de Anistia...

D.P. – O seu caso.

V.B. – ...o meu caso. Porque... E foi a Sonia, uma amiga, uma companheira...

D.P. – O meu caso foi assim também. O meu caso foi exatamente assim.

V.B. – ...que me ligou e disse: “Olha, realmente, as coisas estão mudando. Eles estão chamando a nós, cujos requerimentos estão sendo examinados, para que a gente fale a respeito disso”. Ela estava muito mobilizada e ela me entusiasmou. Ela me entusiasmou e disse que ia falar com a Ana Müller para assumir meu caso. A Ana já não estava mais pegando casos, mas pegou o meu caso. E aí, em 2010, fizeram uma sessão para as mulheres, lá em Brasília, uma sessão pequena, mas simbolicamente importante, porque foram só mulheres. Foram 15 mulheres que foram examinados os casos. Mas eu estava querendo também pensar a respeito dessas políticas de reparação. Lá naquela época, em 1999, quando se fundou essa rede, já congregando um número maior de equipes que se conseguiu localizar pela América Latina, o objetivo era justamente a atenção clínica na área de saúde mental e direitos humanos. O tema da reparação, ali, não aparecia muito; aparecia mais a questão da importância desse enfoque de acolhimento das pessoas que tinham passado por situações extremas, o trabalho comunitário e... Tanto é que no ano seguinte, em 2000, nós fomos para a Guatemala, onde houve um grande seminário. [Foram] convocados muitos segmentos na Guatemala que estavam trabalhando com

essa temática, não só de exumações, equipes que faziam o trabalho de saúde mental junto aos pontos onde estavam sendo exumados os corpos e pessoas da universidade. Havia uma diversidade enorme lá. Foram dias. Acho que foram uns quatro dias de seminário, exatamente para... com várias mesas – a gente apresentou trabalho e tudo. Mas foi... Ampliaram, e depois houve uma certa diminuição do grupo. Foi, basicamente, um por país, mas na Guatemala eram três equipes que se integraram a essa rede. E nesse ano foi quando se constituiu, digamos, o estatuto, se fez, se elaborou o estatuto de funcionamento da rede. Então, aqui no Brasil, o trabalho do Grupo Tortura Nunca Mais foi um trabalho pioneiro. Não se formou, no Brasil, nenhum outro grupo. Enquanto que na Argentina tinham vários grupos; no Chile, vários grupos; aqui no Brasil houve esse. Tinha o pessoal de São Paulo, que foi a esse encontro na Guatemala, mas logo depois saiu da gestão do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, e aí ficou por isso mesmo. Era uma psiquiatra... uma médica... Não era psiquiatra; era uma médica que estava, naquela época, dirigindo o grupo. E esse tema da reparação, eu acho que ele só vai ganhar mais fôlego com, aqui no Rio de Janeiro – e já tinha havido em outros lugares do país –, as Comissões Estaduais de Reparação. Inclusive, a do Rio foi uma das últimas. Já tinha havido em Pernambuco, em São Paulo, Curitiba, Rio Grande do Sul, e no Rio ficou engavetado durante muito tempo, e a gente pressionando, pressionando.

A.D. – De 1996 até 2001, não é? A apresentação do projeto de lei, aqui no Rio, é de 1996. Não tinha, ainda, a ideia de chamar de uma Comissão de Reparação, mas que previa um pagamento de indenização, não é?

V.B. – É.

A.D. – E aí ele só é aprovado em 2001.

V.B. – Em 2001. Foi pela Bené. Foi na gestão da Bené, quando ela estava no estado, no governo do estado. É um projeto que ficou rolando, rolando, rolando, e aí se colocou esse nome, Comissão Estadual de Reparação. E essa temática da reparação está associada diretamente com o setor ou aquele que cometeu o crime. Para nós, quando foi instituída essa comissão, já foi, digamos, uma abertura importante para a gente poder pensar o quanto o processo de reparação era necessário para a reordenação do campo

psíquico daqueles que foram diretamente afetados. Na época, nós criamos, então, um espaço lá, no âmbito do Grupo Tortura Nunca Mais, para receber os nossos companheiros que iriam apresentar seus requerimentos, e havia um sentimento de... “ah, eu não me lembro”, “ah, eu não me lembro”, “eu estava com os olhos vendados”, “ah, a exigência da lei é de que seja num espaço estadual, e não federal, e eu só estive no DOI-Codi”. Então havia uma série de questões e perguntas que as pessoas não sabiam muito bem se lhes caberia essa possibilidade de apresentar ou não requerimento. Teve gente que não apresentou porque achou que não cabia apresentar, porque estava com os olhos vendados e não sabe onde é que foi. E, apesar de que a gente conseguiu montar um dossiê... Eu digo a gente quem? Alguns ex-presos políticos, principalmente...

D.P. – O Jaime teve um papel importante, o Jaimão, nisso aí, não foi? Ou não?

V.B. – Não. O Jaimão nem soube. Foi a Vânia Abrantes, que tinha apresentado uma...

D.P. – Acho que ele teve junto ao Estado. Acho que ele ocupava algum... Mas, enfim...

V.B. – Não, nem soube dele, da situação dele. Estou me referindo mais... Ali no espaço do Grupo Tortura Nunca Mais, antes das reuniões plenárias, a gente se reunia com vários ex-presos políticos, e uma das questões, como era essa... “Tem que ser num espaço estadual.” Mas o DOI-Codi foi um espaço que envolveu a polícia estadual. E a Vânia, que já tinha um catatau para o processo dela...

D.P. – Vânia Abrantes?

V.B. – Está lembrada? Ela, nesse processo que ela tinha, foram incrementados alguns outros documentos para se levar à Comissão Estadual, que, na época, não estava aceitando quem tinha entrado pelo DOI-Codi, porque não tinha ideia... Essa comissão não tinha ideia do que era a constituição do DOI-Codi. Para vocês verem o grau de desinformação que havia nessa comissão.

A.D. – Isso é no iníciozinho do funcionamento?

V.B. – Isso foi. Porque ela foi instituída em 2003 e isso deve ter sido em 2004. E aí nós fizemos uma... Nós fomos, várias pessoas, fomos a essa sessão e foi entregue solenemente essa documentação, para que eles se instrumentalizassem de informações que comprovassem que o DOI-Codi era um organismo... Inclusive se conseguiu um documento, feito por um dos tiranos, que era um... Não me lembro o nome dele agora. [Conseguiu-se um documento] que falava sobre a estrutura dos serviços de segurança, na época, de repressão...

D.P. – É o Freddie Perdigão, não é?

V.B. – Freddie Perdigão. Ele fez essa documentação.

D.P. – É, ele tem um primoroso trabalho.

V.B. – E essa documentação foi integrada a esse dossiê, para que a comissão pudesse entender...

D.P. – Pelo menos prestou esse serviço, esse Freddie Perdigão. Torturou muita gente.

V.B. – Pelo menos isso. Pelo menos isso deixou.

D.P. – Fez uma coisa que deixou...

V.B. – Que deixou. E aí foi importante, muito importante, porque, então, as pessoas começaram a apresentar... Aquelas que tinham passado exclusivamente pelo DOI-Codi apresentaram seus requerimentos. Mas aí era uma marca da reparação...

D.P. – [Inaudível] que essa coisa é tão complicada. Até a expressão DOI-Codi. Eu me lembro tanto eu discutindo isso aqui no Cpdoc. Porque, como não tinha nada... ninguém tinha nada institucionalizado sobre o DOI-Codi, os trabalhos aqui diziam: “Não, são duas coisas. Tem o DOI e tem o Codi”. Eu dizia: “Gente, tem uma coisa chamada DOI-Codi que é barra pesada”. “Não. Tem o DOI...” Porque oficialmente é isso: tem o DOI e tem o Codi. Até as pessoas juntarem e entenderem que teve uma instituição que juntou

as coisas e se chamava DOI-Codi, que pode não ter registro em cartório, mas teve um estatuto totalmente legal, demorou. Isso é muito impressionante. Tanto que você pega vários trabalhos, eles se referem ao DOI ou ao Codi. Agora, aqui... Sua tese, acho que você já trabalhou com DOI-Codi, não é?

A.D. – Não, na verdade, eu trabalhei com...

D.P. – Não? Porque você não usa essa expressão.

A.D. – É a dimensão judicial [**inaudível**], então...

D.P. – Mas é muito comum. Se você pegar os trabalhos, muitos trabalhos acadêmicos separam. O pessoal demorou muito a juntar, por isso, porque não tinha nem essa... Porque o DOI existiu oficialmente e o Codi existiu oficialmente.

V.B. – Agora, nós, que estivemos lá...

D.P. – A gente só chama DOI-Codi.

V.B. – Pois é. Nós, que estivemos lá, nós sabíamos perfeitamente que estavam todas as polícias. Estavam lá.

D.P. – Exatamente, que era a junção de tudo. Até explicavam. Pois é.

V.B. – Não é? Quer dizer, a gente não conseguia identificar direito o nome...

D.P. – Sim, mas sabia que... E eles davam aula para a gente, eles explicavam.

V.B. – Mas a gente sabia que tinha militares da Marinha, militares do Exército...

D.P. – Não tinha as preleções que eles faziam, não? Comigo fizeram várias.

V.B. – Preleções, não é?

D.P. – É. Eles faziam muito lá, na época, de chamar o pessoal... É claro que ela vinha junto com outras coisas, mas explicando, dando aula sobre...

V.B. – E eram das três forças, não é?

D.P. – É, as três forças, e Polícia Militar, também...

V.B. – Polícia Militar, também.

D.P. – ...Polícia Civil, tinha o pessoal do Dops, tinha tudo. Eles pegaram a fina flor. Eles juntaram ali o que tinha de melhor das três forças.

V.B. – Com a flor mais podre, não é?

D.P. – É. A finíssima flor.

V.B. – A finíssima flor, que dava para a repressão, não é, Dulce?

D.P. – Pois é. Mas vamos lá.

A.D. – Sim. Há, finalmente, com a criação da Comissão de Reparação e, depois, com a Comissão de Anistia... A Comissão de Reparação aqui do Rio. Outras já haviam sido criadas: a do Paraná... A Suzana...

D.P. – Pernambuco também criou.

A.D. – Pernambuco... A Suzana comentou muito aqui.

V.B. – Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul...

A.D. – No Rio Grande do Sul... É possível, nesse momento, encontrar essa ideia de reparação muito associada, no corpo do texto da lei, a uma ideia de indenização.

V.B. – É. Porque foi, realmente, a ideia que prevaleceu, fundamentalmente. Quer dizer, os projetos de vida interrompidos e, portanto, uma indenização para aqueles que foram atingidos. E isso, nós, que já vínhamos trabalhando com essa ideia de memória, verdade e justiça – inclusive, muito por essa interseção desses trabalhos todos no exterior, e vendo que essa convocatória de memória, verdade e justiça era uma convocatória que tinha força, que tinha uma presença valiosa, do ponto de vista da recuperação da memória, da história –, nós, então, introduzimos, com esses grupos que estavam indo trabalhar... que queriam elaborar os seus requerimentos lá no Grupo Tortura Nunca Mais... Nos pediram para não ter mais as reuniões lá porque estava atrapalhando, porque estávamos entrando no horário da reunião e coisa e tal, a gente começou a se reunir no espaço da Umna¹³, que era também um segmento que estava envolvido nesse processo de pedido de reparação do Estado. E o Estado atendeu algumas petições e depois parou de efetivar os pagamentos das reparações econômicas.

D.P. – A sigla quer dizer exatamente o quê?

V.B. – Umna? É União de Mobilização Nacional de Anistiados. São os marinheiros, marinheiros ligados ao Comandante Negro. Eles têm...

D.P. – Almirante Negro¹⁴.

V.B. – É, Almirante Negro. Eles têm uma...

D.P. – Mas eles já estavam entrando... Antes da Comissão da Reparação daqui...

V.B. – Eles já estavam entrando em Brasília. Já estavam com os processos lá. E aqui eles entraram com os processos e também ficaram de molho, como muitos outros presos políticos. E lá na sede deles tinha um espaço bom, aberto, que a gente podia fazer debates com muita gente. Eram vários segmentos de ex-militares, não só da Marinha

¹³ Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia.

¹⁴ João Cândido, líder da Revolta da Chibata, rebelião ocorrida na Marinha brasileira entre 22 e 27 de novembro de 1910.

como também operários navais. Eram alguns segmentos que já estavam articulados em torno da anistia e que foram se aproximando desse fórum. Então nós chamamos esse fórum de Fórum de Reparação do Rio de Janeiro, porque nós tínhamos criado, um ano antes ou seis meses antes desse grupo de ex-presos políticos, um que se chamava... que nós designamos como Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro. Eram pessoas...

D.P. – Qual é a diferença? Por que...?

V.B. – A Rede de Reparação era uma rede constituída de muitos outros grupos, segmentos: era a Umna; eram os operários navais; era uma outra entidade também de marinheiros, que se dividiu, que se separou da Umna; a Anapap, também, que não era de militares. A Anapap existe até hoje.

D.P. – O Geraldo Cândido falou **[inaudível]**.

V.B. – O Geraldo Cândido é da Anapap. Então...

D.P. – Sim, mas só para entender, por que o nome é...? Um é Fórum de Reparação do Rio de Janeiro e de Memória...

V.B. – E o outro era rede.

D.P. – Mas é por conta...?

V.B. – O outro era rede.

D.P. – Porque você falou fórum.

V.B. – Ah, eu falei fórum?

D.P. – Falou.

V.B. – Então desculpe. O fórum...

D.P. – Tem a Rede de Reparação do Rio de Janeiro... de Memória... Rede de Reparação...

V.B. – Não. A rede é Rede de Reparação do Rio de Janeiro.

D.P. – Certo.

V.B. – O grupo de ex-presos políticos, que começou lá no Grupo Tortura Nunca Mais, é Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro. Porque fomos nós que fomos introduzindo a importância da memória. Porque a rede só tinha discutido, até então, o direito ao ressarcimento da reparação econômica. O foco era econômico, e nós introduzimos o foco da memória, como um legado...

D.P. – Aqui, mais uma vez, acho que teve... Só para esclarecer, do ponto de vista da gravação, acho que teve uma confusãozinha. Quer dizer, você tem a Rede de Reparação – e aí não tem a palavra memória – do Rio de Janeiro e tem o Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro. É isso?

V.B. – É. Porque o fórum é constituído por um grupo.

D.P. – Um grupo de... Claro.

V.B. – A gente, não sei por que botou o nome de fórum. É porque começou com uma discussão...

D.P. – São várias entidades que se reúnem...

V.B. – Não. Mas aí, no fórum, não, não foram várias entidades. Era um grupo de ex-presos políticos.

D.P. – Certo.

V.P. – Mas como envolvia debate e envolveu também um trabalho de apoio mútuo para a elaboração dos requerimentos, já criamos um espaço coletivo de troca. “Me aconteceu isso. Estive em tal época, foi assim, assim, assado.” Aí o outro disse: “Ah, pois é, eu me lembro que em tal época assim, assado...” E aí se foi construindo um tecido de informações entre essas pessoas, que puderam ganhar mais força para elaborar seus próprios requerimentos. Esse fórum se fortaleceu e introduziu o tema da memória no seu dia a dia e começou a mobilizar e se articular com outras entidades que já existiam, ligadas à anistia, quais sejam: Umna; Anapap; os operários de Niterói...

A.D. – [**Inaudível**].

D.P. – Que não discutiam a questão da memória.

V.B. – Que não discutiam...

D.P. – Não discutiam a questão da memória. Era só a reparação.

V.B. – Reparação. Reparação econômica.

D.P. – Mas teve resistências para essa questão da memória? As pessoas aceitaram bem essa discussão? Ou eles reagiram?

V.B. – Quando nós introduzimos, já havia uma certa aproximação. Porque, para a elaboração dos documentos para a apresentação, ficou claro que era preciso trazer do passado para o presente aquilo que aconteceu. Os documentos que foram encaminhados pela Anapap, que foram muitos, foram ultra hiper mal instruídos, não tinham informação quase nenhuma, foram feitos por.. Isso eu estou dizendo porque me disseram. Uma pessoa que era da comissão me disse que eram processos, eram requerimentos que não tinham praticamente dados. Então o pessoal, por exemplo, da Anapap, eu me lembro de um diretor – não o Geraldo Cândido –, ele dizendo: “Não, nós queremos ser ressarcidos economicamente”. Havia também essa tendência a valorizar exclusivamente a questão econômica. Certamente, eram pessoas que vinham de setores

muito empobrecidos, que passaram as mais variadas dificuldades econômicas e que queriam esse ressarcimento da parte do Estado. Muitos deles eram operários. Mas, por exemplo, os militares marinheiros não tinham esse discurso. Eu me lembro que essa pessoa da Anapap, quando fez esse pronunciamento, “ah, porque nós queremos o filé mignon”, eu fiquei indignada, porque é uma forma de tratar a questão econômica em detrimento das outras dimensões. E aí foi uma boa discussão, que a questão não é só o ressarcimento; é econômico. A reparação não se limita a isso. Então...

A.D. – Você acha que esse pensamento já é mais consensual hoje em dia, de que a reparação não se limita a isso? Ou ainda há segmentos que pensam na reparação como uma reparação pecuniária?

V.B. – Acho que há. Acho que há uma forte presença. Acho que se começou, aqui no Brasil, com essa lógica da reparação, que foi a primeira etapa da Comissão de Anistia, criada em 2002, e que isso marcou muito fortemente a maneira de se pensar a reparação. Mas acho também que, a partir de 2008, houve uma reviravolta política na Comissão de Anistia, que começa a introduzir fortemente e muito habilmente e muito inteligentemente o tema da memória e da verdade, criando as caravanas. Eu fui a uma primeira caravana aqui e fiquei muito sensibilizada, porque são espaços em que você vê atores sociais se pronunciando, você vê filmes, você vê uma força da temática da verdade e da memória que toca muito. Então, acho que a construção que foi sendo feita de lá para cá é uma construção muito importante para quebrar essa ideia de que a reparação deve ser uma reparação exclusivamente econômica. E nós temos trabalhado muito... Nós que eu digo, agora trazendo para a questão clínica. Porque até então eu estava falando da clínica no Grupo Tortura Nunca Mais, que foi um fórum que nós abrimos lá com ex-presos políticos, que, inclusive, muitos deles nem frequentavam regularmente o Grupo Tortura Nunca Mais, mas que se somaram a esse espaço e passaram a participar mais ativamente do Fórum de Reparação. E isso foi uma iniciativa nossa, da equipe clínica, que puxou esse fórum, no sentido de criar esse espaço de interlocução, de abrir, de quebrar o silêncio, de mudar essa ideia de que “ah, eu não posso falar porque não me lembro”, “ah, eu não posso falar porque eu não sei”, “ah, eu não posso falar porque...”. A gente foi fomentando a possibilidade de que as coisas podiam ser ditas. E com isso... Porque a equipe clínica, desde o seu início pensa que

esse silenciamento, aqui no Brasil, ele teve um efeito extremamente longo e profundo, muito particular e diferenciado dos outros países. Diferenciado no sentido de que os outros países começaram mais cedo nas suas Comissões da Verdade. No caso da Argentina, a Conadep; no caso do Chile, a Comissão da Verdade logo em seguida; do Uruguai, não me lembro quando, mas também houve uma mobilização muito grande para que essas questões pudessem ser trazidas. E os porta-vozes dessas questões eram aqueles que tinham passado na própria pele os horrores das prisões e das torturas. Então, aqui no Brasil, isso só começou a ser feito... O processo de reparação, aqui no Brasil, só começou a ser feito com a reparação de reintegração laboral, que eu não me lembro exatamente o ano, mas foi nos anos 1990. Depois, veio a Comissão...

A.D. – Em 1993.

V.B. – Em...?

A.D. – Acho que é em 1993.

V.B. – Porque em 1995 veio a Lei 9.140.

A.D. – É em 1993, no âmbito do Ministério do Trabalho.

V.B. – Em 1995, veio a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, e já houve um reconhecimento, e aí a questão, o reconhecimento do Estado brasileiro em relação aos crimes cometidos. Ele se incumbe dessa responsabilidade e cria a comissão para investigar os crimes, coisa que... A comissão não pôde investigar os crimes porque não tinha acesso aos documentos, mas os familiares tiveram um papel fundamental nesse processo, porque foram eles que trouxeram informações, que buscaram, nos seus percursos, nas suas trajetórias e peregrinações, aquilo que tinham reunido como material de informação e cederam à comissão. Então foi muito importante esse trabalho, porque teve a participação ativa dos familiares.

D.P. – Você participou dessa...?

V.B. – Não, não participei.

D.P. – Não, não é? Desse momento de... Porque é impressionante. A gente entrevistou várias pessoas aqui, a Suzana, a Cecília, a Victória, o Gilney, é incrível realmente, porque...

V.B. – Porque, geralmente, era a direção da...

D.P. – E os familiares que fizeram tudo, não é?

V.B. – É.

D.P. – Assim, de exumar cadáver, de ir para cemitério, de... Nossa! É impressionante! Acho que uma das grandes riquezas desse nosso projeto é desvendar esse momento aí.

V.B. – O papel dos familiares e de ex-presos políticos foi fundamental nesse processo. Só que, muitas vezes, ficou muito restrito. Por exemplo, a diretoria do Grupo Tortura Nunca Mais é que detinha as informações. Isso não circulava muito pelas plenárias. Então, nós participávamos das plenárias e acompanhávamos, mas não estávamos lá em Brasília, nas comissões. Tinha um representante da Comissão de Mortos e Desaparecidos, que na época era a Suzana Lisbôa, depois a Iara... Ou a Iara antes e depois a Suzana. Agora é a Diva. Enfim, tem mudado. Mas essa... Na época, também, havia um cuidado muito grande, por questões de segurança. Era difícil, também, haver essa difusão maior.

D.P. – **Pouca difusão** dentro das coisas.

V.B. – Principalmente no Grupo Tortura Nunca Mais, que era um espaço aberto, também. Então tem esse outro dado, que as coisas eram faladas, mas eram faladas em meias palavras. Era uma coisa que ficava com alguns cuidados, por problemas de segurança e por problemas também de poder levar à frente uma política de esclarecimento, de pressão. Então essa etapa foi uma etapa...

D.P. – Quer dizer, você não chegou a participar, digamos assim... Você foi a algum cemitério? Você foi...?

V.B. – Ah, não. Lá em Brasília, dessa Comissão de Mortos e Desaparecidos, não, eu não fui em nenhuma sessão e...

D.P. – Mas essa coisa prática. É isso que eu estou perguntando, até dessa busca, de ir para cemitério acompanhar o pessoal.

A.D. – Procurar documento...

V.B. – Não. No Instituto Médico Legal, foi um grupo fazer essa investigação, aqui no Rio. Foram familiares e foi a diretoria do Grupo Tortura Nunca Mais. Mas era assim: os familiares e a diretoria do Grupo Tortura Nunca Mais. Entendeu? Não ia...

D.P. – Nunca foi uma coisa...

V.B. – E que foi uma pena, porque a equipe clínica poderia ter acompanhado esse processo. Mas, se não me engano, esse processo do Instituto Médico Legal foi anterior à criação da equipe. Se não foi anterior, foi na mesma época. Foi basicamente na mesma época, porque a equipe foi criada no final de 1991...

D.P. – A equipe que você está falando é...

V.B. – Clínica.

D.P. – ...é a equipe clínica.

V.B. – [A equipe clínica foi criada] em 1991. E acho que foi em 1992 que o Instituto Médico Legal... foram levadas as pessoas para... Então os familiares de mortos e desaparecidos estiveram lá, junto com a equipe do Grupo Tortura Nunca Mais. Mas era... Não foi algo que nos tivessem convocado. Não houve essa... E foi uma pena, porque eu acho que seria muito importante. O impacto de ver, por exemplo, um corpo

estraçalhado – como algumas pessoas viram de seus familiares – é um horror. Então, ter alguém ali que pudesse acompanhar e ouvir teria sido muito importante. Só que naquela época a gente ainda não tinha essa ideia, que foi mais tarde sendo trabalhada e...

A.D. – Amadurecida.

V.B. – ...e amadurecida. Então, quer dizer, voltando a essa limitação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, que ficou restrita ao material da investigação valiosa, porém, limitada, porque também não houve o acesso a outras documentações que poderiam enriquecer e dar mais pistas, ou confirmar, ou comprovar aquilo que estava sendo dito através dos documentos estatais, da repressão, essa comissão produziu aquele livro *Direito à memória e à verdade*, que é um material muito importante, mas ficou parada. Só agora ela está retomando os trabalhos, indo para Perus. Ela está com um trabalho importante em Perus, nesse último ano. Não sei se é esse ano... Acho que começou esse ano.

A.D. – Mudou agora a composição, novamente.

V.B. – É, essa composição... Agora, recentemente, estão entrando algumas pessoas. A Vera Paiva, inclusive, está entrando, a Veroca Paiva, filha do Rubens Paiva, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos do CFP, do Conselho Federal de Psicologia.

D.P. – Ah, é?

V.B. – Eu estou com ela nessa Comissão de Direitos Humanos, lá no conselho. Então essa comissão está sendo dirigida pela Eugênia Gonzaga e eles estão fazendo... Estavam esperando a assinatura da presidenta para a oficialização do convite a algumas pessoas que ingressaram agora: um deputado; a Veroca; e tem mais uma pessoa que eu agora não estou me lembrando.

A.D. – Não é a Rosa?

V.B. – A Rosa.

A.D. – Rosa Cardoso.

D.P. – E o deputado quem é?

V.B. – É o Pimenta¹⁵ – acho que é Fernando Pimenta. E agora eu acho que vai dar um empurrão, porque as pessoas que estão indo, a Rosa, que é uma pessoa que tem muita experiência, tem muito acúmulo, com as duas comissões que ela participa, está participando, e a Veroca, também, que tem um fôlego enorme. O Pimenta, eu não conheço...

D.P. – [**Inaudível**].

V.B. – ...mas essas duas, eu acho que realmente vai ser ótimo. E a Eugênia também é uma pessoa muito aberta. Eu gosto dela. Já vi a Eugênia muito. Ela é do Grupo de Justiça de Transição...

A.D. – Do Ministério Público, não é?

V.B. – Do Ministério Público. E é uma pessoa muito comprometida. Então eu acho que vai dar um novo fôlego a essa comissão, que está fazendo um trabalho interessante sobre a exumação de Perus. Saiu até um vídeo deles, que nós passamos lá numa das nossas atividades do Cinencontro, no mês passado, que é um vídeo... Se vocês quiserem, eu posso mandar. É muito legal. Por quê? Porque recupera a fala da Erundina, o pronunciamento da Erundina, quando ela era prefeita de São Paulo, quando ela cria esse Grupo de Trabalho lá em Perus, para a investigação em Perus, e que aí foi elucidada a situação do marido da Suzana, do...

A.D. – Eurico.

¹⁵ Refere-se ao deputado federal Paulo Pimenta.

D.P. – Do Luiz Eurico.

V.B. – ...do Luiz do Eurico. O problema é que foram pessimamente acondicionados e entregaram para um médico legista que fez o que fez. Então esse filme está interessante porque pega de lá para os dias atuais.

A.D. – Ah, quero ver.

V.B. – E com o depoimento de pessoas que estão atuando agora nesse trabalho. Então vou mandar para vocês.

D.P. – E quem fez o filme? Foi a própria comissão?

V.B. – Esse filme, eu acho que foi feito pela própria comissão. Tem várias pessoas da sociedade civil que estão participando e as pessoas que foram contratadas pelas equipes. É uma equipe... A equipe da Argentina está participando – não foi entrevistada, mas a equipe peruana foi entrevistada. Então eu acho que vale a pena conhecer esse material, também. É bem atualizado. E a Eugênia fala muito claramente, assim como a Erundina. É bacana. Então eu acho que esse processo, aqui no Brasil, de reparação, é um processo muito irregular na sua trajetória, tudo muito lento, muito cheio de atalhos. A gente consegue avançar um pouco mais e, muitas vezes, se vê em entraves que dificultam esse avanço que se quer para a memória, verdade e justiça.

A.D. – Por que você acha que se constitui dessa forma no Brasil?

V.B. – Olha, eu acho que tem essa questão da mobilização, que, em contraste com outros países, é uma mobilização ainda muito incipiente. Porque eu acho que a Comissão de Anistia tem conseguido mobilizar alguns setores, pelo trabalho que ela tem feito, mas ainda é um trabalho que não leva massas para a rua, como na Argentina, no Uruguai e no Chile.

A.D. – Não é um tema da nossa agenda nacional, por exemplo.

V.B. – Não é, absolutamente. Então a presidente, quando assume, no seu primeiro pronunciamento, sequer toca no trabalho da Comissão Nacional da Verdade, que ela mesma instituiu. É como tudo aqui no Brasil que diz respeito a direitos humanos: fica muito secundarizado. Essa é uma lógica que está no mundo. O que se valoriza é a lógica da segurança pública. Por alguma razão será. Eu tenho as minhas hipóteses. [riso]

D.P. – Coloque-as na mesa.

V.B. – Que é justamente essa maquinária armamentista que nós vemos pelo mundo afora. Olha aí o que nós estamos assistindo hoje. Então é muito mais interessante politicamente, para os países que estão aí nas cúpulas do mundo, fomentarem a questão da segurança pública, criarem essa lógica da insegurança, e a parafernália das armas serem colocadas como a dinâmica que incentiva, digamos, o andar do capitalismo do que valorizar aquilo que diz respeito à formação da cidadania, direitos humanos. Porque direitos humanos está diretamente ligado à democracia, e democracia, para que se avance na democracia é necessário que a igualdade seja colocada. E nós vivemos... O mundo está muito marcado pela desigualdade. Aquilo que se tem tentado, no nosso país, avançar na quebra dessa desigualdade, agora, nesse momento, está em risco. Está em risco. Ainda que a presidenta... Ontem, eu a vi pela televisão dizendo que, absolutamente, os programas sociais não estarão em risco. [Ainda que a presidenta diga isso], nós vemos que o desemprego já está fazendo estragos. Então há aí uma questão substancial, que liga, necessariamente, direitos humanos e democracia. Não há democracia sem que os direitos humanos sejam levados em conta. E para isso é preciso que os Estados criem essas políticas de direitos humanos e respeitem essas políticas, valorizem e incrementem e que deem valor a isso, a essas políticas. A Comissão Nacional da Verdade fez várias indicações importantíssimas que não são sequer faladas pelo Estado brasileiro, e os movimentos sociais ainda, no seu conjunto, ainda não estão levantando essas bandeiras. A gente, aqui no Rio, volta e meia faz debates, puxando um fio ou outro dessas recomendações. Mas com um público muito pequeno, ainda. Ainda com um volume de pessoas limitado. Há grupos, há trabalhos na PUC sobre memória que têm sido muito importantes; debates, que temos feito também lá; lá no Museu da República, a gente tem feito mensalmente os nossos Cinencontros; o Ocupa Dops, que é

uma iniciativa que nasce no Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, que eu não sei se eu já falei... Não?

D.P. – Rapidamente, não é?

A.D. – Sobre o coletivo, falou só um pouquinho.

D.P. – É, um pouquinho.

D.P. – Vera, vamos retomar então essa conversa sobre... essa comparação, Brasil e Argentina. Eu sei que as comparações nunca são... são complicadas. Mas, de qualquer maneira, chama muita atenção. Quer dizer, não é só com a Argentina, mas com os outros países do Mercosul que viveram ditaduras. Sobre essa nossa... Primeiro, essa... Quer dizer, a sociedade, de uma passividade muito grande; os passos que foram dados, também, muito pequenos; e a visão hoje que se tem é muito que isso data da Lei da Anistia, de 1979, ainda durante a ditadura, onde teria havido um pacto, mesmo não escrito, mas tipo assim: não vamos tocar nessa ferida e está tudo bem. E agora, passados esses 40 anos... Trinta e quantos anos já? De 1979 para hoje tem... É impressionante, quantos anos...

A.D. – Ela quer colocar a gente na fogueira, para fazer a conta rápido. São 36 [anos].

V.B. – Trinta e seis.

D.P. – Trinta e seis anos.

A.D. – **[Inaudível]** aniversário de 35 anos da Lei de Anistia.

D.P. – Quase 40 anos. É barra, não é? E a gente ainda está nessa coisa complicadíssima. Morre o Ustra e nada acontece, a não ser [ele] ser homenageado, inclusive, e nós só gritando. Então eu queria que você... Na sua percepção, por que você acha que é tão diferente? Mas não é pouco diferente, não; é muito diferente. Por que tem essa, digamos, essa pouca sensibilidade...? Quer dizer, é claro que, no Brasil, você já colocou

direitos humanos. Tem a ver com isso. Mas você acha que esse marco da Lei da Anistia, de fato, ele foi um detonador desse processo que a gente está vivendo hoje? Se a gente não tivesse tido a anistia nos moldes que teve, essa Lei da Anistia naqueles moldes... Porque eu lembro que, na época, essa coisa não foi tão questionada, essa que é a verdade. Eu acho que a gente está fazendo hoje um discurso um pouco *a posteriori*. Eu, pelo menos, não lembro desse... Quer dizer, tinham algumas pessoas insatisfeitas, mas não foi um debate que tomou conta da... Isso vem depois. Então, qual é a sua percepção sobre isso, você, que conviveu, que está dentro desse movimento há tanto tempo, inclusive participando dessas coisas na América Latina com outras entidades, e essa luta por verdade, memória e justiça?

V.B. – Olha, eu tenho pensado... Sempre, quando essa questão se apresenta, eu tenho pensado que o processo da ditadura, aqui no Brasil, foi muito longo, em relação aos outros países. Os outros países da América Latina tiveram processos mais... muito intensos, muito violentos, extremamente repressivos, mas eles foram num período mais curto.

D.P. – Concentrados.

V.B. – Na Argentina, o caso das Malvinas, é claro que teve uma... Foi uma intervenção ali naquele processo que ajudou a afastar os militares da cena do poder. Então, ali... Logo em seguida aos horrores não só da repressão de 1976, a Guerra das Malvinas, houve uma resposta da sociedade, que foi extremamente afetada por toda essa maquinária militar. A resposta foi uma resposta nas ruas. E isso deu uma força política muito importante e que também entrou no campo jurídico. A questão na Argentina é jurídico-política, porque eles conseguiram, também, ter, na área jurídica, uma resposta para, por exemplo, anular as leis de anistia, as duas. As duas leis que impediam o julgamento dos responsáveis foram anuladas. E aqui no Brasil ela foi reiterada em 2010. Essa é outra questão. Porque o silêncio que se teve durante 21 anos e que foi uma maquinária que se instalou, repressiva, em outros moldes... Porque houve, sim, a violência sobre os corpos diretamente, mas houve um controle muito generalizado em todas as instituições. A mídia teve um papel também fundamental nesse processo. Então as diversas instituições foram ocupadas por um pensamento de esquecer o passado e

pensar no futuro. Essa foi a lógica que prevaleceu. E isso esvaziou também a luta política, esvaziou muito, e não houve nenhuma... Como as respostas do Estado brasileiro foram muito posteriores, muito posteriores, isso também tem uma lacuna muito grande: de 1985 até 1993... 1995, essa... E a sociedade, por sua vez... Alguns grupos se constituíram nesse processo, certamente – os Grupos Tortura Nunca Mais; algumas iniciativas pipocaram daqui e dali –, mas não conseguiram fazer essa onda de resposta para essa violência do Estado autoritário. Então essa foi uma questão que marcou muito. O Brasil tem, digamos, um peso político na América Latina que é dos maiores, também. Isso também... A estratégia que foi utilizada aqui foi uma estratégia que teve uma eficácia considerável. A gente até fica com muita inveja do Chile, da Argentina e do Uruguai, nessa mobilização, porque, quando a gente vai para lá e vê a resposta nas ruas, a gente fica inquieto em relação a isso, como é que o Brasil conseguiu ficar tão adormecido em relação a essa violência. Agora, também temos que ver que a violência, aqui... E eu acho que o estudo sobre a violência no Brasil precisa ser mais feito, sobre como é que a violência marca toda a história da nossa constituição e como é que ela se irradia e é banalizada e ela é aceita socialmente. Ela é alguma coisa que faz parte. É como se... Faz parte da ordem natural das coisas. Então essa banalização, que vem de longa data, não é só desse período, ela atravessa os tempos, ela não é algo que só se institui na ditadura. A ditadura projeta com intensidade toda a maquinária repressiva para um alvo mais específico, que é o dos opositores, mas ela permanece, como antes vinha fazendo, na segregação racial, na discriminação dos setores empobrecidos, na violência em relação a esses setores. Então tem alguns estudos que estão feitos, inclusive lá, com o apoio da Faperj, que estão mostrando como a negritude foi, durante a ditadura, atingida. Quer dizer, há uma intensificação da violência da maquinária repressiva sobre o conjunto da sociedade, durante a ditadura. E isso também... Essa maquinária vem acompanhada de outra maquinária que é mais sutil. Então, a hipótese que eu levanto é um pouco essa, que esse efeito do silenciamento não se deu só pelo medo de se confrontar com a tirania ocorrida. É que foi sendo esvaziada, pouco a pouco, essa ideia do direito e do valor da recuperação da memória. E por isso que o testemunho tem um valor substancial. É o valor justamente da recuperação, daqueles que viveram na própria pele, do que ocorreu. E isso ajuda a dignificar o sujeito que viveu os horrores. Aquilo que lhes foi retirado durante a cena da tortura, que foi a quebra da dignidade, ela é restituída pelo Estado, quando o sujeito fala diante do Estado

aquilo que lhe ocorreu, porque ele devolve para o Estado aquilo do qual ele foi vítima. Nós evitamos usar a palavra *vítima*. A gente usa mais *afetado*. Mas, nesse caso, é importante também marcar como vítima, porque vítima e... Dentro do ponto de vista legal, jurídico, é importante caracterizar. O afetado, ao recuperar a sua possibilidade de falar sobre os horrores, ele recupera também uma parte da sua vida que ficou esvaçada e confinada como um erro seu. “Ah, nós erramos nessa luta, porque a luta armada não era possível naquele momento”, por exemplo. “Ah, eu não devia ter ido ao ponto tal, porque já tinha algum indício de que ia acontecer alguma coisa.” Então ele passou a atribuir para si a responsabilidade que não lhe cabia; cabia ao Estado violento, autoritário. E, digamos, reorientar essa percepção de si na relação com o Estado é fundamental. É essa a dimensão da reparação: a reparação exatamente quando o Estado assume o compromisso e assume a responsabilidade de acolher aquilo que aconteceu, ouvir aqueles que foram atingidos e permitir que haja uma dignificação daquele que sofreu os horrores. Aquilo que foi quebrado na dignidade é restituído. Então, essa dimensão da construção do testemunho passa pela possibilidade de o sujeito começar a falar, balbuciando até, começando aqui... Como eu dizia, em 2003, a gente estava lá ouvindo as pessoas, que chegavam e diziam: “Ah, não sei como é que aconteceu, eu estava com os olhos vendados e não sei o que...”. E aí, depois de algum tempo ouvindo-se uns aos outros, esse plano coletivo se constitui e, ao mesmo tempo, cria mais força, força psíquica de informações, que dá a possibilidade de que esse testemunho seja mais consistente, que seja mais... algo que possa ser efetivamente transformado em uma outra destinação, que seja dado um outro sentido. Não fui eu que fui o algoz de mim mesmo; foi o Estado brasileiro autoritário e totalitário, que eu não quero mais. É um pouco essa passagem. É algo que vai se retirando de si um peso da responsabilidade que foi depositada. Então esse efeito que o Estado brasileiro provocou, através do silenciamento e do esquecimento, deu como resultado esse efeito: “Ah, eu não falo porque, na verdade, me sinto culpado”, “Ah, eu não falo porque... Para quem eu vou falar? Para quê?”. Percebe? Esse embaraço passa a ser quebrado. E um dos dois elementos fundamentais nesse processo e que acompanharam a existência do projeto Clínicas do Testemunho no seu início, desde 2013, foram as Comissões da Verdade, que, como organismos do Estado, acolheram os testemunhos. Aí já é um alvo, a quem destinar, um alvo... digamos, uma meta, a quem destinar. Eu tenho a quem falar, é para a Comissão da Verdade. Quanta gente chegou que nunca tinha falado nada? Aportou no Rio de

Janeiro... Tinha sido preso no Rio de Janeiro, aportou no Rio de Janeiro, fez uma irrupção de memória para assessores da Comissão Estadual da Verdade, os assessores ligaram correndo para a gente, para a equipe clínica, embaraçados, não sabiam o que fazer, e a gente disse: “Manda para cá”. Aí essa pessoa, que era de outro estado, mora em outro estado, que chegou aqui para fazer o depoimento, o que ela queria? Era ser ouvida. Ela precisava ser ouvida. A provocação que a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade... as Comissões da Verdade fizeram foi essa de provocar o desejo de abrir a boca. Então isso foi muito interessante. E o outro efeito foi no ano passado, que foram os 50 anos. Isso não significa que todo mundo foi correndo para a Comissão Estadual da Verdade ou Comissão Nacional da Verdade. Houve muita reticência aí nesse processo, mas houve gente que, por exemplo, pela primeira vez, se inscreveu no Clínicas do Testemunho. Não tinha passado pelo Grupo Tortura Nunca Mais, pela nossa equipe. Algumas pessoas... Eu não sei o quantitativo exato. Talvez, a metade das pessoas tenham passado pela equipe clínica do Grupo Tortura Nunca Mais, mas um outro grupo não tinha passado, mas se inscreveram no projeto porque ficaram afetados pelo debate público que já havia em torno das Comissões da Verdade e se sentiram convocados também. “Mas como é que eu vou falar lá?” “O que eu vou falar lá?” “Como que eu faço isso?” E o acolhimento que a equipe teve nessas modalidades de atendimento que nós montamos foi essa, foi... No primeiro momento, as pessoas já chegaram dizendo: “Olha, me aconteceu isso, isso, isso, isso”, já chorando e trazendo aquela dor da violência e do silêncio, que foi muito grande durante muito tempo. Então, aos poucos, nos grupos, esse discurso dos testemunhos vai ganhando mais força para cada uma dessas pessoas e algumas delas vão se sentindo mais encorajadas de apresentarem nas comissões. Algumas não querem, algumas queriam falar para os outros, queriam ouvir os outros, queriam compartilhar aquilo que viveram. Algumas delas diziam: “Ah, eu acho que o meu é muito pouco; o do fulano é muito mais importante do que o meu”, mas é uma forma encabulada e tímida e desvalorizada daquilo que viveu. Então nós sempre estimulamos todos os... Todas as experiências são muito importantes, porque é a experiência de um, de outro e de outro e de outro que vai esclarecendo e montando esse quebra-cabeça e, ao mesmo tempo, esse tecido que foi a memória da nossa época. Então esse trabalho foi feito desde o início, nos primeiros encontros nos grupos de acolhimento. Já houve uma abertura inicial. Em cada encontro que a gente tinha, mais elementos iam sendo aportados para o grupo. Nós fizemos, além

dos grupos de recepção, que tinham quatro ou, no máximo, cinco encontros – às vezes, grupos menores, nós fizemos dois encontros, de duas horas cada um –, muitas pessoas quiseram se inserir nos grupos de testemunho, que tinham um tempo maior, para que elas pudessem examinar com mais tempo aquilo que elas viveram, e compartilhar, e se sentirem mais preparadas, aquelas que queriam fazer seus depoimentos nas comissões. Então nós tivemos também, além desses grupos, os grupos específicos. Não sei se eu cheguei a falar no outro dia, mas foram alguns grupos – por exemplo, de mulheres que foram depor na Comissão Nacional da Verdade. Então, nesses grupos, por exemplo, nós tivemos: alguns clientes do projeto; outros não clientes do projeto; alguns que depois vieram se inscrever no projeto; e algumas pessoas que quiseram participar desse grupo e que não se inscreveram no projeto. Então nós tivemos uma diversidade. Mas o que nós fizemos foi: ouvir essas mulheres...

D.P. – Quando você diz se inscrever no projeto, é ter um acompanhamento regular? São pessoas...

V.B. – É se inscrever...

D.P. – Se inscrever para ter um acompanhamento regular. É isso?

V.B. – É.

D.P. – Uma terapia mesmo. Quase que isso.

A.D. – Na verdade, nós temos a modalidade que a gente chama de grupos terapêuticos ou acompanhamento terapêutico e temos alguns dispositivos que são mais para acompanhamento de testemunhos.

D.P. – Durante o período...

V.B. – Durante o período do testemunho da verdade, que não necessariamente... Tem um cunho terapêutico, sem dúvida alguma. Nós pensamos que esse... Tem um valor terapêutico, essa possibilidade de destinar aquilo que estava abafado para um outro

campo. Mas esse processo dos grupos específicos, que foram o das mulheres, o grupo do HCE, que foi uma iniciativa feita por algumas pessoas que passaram por lá, o grupo de filhos e netos, que se derivou num grupo autônomo e que ajudou a formar outros grupos de filhos e netos, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, eles se constituíram aqui no Rio a partir do projeto, através dessa reunião de grupos específicos, mas eles se tornaram autônomos. Hoje, é um movimento, é um movimento de caráter nacional. Eles, por exemplo, já fizeram pronunciamento contra o militar, lá no Rio Grande do Sul, que fez uma homenagem ao Ustra. Já estão ativos aí, participam de vários eventos, fóruns, do Ocupa Dops, organizam. Então tem aí uma mobilização que está havendo, através desses grupos, muito interessante. O outro grupo é dos militares cassados, principalmente militares da Aeronáutica, que vieram, no final do projeto, se inscrever, a partir de setembro do ano passado, e nós ficamos um pouco... Já tinha visto lá nos fóruns da Comissão Estadual da Verdade...

A.D. – Os Fóruns de Participação?

V.B. – Os Fóruns de Participação. Já tínhamos visto esses militares lá. Eles sempre ficavam meio confinados num canto, coisa e tal. E quem foi preso político na época da ditadura sempre fica meio arrepiado quando pensa em militares, não é? [riso] A gente fica mesmo. Mas foi muito interessante, porque eles se inscreveram...

D.P. – Acha que é infiltração, não é? A paranoia é tal que acha que é infiltração.

A.D. – Para eles, isso deve ser duplamente difícil.

D.P. – É, deve ser muito difícil.

V.B. – Muito.

D.P. – Vera, deixa eu voltar a uma coisinha aqui. É sobre essa coisa de tortura. Você estava contando, eu estava lembrando... Você falando, eu vendo um filmezinho na minha frente, inclusive um filme do Betinho, quer dizer, da história do Betinho, ele contando... O arquivo dele está aqui no Cpdoc, e tem umas cartas belíssimas, e ele conta

que quando ele assumiu a questão da Aids publicamente, que ele vai para a televisão dizer “eu sou um aidético”, aquilo foi uma catarse numa parte da sociedade, no mundo dos aidéticos, e ele começa a receber carta das pessoas dizendo: “Olha, eu tenho essa doença há dez anos, nunca falei nem para o meu marido”. Mulheres falando isso. “Estou agora escrevendo para você para dizer o que é que eu faço, como é que eu assumo publicamente, também. Eu quero me tratar.” As pessoas nem se tratavam, porque não tinham coragem de dizer nem para o parceiro que estavam com Aids. E por aí ia. Esse material é fantástico. Então, acho que essa questão da tortura, guardadas as devidas diferenças, tem um pouco esse... A Comissão da Verdade, na minha percepção, tem um pouco esse papel, quer dizer, você destampou uma panela para... E um tema que era super tabu na sociedade, quer dizer, para nós e para a própria sociedade – é uma coisa de mão dupla... Mas você, que está mexendo com isso, você sente uma diferença não só na quantidade de pessoas que conseguiram tornar público seus depoimentos – no passado, era um número bem menor –, mas até mesmo na qualidade, na força que isso ganha nos depoimentos e no embate que isso tem na sociedade? Você percebe isso? Porque, por exemplo, para mim, isso é... Eu lembro que antigamente ninguém falava disso, e a gente tinha vergonha, igual ao aidético lá, o leproso, “sou torturado”. Enfim, poucas pessoas tinham coragem de assumir isso, e a recepção também era uma coisa complicada, muito complicada, tipo assim: “Hum! O que é isso?”. Então você, que viveu isso e viveu como... quer dizer, não só como ex-torturada, mas também como uma profissional da área psi, você sente essa mudança nas pessoas, na sociedade? Você percebeu que teve esse...?

V.B. – Eu sinto, sem dúvida alguma. Eu sinto, e sinto também comigo, porque antes eu não dizia que tinha sido ex-presa política. Me lembro que quando a Suzana Lira me convidou para participar de *Mulheres em luta* – foi o segundo episódio –, que eu fiz com a Ana, Ana Miranda... Porque ela fez várias gravações e foi depois juntando os depoimentos, e o meu e o da Ana ficaram juntos, porque a gente foi colega de faculdade. Eu estava muito temerosa, como profissional da área psi, de produzir um impacto nas pessoas que eu atendo. E efetivamente produziu. Você acredita que quando foi lançado, no dia 2 de abril, me liga uma ex-paciente que ficou muito tocada?!

A.D. – Mas era um impacto positivo...

V.B. – Positivo. Mas o problema...

A.D. – ...no sentido de as pessoas **ficarem** mais próximas de você?

V.B. – Ah, sim, de um respeito, de uma consideração...

D.P. – Mas, por exemplo, essa paciente era uma paciente ex...?

V.B. – Não, não, na clínica...

D.P. – Porque você também tem uma clínica normal, não é isso? Você atende pessoas que independem da questão da tortura. Você tem uma clínica normal, não é?

V.B. – Normal. [risos]

D.P. – Desculpa. A palavra agora foi terrível. Desculpa.

V.B. – É uma clínica com outras pessoas.

D.P. – Normal foi... Tem que apagar. Não posso. Minha trajetória agora foi... [risos]
Você tem uma clínica para além da questão...

V.B. – Para além das pessoas que foram atingidas diretamente.

D.P. – E essa paciente era o quê? Tinha sido...

V.B. – Não, essa pessoa não tinha nenhum vínculo...

D.P. – Essa era uma normal ou era uma ex-torturada? [risos]

V.B. – Era uma paciente que ficou comigo durante muitos anos...

D.P. – Isso **porque eu me considero anormal**. Imagina se eu não me considerasse.
[risos]

V.B. – ...e que ela me liga super emocionada e que diz que estava zapeando a TV e que, de repente... “Ué! Eu conheço essa voz!” Quando ela vê, me vê lá e vê a maioria do filme. Aí ela me liga, muito comovida. Ela já sabia que eu trabalhava na área de direitos humanos, mas não sabia que eu tinha sido ex-presa política. Então, isso produz um impacto naqueles que nós estamos tratando que é muito, digamos, forte. E eu estava com esse cuidado.

A.D. – Foi a primeira vez que você falou publicamente? Porque foi para uma rede quase nacional.

V.B. – Não, não foi a primeira vez. A primeira vez foi em 2010, num seminário sobre tortura lá em Brasília, que foi organizado pela Coordenação de Combate à Tortura e que foi logo após a minha anistia. Minha anistia foi em março e esse seminário foi em abril. Eu ainda estava muito tomada por aquela emoção, então, eu me comovi. Quando eu falei, eu me comovi e disse: “Não, porque a minha anistia foi agora há pouco tempo e receber um pedido de desculpas do Estado produz em nós um efeito muito intensivo”. Como produziu mesmo. Todo mundo, na minha sessão, chorou. Foi muito forte, muito... É um impacto muito grande, não é, Dulce? Você não acha?

D.P. – Nossa! Fortíssimo!

V.B. – Sobre mim, isso aconteceu, e eu vejo também sobre algumas pessoas. Mas também já ouvi publicamente algumas pessoas dizendo que não aceitam o pedido do Estado.

D.P. – Mas você, para falar na... Mas na Comissão de Anistia você falou, deu um depoimento lá. E tinha público. Ou no seu dia não?

V.B. – Tinha. Mas não tinha muito público, porque era numa daquelas salinhas...

D.P. – Sei. Era uma sessão menor.

V.B. – É, uma sessão menor. Mas foi muito...

D.P. – Então, nesse seminário, você estava escalada para falar sobre essa questão da tortura? Ou isso surgiu...?

V.B. – Não. Foi um seminário que eu fui convidada para falar sobre a atenção clínica.

D.P. – E aí, no meio, você... pela primeira vez, você...

V.B. – E aí foi a primeira vez. Mas aí, também, era um público específico que estava ali.

D.P. – Sim. Mas você não relatou suas torturas, nesse momento.

V.B. – Não.

D.P. – E você teve algum momento que você relatou publicamente suas torturas?

V.B. – Publicamente? Não.

A.D. – Nem no fórum, no Coletivo Memória...? Esse fórum... o primeiro que vocês criaram.

V.B. – Não. Porque ali eu estava como uma pessoa que...

D.P. – Normal. [risos]

V.B. – ...que ia ajudar as outras.

A.D. – Gente, haja edição dessa entrevista aqui, hem?! Nossa! O trabalho de edição vai ser dobrado. [risos]

D.P. – Deixa, também. Porque também está interessante. Eu não me incomodo, não.

V.B. – Naquele momento, eu estava com uma função de psicóloga, ali, para ouvir as pessoas, então, não abri. E também as pessoas iam aos poucos, ali, naquele fórum, abrindo uma coisa ou outra. Era muito no início. Agora, com a clínica... Porque a clínica já prevê um espaço mais cuidado, um espaço protegido, e as pessoas têm um pouco mais de confiança para dizerem o que passaram. E, assim mesmo, é um processo. É um processo de abertura gradativa. Não é algo que as pessoas chegam e vão falando. Então eu, na verdade, eu acho que nunca falei. Acho que só para vocês.

D.P. – Poxa! Incrível!

A.D. – Obrigada.

D.P. – Obrigada. Incrível! Mas aí, você falando esse negócio da sua paciente, estou me lembrando de uma história incrível, porque você já pensou o que é a paciente saber que o seu terapeuta é um torturador? Foi o que eu assisti com o Amílcar Lobo. Porque a gente foi lá no... Você falando agora... Gente! A gente foi no consultório dele e tinha uma paciente que não sabia também da história dele e que tinha toda a confiança nele. De repente, a gente começou a dizer, na frente dela, que...

V.B. – Na frente dela?

D.P. – É. Porque a gente adentrou...

A.D. – Quando ela estava saindo, não é?

D.P. – Essa daí ia entrar. Tinha saído uma e ela ia entrar na sala, quando a gente toma conta da sala e... A mulher gritava. Uma mulher de cadeira de rodas. Não sei o que aconteceu com essa pessoa. Porque é o inverso do teu caso. No teu caso, a moça [**inaudível**].

V.B. – É.

D.P. – Mas você estava...

V.B. – Não sabia disso, não.

D.P. – É. Foi incrível. Você sabe que a gente foi lá, não é? Tem muitos anos.

V.B. – Sim. Mas nunca soube disso.

D.P. – Foi brabo. Mas me diga uma coisa... Aí você estava falando desse impacto. Teve outros impactos também? Nesse filme, familiares, seus pais, o Paulo...? Enfim, essa coisa de você ter dado esse depoimento para o filme produziu em você...? Você teve...?

V.B. – Ah! No filme, certamente, eu fiquei emocionada. Eu não falei o que aconteceu, como é que foi a minha tortura.

D.P. – Não?

V.B. – Eu falei o que... que eu fui presa no DOI-Codi e no Dops. O que me emocionou, e isso é uma questão que depois eu percebi que emociona a muitos ex-presos políticos, é na relação com os pais. Eu me emocionei quando eu me lembrei que meus pais estavam indo para a Europa e deixaram de ir ver minha irmã e ficaram aqui me acompanhando. Eu me emocionei, no filme. E o Brito também, no filme *A verdade* – ele faz um depoimento muito lindo –, ele também, quando fala na família dele, ele se emociona. Então é interessante, porque a dimensão da família, como ela fica marcada pela comoção. Eu acho que é uma questão a ser pensada melhor, porque, nesse processo da violência do Estado sobre as nossas vidas, muitas rupturas aconteceram. Muitas famílias rechaçaram seus filhos e muitas famílias acolheram seus filhos, mas houve muita fragmentação também. Houve muita disputa entre os filhos, em relação ao carinho paterno e materno, que aconteceu nas famílias. Essa incidência da violência foi tão forte que atingiu não só as famílias como também os grupos aos quais as pessoas pertenciam: as organizações e grupos de amigos. Então houve uma cisão muito grande. Muita gente

que esteve sob tortura e que falou sobre seus companheiros, muitas vezes, não puderam retomar essa relação. Houve muita fragmentação entre... Já havia uma fragmentação enorme entre as organizações: organizações que divergiam por questões muito... às vezes, pontuais, mas que, nesse processo... Quem era de uma organização não suportava o outro, porque o outro tinha falado alguma coisa da outra organização pela qual ele tinha passado. Enfim, foram muitas rupturas que aconteceram na época, provocadas pela ação e violência da repressão. E nas famílias, também isso se deu. Eu acho que essa comoção se dá, na minha vida, pela solidariedade dos meus pais, pela generosidade deles, que foi muito forte.

A.D. – Vera, você mencionou que desde a década de 1990, quando esses dispositivos de escuta foram sendo constituídos, para dar conta desses projetos de vida que foram interrompidos, também, durante a ditadura... Corrija-me se eu estiver errada, por favor. Aparentemente, eles começaram como um procedimento mais privado: era a pessoa que havia se sentido violentada que os procurava e, aos pouquinhos, ia se abrindo – inclusive para vocês, clínicos – para contar as suas histórias. E há um momento em que esse processo também passa... Há uma passagem desse processo – inicialmente, talvez privado – para a dimensão pública do testemunho como reparação e até como elemento dignificador... dignificante. Perdão. Essa passagem, em termos institucionais... Porque a gente quer também apreender um pouco essa dimensão institucional, no sentido de como os órgãos estatais lidam com essas questões. Essa passagem pode ser pensada, em termos institucionais, a partir da criação das Comissões da Verdade? Ou, antes mesmo, essa dimensão do testemunho já começa a ter um caráter mais público, no sentido de as pessoas começarem a contar sobre as violências que elas sofreram?

V.B. – Olha, eu acho que antes da discussão, do apontamento, digamos, da implantação da Comissão Nacional da Verdade, que foi a primeira e que desencadeou as outras, era muito mais difícil falar publicamente sobre essas situações. Agora, por exemplo, você me perguntando isso, eu não estou me lembrando quando houve a possibilidade. Porque havia uma demanda do movimento social de muitos anos anteriores, da criação da comissão. Em 2008, no Congresso de Direitos Humanos, já tinha sido proposto.

A.D. – Nos fóruns do...

V.B. – No Congresso de Direitos Humanos de 2008.

A.D. – Ah! Está [certo]. O congresso...

V.B. – O congresso. Uma das propostas foi a criação da Comissão Nacional da Verdade. Era um tema que os grupos de direitos humanos traziam: “Ah, vamos fazer a Comissão... Vamos propor essa pauta. Vamos fazer”. Eu me lembro, lá no Grupo Tortura Nunca Mais, com a Cecília: “Ah, vamos fazer”. Mas foi através do congresso... Porque os congressos levantam as pautas que o movimento social quer que sejam desenvolvidas. E uma das pautas era essa. Concomitante a essa pauta, que já estava, digamos, definida pelo congresso, houve também uma certa urgência de que o Estado brasileiro tomasse alguma iniciativa, em função da sentença da Corte Interamericana. Porque a Corte já estava pressionando o governo brasileiro não só em relação à Lei da Anistia como também uma abertura maior em relação a essa temática. Então foram vários componentes aí, criando um caldo de cultura, digamos assim, favorável à comissão. Quando a Dilma entra e entra com essa proposta associada à da abertura dos arquivos, do acesso aos arquivos, isso já foi um empurrão, porque pela imprensa começa a ser debatido, antes mesmo do acontecimento. E antes, agora eu estou me lembrando, o Vannuchi...

D.P. – É isso que eu ia dizer, o papel do Vannuchi aí foi fundamental.

V.B. – Fundamental. Fundamental. Porque foi exatamente em 2009... Foi em 2009 que ele saiu?

D.P. – Ele sai no final do Lula.

V.B. – No final do governo Lula, que ele apresenta o Plano Nacional de Direitos Humanos, e lá...

D.P. – E lá já está colocado isso tudo.

V.B. – Já estava colocado isso. Então foram vários componentes...

D.P. – Aliás, o livro inclusive é lançado na.. Porque eu lembro... Não sei se você estava nessa reunião. Porque ele fez muita reunião com a sociedade. Teve uma até que eu organizei, no Ibase. E ele dizia o tempo todo, em todas essas reuniões, que ele só ficaria ministro, secretário nacional se ele conseguisse levar a cabo essa questão, que a prioridade dele era exatamente essa coisa da Comissão da Verdade. E chegava a ter uma insatisfação, porque esse não era um tema da sociedade. Então eu lembro que eu participei de algumas reuniões, várias no Ibase, e outros segmentos, Justiça Global, Justiça Ambiental... “Mas como?! Direitos humanos é...” **E ele sempre...** “Minha prioridade é essa.” Isso dava um... “Se eu não conseguir levar isso à frente, não quero ser secretário nacional de Direitos Humanos, não quero ser ministro. Porque o Lula teria dado carta branca para ele prosseguir nesse processo, como muitos problemas, porque tem as tensões com o Jobim, tem tensões com... várias tensões aí. Mas era uma obsessão dele.

V.B. – É, eu me lembro, quando ele esteve lá no Grupo Tortura Nunca Mais, quando ele se apresentou, ele pediu que se levantassem pautas para... Eu acho que... Não me lembro de ter aparecido nessa ocasião esse tema. Apareceu a questão do banco, o banco de dados genético. Isso era forte. A Victória estava lá, então, havia uma demanda aí. Mas eu não me lembro... Pode ser que alguém tenha falado a respeito disso, mas não me lembro. Para mim, estava muito marcado, no final da gestão dele, em que houve um embate com o Jobim e que isso apareceu muito fortemente.

A.D. – Por conta do PNDH-3, não é?

V.B. – É. Agora, eu acho que, sem dúvida alguma, foi um fator que chamou muita atenção na época, aos segmentos que estavam trabalhando com direitos humanos, que já tinham pensado a respeito disso, mas que ficaram mais atentos. Tanto é que no nosso trabalho lá do Coletivo [RJ Memória, Verdade e Justiça], que foi fundado logo em seguida, no ano seguinte, já com esse apontamento da Comissão Nacional da Verdade e que reunia várias entidades da sociedade civil, foi muito interessante, porque as pessoas chegavam lá e queriam contar o que tinha acontecido com elas. Então isso já foi um

desencadeador, um catalisador do testemunho. As pessoas já se sentiam com vontade de contar sobre aquilo... de quebrar o silêncio e entrar na pauta do direito de serem ouvidas, sem uma formulação maior a respeito disso, mas...

D.P. – Que é o direito à memória e à verdade.

V.B. – É de direito à memória. Mas era uma coisa que explodia, lá nesse fórum. Então nós criamos aquele outro dispositivo, lá no Coletivo, uma vez por mês, para ouvir essas pessoas que queriam falar a respeito do que tinha acontecido. Aí começamos a levar alguns filmes, para ajudar um pouco na sensibilização, e aí, logo depois disso, a gente criou... quer dizer, consegui, numa conversa com o Paulo Abrão... Não sei se eu cheguei a contar para vocês que encontrei com ele em alguns seminários. E depois, também, a Dodora, a Maria Auxiliadora Arantes, teve um papel muito importante nesse processo, porque ela foi a coordenadora de Combate à Tortura, na época do Vannuchi. O Vannuchi convidou-a para assumir o Combate à Tortura, lá em Brasília, e ela que organizou esse seminário que eu falei antes, em 2010. E a Dodora foi muito amiga, inclusive na militância, da Rita Sipahi, que está na Comissão de Anistia e que estava muito sensibilizada com os testemunhos e achava... Ela participava de um grupo de mulheres e já percebia a importância de se falar a respeito do que se tinha passado. Então, quando houve a minha sessão de anistia, ela me procurou, mas eu estava com a cabeça em outro lugar – eu só deixei os livros que nós tínhamos feito na época do Grupo Tortura Nunca Mais, deixei lá um exemplar de cada um dos livros, para a Comissão de Anistia. E aí a Rita... Foi uma conversa meio entrecortada, pela limitação das condições ali, mas a Dodora, então, [nos] procura, nós do Rio, e diz: “Olha, talvez haja essa possibilidade. A Rita disse que deu um toque no Paulo Abrão. Acho que talvez possa ser possível. Vamos conversar”. Aí eu e Tania Kolker fomos a São Paulo para uma data comemorativa da luta das mulheres, no Dia das Mulheres, no dia 8 [de março] – foi no dia 8 [de março] de 2012 –, e aí nós fizemos a reunião no consultório de um psicanalista que... Esse era mais velho que a gente, ele tinha atendido muitas pessoas na época da ditadura, e ele cedeu... Cesarino. Ele cedeu o consultório dele para essa reunião, participou, junto com outras pessoas – o pessoal do Projetos Terapêuticos; o pessoal do CRP, lá de São Paulo... Então a gente fez uma reunião com algumas pessoas lá de São Paulo; aqui do Rio, o Paulo Abrão, o Marcelo Torelly; para eles terem uma

ideia do que era o nosso trabalho, que já vinha sendo desenvolvido. E aí depois foi feita uma reunião aqui no Rio, mais ampliada. Foi lá na PUC do Rio, veio mais gente, de várias partes do país, e eles puderam traçar algumas diretrizes para a elaboração desse edital. E que foi muito interessante, porque o edital, aí, apareceu com três componentes: a atenção, a capacitação e o levantamento de subsídios para a criação de uma política pública de caráter nacional. E é o que nós estamos fazendo agora, apresentando... Nesse final de projeto, que foi ampliado para mais esses meses, mais onze meses, nós estamos apresentando, agora em novembro, a finalização desse processo, não só com a exposição sobre o que foi esse trabalho como também publicações, uma mostra de filmes e vídeos, como também de trabalhos, de trabalhos gráficos que foram feitos durante esse período. Foi muito interessante a produção de poemas. Nós tivemos, aqui, alguns ex-presos políticos que... um ex-presos político que escreve com muita facilidade sobre a experiência dele, muito comovido, muito emocionado. Ele é uma pessoa que foi preso... acho que três vezes e, depois desse processo, ele foi para o exterior. Ele ficou aqui mais tempo, no Clínicas [do Testemunho], até abril desse ano, e já voltou para a Alemanha. E ele volta e meia... Ele já deixou poemas e às vezes ele nos manda poemas. É bem bacana. Vocês vão ver na publicação, os poemas dele.

D.P. – É essa publicação que está saindo agora?

V.B. – É. Vai ser *on-line*.

D.P. – Certo. Mas a ideia de vocês, então... Esse projeto encerra uma etapa agora, mas aí vocês querem continuar...

V.B. – É. E já houve...

D.P. – A prorrogação?

V.B. – Não é prorrogação. Entrou um outro edital, e já foram aceitos os projetos, inclusive o do Rio. O do Rio já foi aceito.

D.P. – O edital é junto ao Ministério da Justiça?

V.B. – É. Todos eles são, digamos, um convênio com a Comissão de Anistia. A Comissão de Anistia entrou com outro edital; concorreram... Não sei exatamente quantos [concorreram], mas me parece que foram doze projetos, e entraram quatro, com uma verba muito mais limitada do que o anterior.

D.P. – Quais são os quatro?

V.B. – Rio de Janeiro; São Paulo, Sedes, que já estava; Rio Grande do Sul, Sig, que agora não vai ser mais Sig, vai ser uma outra instituição que eu não me lembro o nome, mas é o mesmo grupo que estava no Sig, que está indo para essa instituição; e o outro é São Paulo, um grupo ligado ao pessoal jovem, Margens Clínicas, que vai fazer essa interação entre a violência do passado e a violência do presente, porque eles têm mais prática com a violência do presente. E esse projeto está sendo pensado para o atendimento clínico das pessoas que viveram a violência do passado e no presente. Só que a Comissão da Anistia tem um mandato. O mandato é o passado. Então esse projeto entra com uma prática já estabelecida com o atendimento das Mães de Maio etc. e tal, lá da periferia de São Paulo, mas eles entram junto com os outros projetos nessa rede, para que esse intercâmbio possa ser mais trabalhado. E o Paulo Abrão já anunciou e eu soube também na semana passada que já está mais perto de ser operacionalizada essa proposta: se conseguiu uma verba com uma fundação, que é a Fundação Newton, da Inglaterra, que vai, digamos, contribuir com um montante... Porque o montante que se conseguiu com esse enxugamento econômico da máquina estatal é de tal ordem que ficou uma coisa muito pequenininha para os projetos funcionarem. Então eles conseguiram um recurso do exterior para destinar à capacitação. O que eu acho que vai ser bem interessante, porque a capacitação de profissionais que estão na ponta dos serviços é fundamental. Eles estão vivendo muito no dia a dia a violência atual, e violência praticada por agentes do Estado, e eu acho que vai ser muito interessante que seja destinado a essa área. E aí vai ser... Eu não vou estar mais no projeto.

D.P. – Ah, é?

V.B. – É. Eu estou muito cansada. Esse trabalho deu muito... Esse projeto me deu muito trabalho, muito trabalho. Porque é um projeto que... Nós, aqui no Rio, tínhamos um vínculo com o Instituto Projetos Terapêuticos, lá de São Paulo, que é um pessoal com quem a gente tem uma afinidade e um conhecimento a respeito do trabalho deles desde 1986, mas sem que tivéssemos nos acompanhado muito de perto durante esse período. Eles têm uma estrutura: eles têm uma sede... Eles têm uma estrutura institucional que nós nunca tivemos. E é um trabalho que... Tivemos o apoio, certamente, deles, uma gerente de projeto etc. e tal, mas eu funcionei não só como coordenadora, como executora, de secretária de todo mundo, como acontece muitas vezes, e que é uma barra pesadíssima. Sim ou não?

A.D. – Sim. É puxado.

V.B. – E aí eu quero ter um pouco mais de frescor na vida, porque eu já...

D.P. – E quem vai ficar tocando, então? Quais são as pessoas...?

V.B. – A Tania vai tocar, a Tania Kolker.

D.P. – A Tania Kolker... Quem mais?

V.B. – Tania Kolker; Eduardo Lociser; Cristiane Cardoso; Marília Felipe; Juliana Pimenta, que é filha de uma ex-presença política...

D.P. – A Ana Miranda não está mais, não? Porque a Ana nunca foi...

V.B. – Não, a Ana é cliente.

D.P. – É cliente, não é?

V.B. – Sempre pensam que a Ana... Porque ela está sempre na frente de tudo, não é?

D.P. – E aí o que você vai fazer profissionalmente? Você vai continuar com suas... Você se desligando desse projeto, que ocupou uma parte enorme da sua vida, como é que vai ser? Você tem a sua clínica normal... [risos] Fala um pouquinho sobre...

V.B. – Como eu estou muito cansada...

D.P. – Você tem um consultório?

V.B. – Eu tenho consultório. Nós atendemos... A nossa equipe aqui do Rio toda atende nos próprios consultórios. Desde a época do Grupo Tortura Nunca Mais que a gente faz assim. Nunca atendemos lá na sede do grupo. Ou, pontualmente, atendemos uma pessoa ou outra, por situações mais emergenciais. Mas sempre nos nossos consultórios. Evidentemente que vou ser colaboradora desse projeto, porque é um projeto que ajudei a construir e que fiquei em cima, e provocando o Estado, e tenho certeza que dei uma contribuição, e não é uma coisa que eu vou romper, evidentemente, mas o que eu digo é que eu não posso mais estar no projeto, porque ele... Eu até não conversei com meus pacientes. Como esse trabalho não vai ser divulgado agora...

A.D. – Não.

V.B. – Eu vou falar com eles em breve, na outra semana. Então eu pretendo dar continuidade ao meu consultório. Eu pretendo ser colaboradora desse projeto. Esse projeto não se restringe ao trabalho de atendimento. É um projeto que tende a se irradiar. Nós criamos, aqui no Rio, uma rede local de parceiros, que estão integrados à rede pública de atenção à saúde mental e também à saúde... sociedades psicanalíticas. Então é uma rede que, por exemplo, eu quero estar dentro, colaborando etc. e tal, mas eu não posso ter mais esse trabalho intensivo que eu tenho tido. Eu não tenho mais final de semana. Entendeu? Estou inteiramente consumida por esse trabalho. Então eu vou ficar um pouco mais afastada e trabalhando também lá no Conselho Federal de Psicologia, dando cursos, porque agora a gente tem toda uma tecnologia. Já tivemos uma mesa muito legal sobre o terror do Estado e a violência do Estado, e que eu participei junto com a Bárbara, que é lá do Rio Grande do Sul – nós falamos sobre o projeto. Isso foi gravado, foi difundido para toda a rede dos psicólogos dos conselhos.

Vou dar um curso agora no início do ano sobre esse trabalho do Clínicas do Testemunho, discutindo essas questões que atravessam a clínica, da violência do Estado...

D.P. – Esse curso, aonde?

V.B. – Esse curso é um curso que a gente grava lá e fica *on-line*, para os psicólogos poderem acessar. Então tem essa... Tem muita coisa para ser feita, e quero fazer. Não vou tirar o time de campo, de jeito nenhum: vou estar no Coletivo, vou estar no Ocupa Dops, vou estar... Só que esse trabalho mais específico, eu vou ficar como colaboradora.

A.D. – Vera, nós já conversamos muito sobre o sentido de reparação, como ele vai se constituindo, surgindo, se consolidando, os múltiplos significados que ele possui, a ideia de memória, verdade e justiça, mas há outros dois princípios que regem também as políticas de Estado no Brasil desde a edição da Lei da Anistia que eu gostaria que você comentasse e deixasse registrado o que você entende por esses princípios, que são o da pacificação nacional e o da reconciliação nacional. A Lei da Anistia que passou, ela passou muito em volta, com uma ideia de promoção de um momento de reconciliação que acaba ganhando sentido de esquecimento, impunidade etc. A edição da chamada Lei dos Desaparecidos, a Lei 9.140, também prevê uma ideia de reconciliação nacional. A lei que cria a Comissão de Anistia não, mas a lei que cria a Comissão Nacional da Verdade – e aquelas que são vinculadas a ela ou que foram criadas no esteio dela – também traz a ideia de reconciliação nacional. Então eu queria que você comentasse um pouquinho para a gente qual o sentido desses termos, pacificação e reconciliação, para pensar o pós-ditadura no Brasil.

V.B. – Olha, na verdade, esse termo reconciliação foi um choque, quando eu escutei que no Plano de Direitos Humanos...

A.D. – No Plano Nacional de Direitos Humanos-3 também aparece.

V.B. – ...estava sendo introduzido, por obra do Jobim, do ministro Jobim. Foi o acordo, foi um dos pontos de acordo que foi feito pelo governo Lula com o Jobim, que ameaçou

se demitir, junto com os militares, com os comandos militares, caso não houvesse algumas reformulações no plano. Eu fiquei muito chocada e o Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro também ficou muito chocado com essa história. Nós estivemos com assessores do Vannuchi e dissemos: “Isso é inaceitável, inaceitável. Se não houve efetivamente uma política de reparação significativa e de peso nesse país, como é que essa perspectiva vai ser lançada? Isso é um engodo”. Essa ideia de pacificação e de reconciliação é uma ideia... E aí nos foi dito: “Não, mas isso daí é para um futuro, é para um horizonte a ser apontado etc. e tal”. Eu acho que é um horizonte muito longínquo, no nosso país, porque tantas iniciativas terão que ser feitas, nesse campo da reparação, e a contenção da violência dos agentes de Estado, que não tem sido feita. Um dos componentes da Comissão Nacional da Verdade, uma das propostas, uma das recomendações é justamente fazer uma intervenção no âmbito militar e das polícias, no sentido de interferir na formação, criando uma outra formação, voltada para os direitos humanos. Nada é feito nesse sentido. O que é feito é absolutamente dispensável e incipiente, ou... Não sei nem se preliminar. É alguma coisa que é um cursinho que ninguém presta atenção, pelo que eu tenho escutado dizer. Então tem que haver realmente uma estratégia de formação desses setores, que têm sido os principais atores da repressão. Tem que haver a ocupação do Estado brasileiro nesse sentido. Sem essas medidas serem implementadas, não se pode pensar em reconciliação. Reconciliação de que, se hoje nós temos um quadro de violações gravíssimo no país? Gravíssimo. Muito mais multiplicado do que houve na época da ditadura. É claro que a população cresceu, mas o que se vê de truculência sendo utilizada por parte das polícias é de uma forma generalizada. Então não se pode introduzir essa questão senão problematizando, senão entendendo que é um processo que agora não tem vez. Não se pode aceitar nenhuma ideia de pacificação nem de reconciliação. Agora, eu acho que tem um outro efeito, que eu tenho escutado, por exemplo, nos debates das conversas públicas que eu tenho participado, de depoimentos e testemunhos de ex-presos políticos, nesses espaços do Clínicas [do Testemunho]. Em Belo Horizonte, por exemplo, eu escutei de uma pessoa que estava vindo de um depoimento na Comissão Nacional da Verdade, e ele disse, muito... Depois de trazer para nós o que ele tinha passado; o que ele tinha vivido; como, depois do exílio, ele viveu essa dor, que provocava nele tanta raiva; e como ele, durante esses anos, foi fazendo... fez muitas terapias, mas ele, quando se apaziguou com essa raiva, ele pôde viver melhor. A gente poderia dizer que talvez ele tenha conseguido dar

um sentido para essa experiência terrível que ele viveu e que houve uma reconciliação com ele mesmo. A gente pode falar, nesse sentido, que as pessoas podem se reconciliar com essa dor, ou, melhor dito, podem ter uma maneira de lidar com essa dor de um jeito menos oneroso para si, entendendo que eles não foram os artífices dessa violência sobre eles, e sim o Estado, e que o processo de oposição que eles viveram era justo. Era justo lutar contra uma tirania. Essa é uma situação que tem uma diferença em relação aos militares que nos procuraram, por exemplo. Porque os militares não foram opositores ao regime, esses que nos procuraram na clínica. Eles sofreram a violência e a tirania dentro dos quartéis como uma forma de controle da tropa, e porque eles... alguns deles tinham uma boa intenção, achavam que a Força era o ideal da carreira deles. Eles tinham uma idealização das Forças Armadas e viram ali um futuro mais promissor na sua história de vida. Porque, geralmente, vinham de famílias muito pobres, e que tendo chegado a essa qualificação profissional que eles estavam tendo, como sargentos, como técnicos de comunicação, ou técnicos de aviões, ou técnicos da Marinha, que eles poderiam ter uma diferença em relação ao que eles tinham vivido na infância, ter uma diferença para viverem melhor e ajudarem as suas famílias. Isso aparece muito no depoimento deles. E, ao mesmo tempo, alguns deles viram os outros sendo trucidados, ou viram ex-presos políticos sendo encapuzados, sendo levados, maltratados. Às vezes, eles entravam para levar um recado e viam um preso político sendo martirizado. Então eles ficaram... Eles foram testemunhas, alguns deles, das atrocidades e foram perseguidos por isso, ou porque se opuseram, disseram: “Ah, não faz isso, coitado”, e aí, pronto! Outros gostavam do Chico Buarque, por exemplo, e levaram disco do Chico Buarque e foram perseguidos e foram para as prisões e foram torturados. Foram bodes expiatórios, muitas vezes, para que a tropa pudesse ter aquele pensamento único e não escapar para outras... E também a gente tem que entender que, no início e durante, no início da... Quando houve o golpe, as guerrilhas, a guerrilha lá do Sul¹⁶, do Cardim... Como é o nome daquela guerrilha?

D.P. – Caparaó?

V.B. – Não. Caparaó foi aqui.

¹⁶ Guerrilha de Três Passos.

D.P. – Foi antes.

V.B. – Aquela guerrilha que...

D.P. – Sei. Do Cardim.

V.B. – É, do Cardim, que estava ligado ao Brizola. Também arregimentou vários militares lá. Então eles tinham um cuidado excessivo com a tropa, persecutório.

A.D. – **O Lamarca** é um símbolo disso.

V.B. – É uma marca... Um dos militares era a favor do Brizola, porque o Brizola... Ele era originário do Sul, então, tinha uma deferência especial, então, conversou com um amigo. Pronto. Foi capaz de quase receber um tiro na testa. Fizeram xixi nele, na cara dele. Ele ficava em postos sem arma, para se expor a situações que pudessem ser adversas. Muitos desses militares desapareceram. Isso a Rosa Cardoso acompanhou, muitos deles. Então essa questão é diferenciada da escuta dos ex-presos políticos, no sentido de que eles não tinham e não têm uma formação ainda muito clara politicamente. Eles às vezes dizem: “Ah, porque os subversivos...”. [riso] A gente... “Ah, porque os subversivos...”

D.P. – Terroristas, não usam, não? Não chegam, não.

V.B. – Não. Mas são pessoas que estão se integrando no movimento. Quando você diz: “É, eles devem ter se sentido muito diferentes no fórum”...

A.D. – Duplamente...

V.B. – Duplamente segregados.

D.P. – Mas todos eles foram penalizados, de alguma maneira? Ou tem pessoas que nem foram...?

V.B. – Todos esses que chegaram a nós.

D.P. – Os que chegaram a vocês, eles foram penalizados.

V.B. – Foram. Todos. Passaram por prisões nas condições mais...

D.P. – Prisões, ou processos, ou humilhações, é isso?

V.B. – Humilhações. E foram jogados na rua. Eles diziam: “Nós éramos párias da sociedade, porque não nos deram nenhum direito. Nos expulsaram das Forças Armadas, fomos cassados e ficamos na rua da amargura, passando fome”. E alguns conseguiram, quando se apresentavam para alguma... “Ah, mas cadê o certificado?” “Ah, não tenho certificado.” Então não aceitavam. Aí se tornaram feirantes, se tornaram pessoas que trabalharam nos serviços de obras etc. e tal. Então eles, aos poucos, foram...

D.P. – Quer dizer, esse grupo, pelo que eu entendo, é bastante variado, porque tem vários que foram opositores do regime, não é isso? Porque o pessoal que foi para a guerrilha, bem ou mal...

V.B. – Ah, não! Mas esse grupo que chegou ao Clínicas não.

D.P. – Não tem...?

V.B. – O grupo que chegou ao Clínicas...

D.P. – É o pessoal que não foi opositor do regime. Quer dizer, sofreu sanções porque teve uma postura...

V.B. – É.

D.P. – ...ou de não convivência, ou de algum tipo de questionamento, contestação...

V.B. – Ou então porque tinham... gostavam da música do Chico Buarque, por exemplo. Um cara que entra com um disco do Chico Buarque lá foi massacrado, sofreu as maiores sanções. Reagiu, disse que não queria... Foi preso na rua por aquelas equipes que faziam... porque passou perto de uma... morava ali perto de uma... num lugar onde tinha uma mobilização, e como já tinha levado o disco do Chico Buarque, foi considerado como participante da mobilização, foi para a cadeia e ficou dias na cadeia passando fome, num lugar absolutamente inóspito, levando porrada, estuprado e o diabo a quatro.

D.P. – Alguns foram processados, desses aí?

V.B. – Não, eles estão apresentando na Comissão de Anistia os seus processos e estão obstaculizados pelas forças militares.

D.P. – Quer dizer, eles foram expulsos.

V.B. – Eles foram expulsos.

D.P. – Vários foram expulsos.

V.B. – Foram expulsos. Esses foram...

D.P. – Alguns, então, não têm nem processo.

V.B. – Não.

D.P. – Eles não tiveram nem processo na Justiça Militar. Não tiveram nada disso. Ou tiveram?

V.B. – Não. Eles é que entraram. Entraram com petições na Comissão de Anistia... A Comissão de Anistia está impedida de dar esse reconhecimento, porque as forças militares criaram um dispositivo jurídico para impedir isso. Tem uma matéria muito boa que foi feita quando nós organizamos um ato lá na OAB, dos militares, o ato dos

militares perseguidos e cassados. Tem uma matéria muito boa. Vou mandar para vocês. Porque eu acho que vale a pena conhecer essa situação. E o processo deles de isolamento... Porque, imagina, ficar num espaço de reivindicação como o da Comissão Estadual da Verdade como eles vão, em que eles falam, e que eles falam na reparação, e que querem a reparação da Comissão de Anistia... Não é que a Comissão de Anistia não queira dar; é porque ela não tem condições de dar, porque tem um instrumento jurídico bloqueando. Então eles querem o reconhecimento da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade. Então eles já depuseram na comissão nacional e, também, na comissão estadual. Agora, o que você traz, eu acho que é uma questão muito interessante, porque eles, agora, com a experiência do Clínicas, eles conseguiram se integrar com o grupo de ex-presos políticos e filhos e netos.

A.D. – Reconhecendo-se como integrantes do grupo?

V.B. – Como integrantes. Porque eles criaram uma atividade pública, que é uma vez por mês, em frente do Memorial da Anistia, ali na Cinelândia, em frente do Clube Militar. Então, todo início de mês, segunda-feira, às três horas da tarde, eles fazem uma manifestação de uma hora. Então eles vão... É uma coisa muito diferente da nossa, digamos assim, porque eles levam uma... [riso] O Geraldo Cândido foi homenageado, e o Geraldo chegou para mim e disse: “Vera, você sabe o que é que fizeram? Levaram uma capa vermelha e uma medalha enorme”. O Geraldo estava... Eu disse: “É, Geraldo, cada grupo tem um jeito de fazer as suas homenagens”. Fizeram para a Estrella, para a Inês, para o Geraldo. Agora, essa última vez, eu não pude ir por causa do meu pé, fizeram para um sindicalista. Cada vez eles fazem... Cada evento, eles elegem uma pessoa para homenagear. Já homenagearam o Modesto – o Modesto foi na última vez. Enfim, estão fazendo essas homenagens. E eles... Nós criamos um dispositivo na clínica que é o chamado Enconção, que é um dispositivo de encontro em que nós reunimos... convidamos todos os pacientes do projeto para estarmos juntos, para fazermos uma avaliação do projeto e, ao mesmo tempo, trazerem propostas, quem quisesse trazer propostas. Então, desde abril que a gente está fazendo esse encontro. É mais ou menos uma vez por mês. E é interessante porque, quando eles chegaram e começaram a se apresentar, “me aconteceu isso, me aconteceu aquilo, me aconteceu aquilo outro”, e os filhos e netos e os ex-presos políticos, também, no início havia um certo estranhamento,

coisa e tal, e, no andar da carruagem, nessa escuta recíproca, eles foram se aproximando. Teve ex-presos políticos que estiveram no quartel do cara quando o cara estava lá e o cara reconhecia o nome daquele algoz, e aí foram sendo feitas as redes. Hoje, eles são capazes de dizer: “Nós fomos considerados como párias e, hoje, a gente se sente integrado aqui”. Porque há um reconhecimento público da situação deles. E eles vão aos Cinencontros que a gente faz lá no Museu [da República]. Eles estão se aproximando, estão se integrando. Isso é muito importante, porque esses segmentos ficaram muito isolados uns dos outros, e na medida em que a gente tenha uma diversidade maior, como a gente está tendo agora no Ocupa Dops, que vem gente... que vêm jovens que tocam samba; outros, que tocam outro tipo de música; outros, com perna de pau, outros, os que trabalham com a questão racial; outros... Essa integração é fundamental, em torno dos centros de memória. E para eles foi muito... Eles têm se sentido... Têm feito depoimentos muito significativos, do quanto o Clínicas tem ajudado a eles. E eles ficam ligando para a gente: “Quando é que vai recomeçar?”, “Tem alguma notícia?”, “Recomeça quando?”. Estão loucos para voltar.

D.P. – Então as Forças Armadas não anistiarão essas pessoas nunca. É isso?

V.B. – Não. E bloqueiam a anistia deles.

D.P. – Porque em outros momentos... Até o Prestes teve direito a anistia, nos anos 1930, nos anos... Mas nesse...

V.B. – Mas aí, por exemplo, a anistia do Lamarca. Lembra? O Paulo Abrão contou para a gente. Para ela ser concedida, foi...

D.P. – É, me lembro que... Até hoje, a briga... Pois é.

A.D. – Imediatamente, chegaram funcionários do Ministério da Defesa para perguntar o que tinha sido aquilo. E, recentemente, ela foi questionada na Justiça. Talvez esse seja o ponto mais difícil, com relação a pensar quais foram os setores ou as categorias perseguidas, atingidas, violentadas durante a ditadura. Militares e ex-militares deve ser uma das mais delicadas.

V.B. – E você sabe que é o maior número? O maior número de pessoas atingidas é do setor militar. São 7.500, segundo levantamento da Comissão Nacional da Verdade. E isso que a Comissão Nacional da Verdade não conseguiu, ainda... Conseguiu bastante, mas tem muita coisa, ainda.

D.P. – Vera, esses 7.500 foram expulsos, são expulsos? Ou tem coisa...?

V.B. – Foram perseguidos.

D.P. – Mas alguns, expulsos do Exército. É isso? Muitos.

V.B. – Das Forças Armadas.

A.D. – Principalmente **da Marinha**.

D.P. – Da Marinha, do Exército... Das Forças Armadas.

V.B. – Da Aeronáutica foi muito, porque eles tinham um decreto não sei quanto, 140, 1.140, que é um decreto que foi extinto em 1966, mas que foi aplicado mais tarde.

A.D. – Retroativamente. Não, ao contrário: ele já não existia mais e foi aplicado para frente.

V.B. – Já não existia mais, mas... Muitos deles foram expulsos por esse decreto. Então eles estão na Justiça, e o processo deles está no Supremo e quem está sentado em cima é quem vocês podem imaginar: Gilmar Mendes.

A.D. – Mais uma campanha para desengavetar.

V.B. – No Congresso, que eu falei?

A.D. – No Supremo.

V.B. – No Supremo.

A.D. – Você falou no Supremo. Aproveitando que a gente está falando sobre a anistia, a Comissão de Anistia, eu queria que você contasse para a gente um pouquinho como foi a decisão de entrar com um requerimento na Comissão de Anistia, abordando um pouco a construção narrativa que você faz no seu requerimento – eu sei que tem uma estrutura jurídica, você entrou em contato com a Ana Maria Müller –, e também avaliando burocraticamente como é lidar com a Comissão de Anistia: é bom ou não é, é fácil, é difícil. Como é que foi isso?

V.B. – Olha, no processo da anistia, já estava praticamente pronto meu depoimento. A Ana só pegou aquela parte final. Porque aquele depoimento foi o que eu apresentei na Comissão Estadual da Verdade, aqui no Rio.

A.D. – Na Comissão de Reparação.

V.B. – Na Comissão Estadual de Reparação, de 2003. E eu apresentei logo no final. Porque o meu número foi o 960. O requerimento foi um dos últimos, porque foram só 1.100, mais ou menos. Eu fiquei ajudando uma porção de gente e deixei o meu por último, e quando chegou...

D.P. – Ao todo, só apresentaram aqui mil e poucas...?

V.B. – Mil e poucos. Mil cento e poucos. E tem muita gente que ficou fora.

D.P. – Eu não apresentei.

V.B. – Você não apresentou? E a gente tem uma luta aí para que mais gente entre. Estamos cobrando isso do Estado...

A.D. – Com um novo projeto de lei, inclusive.

V.B. – Com um novo projeto de lei

A.D. – Para mudar a jurisdição.

V.B. – É. Então, na verdade, eu não tive muita dificuldade. Já estava pronto, basicamente. Talvez eu tenha introduzido, para esclarecer um ponto ou outro. Na Comissão Estadual, houve uma situação muito chata, porque eu, além desse material, apresentei toda a documentação que eu consegui obter no Dops do Rio de Janeiro, e me colocaram lá para... Como se eu não tivesse dado a documentação devida. A pessoa que fez essa seleção talvez tenha escolhido os nomes mais conhecidos, e o meu ficou de lado. Tanto é que quando entrou a outra comissão, coordenada pela Filomena, pela dra. Filomena, eu tive que procurá-la, porque ninguém achava alguns processos, que estavam perdidos. E nós estávamos acompanhando de perto: não só fizemos manifestações públicas, fomos à casa do governo estadual, e protocolávamos sempre o requerimento para a audiência. E falei com a Filomena, ela me ouviu, e aí acharam meu processo, assim como outros processos que tinham ficado perdidos, e entrou em pauta.

D.P. – A Filomena era o quê? O sobrenome dela.

V.B. – A Filomena foi a presidente da segunda Comissão da...

D.P. – E o sobrenome dela, sabe?

V.B. – Posso procurar. Ela é procuradora.

D.P. – E a primeira é presidida...

V.B. – A primeira foi presidida pelo da ABI, pelo... Como é o nome do...?

D.P. – Antes? O Wadih?

V.B. – Não, da ABI.

D.P. – Ah, da ABI?

V.B. – É. Que foi durante muito tempo da ABI e que morreu...

D.P. – Miranda?

V.B. – Não. Que morreu há pouco tempo. E depois dele teve um outro, também.

D.P. – Esse Miranda foi muito tempo, [inaudível].

V.B. – Foi. Não estou me lembrando agora, me escapou o nome dele.

D.P. – Certo.

V.B. – Então a Filomena colocou em pauta, assim como outros que estavam perdidos. Agora, a Comissão Estadual evitava, ela não queria ouvir os nossos depoimentos. Não queria. Por mais que nós tivéssemos pedido, como Fórum de Reparação e, depois, como Rede de Reparação, que houvesse uma chamada para aquelas pessoas cujos requerimentos estavam sendo apresentados, eles não acataram esse pedido. “Ah, não, tem que pedir... Quem tem que...” Olha só: “Quem tem que pedir desculpas é o Estado, a federação, o governo federal, ou o Estado; não nós”. Eles recusaram duas petições, para nós, fundamentais. Porque estávamos vendo que a Comissão de Anistia já estava fazendo o pedido de desculpas e, ao mesmo tempo, chamando e convocando os testemunhos. Não aceitaram. Então foi mais tenso, esse convívio com...

D.P. – E qual foi o outro? Não aceitaram o pedido de desculpas. E o outro?

A.D. – Foram dois pedidos fundamentais que não aceitaram.

V.B. – Dois pedidos fundamentais: um que foi a chamada dos requerentes para darem o seu depoimento, seu testemunho, durante algum tempo, como é feito na Comissão de Anistia, e o outro, que eles pudessem fazer o pedido de desculpas.

D.P. – E, na realidade, o seu testemunho aqui, o seu depoimento, a sua petição era só para provar que você teria sido presa nas dependências do estado do Rio de Janeiro, não é isso? Não tinha nada a ver com a tortura. Independia disso, não é?

V.B. – Não, não. As duas coisas foram colocadas: onde eu estive, o que aconteceu comigo na tortura...

D.P. – No seu caso, você coloca. Mas eles pediam isso, para você colocar isso? Ou era para provar que você foi presa, apenas.

V.B. – Não. Nós entendemos, desde a Comissão Estadual de Reparação, que havia que justificar o pedido. Como? Relatando o que se passou, onde estive e quem eram as pessoas que torturaram. Eram os três componentes. Então foi essa a orientação, por exemplo, que nós, nesse fórum, estávamos dando para todo mundo: falar sobre aquilo que passaram, onde estiveram e quem foram os algozes. Só que estavam com nomes trocados. Mas não importa. Colocaram: “Fulano estava com o nome trocado na lapela”, se colocava. Ou: “Estive num lugar que eu acho que é o DOI-Codi”, “Estive no Dops”, “Estive não sei aonde”.

A.D. – Mas vocês pensavam nisso já com essa dimensão de produção do registro?

V.B. – É.

A.D. – De denúncia.

V.B. – Não só como denúncia de quem eram as pessoas responsáveis, quem foram os torturadores, dando o nome dos torturadores... Inclusive, já estávamos fazendo o levantamento dos torturadores. A Ana e a Vânia fizeram uma listagem de torturadores, nessa época, em 2003. A Ana e a Vânia têm essa listagem. Então a gente estava preocupado com isso. Por quê? Porque a gente estava preocupado com a Justiça. Nós estávamos preocupados exatamente em como abrir processos na Justiça. Então estava sendo levantado.

D.P. – Tudo bem, essa era a preocupação de vocês, mas, estou dizendo, da Comissão de Reparação do Rio de Janeiro, o ponto não era exatamente esse, até onde eu sei, não é isso?

V.B. – Não.

D.P. – Era provar que você foi presa aqui nas dependências do Rio de Janeiro.

V.B. – Isso. A Comissão de Reparação do Rio de Janeiro foi muito lacônica, muito, muito, muito.

D.P. – Por isso que eu acho que tem que tomar cuidado, quando faz aquele levantamento como está sendo feito por aquele grupo. Porque, até onde eu sei, é isso. Quer dizer, é claro que algumas pessoas colocaram suas torturas, mas não era *a condição*, não é? Era uma coisa muito...

V.B. – Nós entendemos, quando lemos a lei e o decreto, que era preciso justificar, não só com os documentos como também pela descrição do que se passou: como foi, onde foi. Nós entendemos assim.

A.D. – E vocês encaram também... Quando a gente conversa sobre a Lei 9.140 e o trabalho da Comissão Especial e o trabalho... Não podia investigar, mas outros familiares não relacionados com... com familiares não relacionados no Anexo I da Lei... consideram que deixaram, de modo muito perverso, o ônus da prova nas mãos dos familiares. É possível fazer uma leitura dessa natureza para pensar também esse pedido de reparação? Porque vocês que tinham que juntar a documentação para fundamentar o requerimento. Você conhece casos de indeferimento porque não foi muito bem documentada a situação de perseguição?

V.B. – Sim. Conheço.

A.D. – É possível fazer esse paralelo?

V.B. – Eu acho que é pertinente, Angela. Porque, na verdade, quem apresenta a petição fica com o ônus da prova, com uma ausência de arquivos, na época, muito grande. O arquivo do Dops, por exemplo, tinha folhas e folhas rasgadas, a respeito da minha petição. Me mandaram folhas praticamente iguais e tinham folhas faltantes. E olha que é um arquivo que tem informação. Em Brasília, pedi para Brasília, para a Abin, só vocês vendo que coisa ridícula, ridícula! Na época, me mandaram uma coisa que parecia um certificado, um certificado que tinha assim: o emblema brasileiro, com umas coisas douradas. Parecia um diploma. E errado, ainda por cima, dizendo que eu tinha ido para Portugal, quando eu não tinha ido para Portugal. É uma excrescência de informação, mentirosa inclusive. E isso foi, de qualquer maneira, para lá, mas eu, de alguma maneira... Não sei se eu disse que não tinha ido lá. Mas não serviu para nada. Agora que você está falando nisso, me lembrei desse fato. Não sei nem se eu acrescentei na documentação aquela coisa horrorosa, porque era mentira. Então, em Brasília foi diferente, porque anos tinham transcorrido, já havia um cuidado muito maior da Comissão de Anistia em ouvir as pessoas, em dar a palavra, em pedir desculpas. O ritual era um outro ritual, muito diferente daqui do Rio de Janeiro. Porque nós insistimos, mas que não havia escuta. Como eu disse, no início, nem sequer conhecendo a dinâmica e as diversas forças políticas repressivas que estavam funcionando no DOI-Codi eles consideraram. Só com os documentos que nós apresentamos, entende? Então a escuta é uma escuta muito falha, muito desrespeitosa, muito desconfiada. Então isso foi sendo quebrado aos poucos, também. E eu acho que a Comissão de Anistia tem uma outra postura: tem um respeito muito grande por quem passou pelos horrores. Eles criaram uma equipe lá muito importante, muito importante no sentido de pessoas que reconhecem que é preciso ouvir, ter muito cuidado, muita paciência; a equipe dos consultores... dos conselheiros.

D.P. – Conselheiros.

V.B. – Dos conselheiros. Agora, isso não se dá com os funcionários lá da Comissão de Anistia. Porque nós recebemos muitas queixas de que, muitas vezes, se liga para a Comissão de Anistia e, no primeiro momento, recebem muito bem; no segundo momento, já estão quase desesperados e são ríspidos e dizem que não sabem; ou que não atendem o telefone. Muitas dificuldades. Agora, o nosso projeto, o Clínicas do

Testemunho, também fez um trabalho nesse sentido. Começou a fazer. Não sei muito claramente como se desenvolveu, mas, sabedores que os funcionários precisavam de alguma escuta, para poderem inclusive se sentir mais... Porque é aquele trabalho, não é? Para eles poderem inclusive saber do que é, o que essas pessoas passaram, foi feito, pelo grupo do Rio Grande do Sul, um trabalho lá com eles. Não sei quantas vezes foram. Mas essa é uma demanda da Comissão de Anistia para o Clínicas do Testemunho, que a gente possa fazer algumas intervenções com os funcionários, no sentido de poder ouvi-los e, ao mesmo tempo, trabalhar com eles a importância desse cuidado. Eles serem cuidados e, ao mesmo tempo, proverem cuidados. Foi o que nós fizemos, por exemplo, com os membros da Comissão Estadual da Verdade aqui, que nós ouvimos principalmente aqueles que estavam colhendo os testemunhos, que são os assessores. A gente ouvia os assessores, o impacto que eles tinham desses relatos terríveis, e a gente conversava com eles. Isso ameniza a força da violência que é depositada no outro, na escuta do outro. E como é que isso...? Alguém me perguntou, não sei se foi a Dulce ou você, Angela, me perguntou como é que foi essa questão comigo. Foi um processo de trabalho, também, analítico, e pelo meu interesse, também, em poder experimentar em um outro lugar essa escuta. Não sei se eu contei para vocês que em um dos primeiros seminários que eu fui sobre tortura lá na Argentina para profissionais da área psi, eu apresentei um trabalho e veio uma pessoa, se aproximou, muito comovida, e disse: “Ah, eu gostaria muito de trabalhar nisso. Sou psicanalista, mas sou ex-presa política”. Eu disse: “Eu também”. Entendeu? Mas é uma coisa que às vezes as pessoas não se veem nessa posição. Mas é possível estar nessa posição e ouvir e compartilhar com o outro aquilo que você viveu.

D.P. – Você estava contando que aí foi todo um trabalho que você teve que fazer com você mesma, para você entrar na Comissão de Reparação. É isso um pouco?

V.B. – Na Comissão de Reparação?

A.D. – Com o pedido.

D.P. – Do Rio de Janeiro, com o pedido.

V.B. – Do Rio de Janeiro?

D.P. – É. Você teve um sofrimento, teve alguma divisão?

V.B. – Para escrever...

D.P. – Não, primeiro, a decisão de entrar. Porque não é uma decisão fácil.

V.B. – A decisão de entrar foi uma decisão que foi sendo feita também ao longo do processo, em que eu me coloquei, inicialmente, na minha função de psicóloga, para ajudar as pessoas a falarem a respeito disso, e que isso também repercutiu em mim, no sentido de eu também me sentir mais afetada e encorajada para fazer. No caso da Comissão de Anistia foi outra situação. Porque os relatos que eu tinha da Comissão de Anistia eram da... “Ih! Foi uma coisa horrorosa!” “Nada está funcionando lá, está um samba do crioulo doido!” E já a Sonia, em 2008, quando me liga...

D.P. – Qual Sonia?

V.B. – A Sonia Goulart, que foi companheira também do BR.

A.D. – Do PCBR.

V.B. – É. E ela estava no grupo do Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro. E a Sonia disse: “Olha, lá, é outra coisa, muito diferente daqui do Rio de Janeiro. Lá, eles estão pedindo desculpas e, ao mesmo tempo, estão abrindo para a gente falar sobre o que a gente viveu”. Ela disse: “Eu fiquei muito emocionada. Você tem que apresentar teu processo lá.” Eu estava muito resistente a apresentar lá. Depois que a Sonia me falou, eu fui também a uma Caravana da Anistia. Foram os dois componentes que me estimularam a apresentar lá. Então já estava pronto, o requerimento já estava praticamente pronto, já tinha sofrido em escrever esses horrores, já tinha passado para o papel. E meio passo está dado, não é? Aí foi bom, foi muito importante ter ido na sessão de requerimento. A Ana Müller avisou com uma semana de antecedência, a gente agilizou tudo. Foi uma sessão também...

D.P. – Alguém da sua família foi assistir? Paulo foi?

V.B. – Não.

D.P. – Nem Paulo? Não foi?

V.B. – Foi num dia de semana, aquela coisa...

D.P. – Foi em Brasília?

V.B. – Foi em Brasília. Mas uma amiga minha foi.

D.P. – Foi em que ano mesmo? Em dois mil e...?

V.B. – Foi em 2010. Uma amiga foi. Uma amiga que estava morando em Brasília foi, e a Dodora também foi. A Dodora, que estava na época com o Combate à Tortura, a gente se conhecia, e ela não sabia que eu tinha sido ex-presença política, e aí para ela também foi uma surpresa.

D.P. – Achava que você era uma profissional só, da área psi normal.

V.B. – Normal. [risos]

A.D. – Fico só pensando no sumário de entrevista, como é que vai escrever isso.

D.P. – Aí você fez o depoimento lá. Aí você falou, não é?

V.B. – Falei. Falei e, ao mesmo tempo, também corrigi a conselheira que estava encarregada do meu processo, porque ela fez uma grande confusão com a minha volta para o Brasil e com o meu requerimento. Eu não pedia a reintegração na Faculdade de Farmácia, obviamente. Já tinha uma profissão outra, já estava fazendo outras coisas na

vida. Eu acho que ela leu muito ligeiramente. Então eu tive que retificar a orientação dela no pedido de reparação.

A.D. – E para esse pedido junto à Comissão de Anistia, você também teve que anexar documentos que comprovassem...? É obrigado? Ou você que optou por fazer isso?

V.B. – Não, eu entendi que tem que...

D.P. – É obrigado. Tem que levar.

V.B. – ...que tem que colocar a documentação toda. Tem tudo que ser provado. As instâncias oficiais... A grande novidade nesse país, da Comissão de Anistia, é justamente dar valor à palavra do testemunho. Porque até então isso não era... Por exemplo, aqui no estado...

A.D. – Era uma dinâmica cartorial só.

V.B. – É. Aqui no estado, por exemplo, não interessava a palavra daquele... A gente colocava porque...

D.P. – Aqui, você não falou, no Rio de Janeiro.

V.B. – Não.

D.P. – Você não falou. Nem tinha esse espaço. Você entregou, apenas.

V.B. – Eu falei uma vez nessa comissão, exatamente dizendo que nós queríamos que assim o fosse. Mas eles, quando examinaram o meu, não...

D.P. – Você não foi chamada. Não teve nada disso.

V.B. – Não.

D.P. – Você soube depois só, que você...

V.B. – Ninguém foi. Ninguém foi chamado para falar.

A.D. – Vera, aqui no pedido, em determinado momento, você menciona o período total, um somatório de muitas perseguições diferentes, inclusive seu período no exílio, como isso também tem uma violência simbólica muito grande. Essa determinação de um período é necessária? Ou essa foi uma opção sua? Por exemplo...

V.B. – O período de perseguição?

A.D. – É. “A contagem, para todos os efeitos, do tempo de perseguição e exílio, ou seja, oito anos e dois meses.” Isso é necessário? Ou foi uma opção sua com a Ana Maria e depois...?

V.B. – Ah! Acho que esse daí foi coisa da Ana.

A.D. – É uma expressão mais jurídica da coisa.

V.B. – É. Porque tem uma... E eles consideraram que eu fui perseguida mais tempo ainda, porque havia meu nome em um... Eu fui perseguida durante 11 anos. Porque aparecia meu nome em 1982...

A.D. – No Dops?

V.B. – Não, no Dops não. [Aparecia] em algum órgão aí. Não estou me lembrando agora qual.

D.P. – Como você sendo perseguida, acompanhada, vigiada?

V.B. – Vigiada. Até 1980 e tantos. Algumas pessoas foram até muito mais tempo. Então eles consideraram o período de perseguição maior ainda, só que a reparação econômica...

D.P. – Você recebeu a continuada ou a...?

V.B. – Não, a continuada não. Foi a prestação única. Mas eles consideraram um período mais longo. Fui perseguida até anos depois. Essa perseguição aí que foi colocada nesse período foi a Ana que colocou. Porque ela, sabedora...

A.D. – Das estratégias.

V.B. – ...das estratégias jurídicas...

A.D. – Eu queria fazer só mais uma perguntinha, que eu acho que tem a ver inclusive com esse novo edital e os novos trabalhos do Clínicas do Testemunho que vão se iniciar agora. Essas leis, a Lei 9.140, a lei que regulamentou na verdade o decreto, que depois regulamenta o trabalho da Comissão de Anistia, a lei que cria a Comissão Nacional da Verdade trabalha com um período que, muitas vezes, pode ser considerado um período inadequado para essas políticas de memória, verdade, justiça, reparação etc. Então, muitas vezes, é de 1946 a 1988, como a Comissão Nacional da Verdade; de 1961, inicialmente, até 1979; e depois a Comissão de Anistia vai ampliando; e depois acaba sem período específico. O que você pensa sobre isso? Você acha que deve ter um período concentrado no período da ditadura? Ou, se a gente está falando de violência do Estado, a gente simplesmente não coloca um período, um ano fim para se pensar essas questões?

V.B. – Isso você diz do ponto de vista do trabalho... da reparação simbólica, no Clínicas?

A.D. – Estou falando da clínica especificamente, mas se você quiser comentar de uma maneira geral... Por exemplo, a lei que cria a Comissão Nacional da Verdade foi um tanto polêmica por conta disso.

V.B. – Foi. Foi um dos pontos que a gente mais discutiu. Porque é como se houvesse uma diluição de um momento histórico do país que era preciso se ocupar dele. E

alargando de 1946 até 1988 diluiria no tempo a gravidade do que foi esse período de ditadura **no Brasil**. Nossa preocupação era essa. Mas eu acho que, de qualquer maneira, o resultado, na Comissão Nacional da Verdade, eles potencializaram realmente na época da ditadura: de 1964 a 1985. Isso foi uma questão que eles incorporaram de um outro jeito, mesmo que na lei tivesse essa extensão. Agora, do ponto de vista do trabalho clínico, nós temos sempre estado muito atentos à violência hoje como uma continuidade, como a permanência da violência do passado nos dias atuais, e somos batalhadores para que esse processo de reparação seja estendido para aquelas pessoas que estão sendo hoje atingidas, com uma reparação permanente. Agora, como a Comissão de Anistia tem esse mandato, tem aí uma... Acho que a Comissão de Anistia tem lidado bem com isso. Ela não se opõe... O discurso do Paulo Abrão já incorporou isso: ele tem falado sempre da violência do passado e do presente, e quando ele se refere... Tem várias entrevistas dele sobre o projeto Clínicas que ele fala do passado e do presente. Então ele já está lançando essa questão. Então eu acho que estabelecer... Como a violência no nosso país é uma violência que tem muitas ramificações e que vem de longa data, eu acho que merece ser levado em consideração o que há hoje. Certamente, fazer essa leitura dessa continuidade pode nos ajudar no presente, conhecendo o passado, para fazer algumas rupturas hoje, no presente, que possam ajudar a pressionar o Estado para assumir a sua responsabilidade no presente, em função do que houve no passado. Mas eu acho que a gente ainda está muito distante disso, de obter essa leitura um pouco mais consistente. Não a leitura, mas a disseminação para a população. A população ainda vê... Por exemplo, o trabalho do Ocupa Dops é um trabalho muito importante nesse sentido, porque a gente vai de lá para cá, e é uma intervenção que envolve muitos atores sociais, então, isso já mobiliza outros segmentos: é teatro, é música, é cinema, é dança, é Angel... Tem tudo ali, fazendo de tudo um pouco.

D.P. – Você acha que o entorno se mobiliza um pouco com essa questão? Ou fica uma questão...? O entorno ali é meio esquisito.

V.B. – O entorno é variadíssimo. Tem aqueles moradores de rua que se somam; tem aqueles bêbados, que chegam e ficam às vezes chateando; tem gente que passa e que fica olhando e que quer ver... O entorno, geralmente, como as atividades são feitas no

final de semana, não tem muita gente, mas quando é feito durante a semana, tem mais gente, porque tem batucada, tem capoeira, tem uma série de... E aí se panfleta, se discute, se abre o debate. Já levamos muita gente: a Jessie Jane já foi; pessoas que estão sendo atendidas pelo Clínicas; a Luciana, que você deve conhecer, a Luciana...

A.D. – Lombardo?

V.B. – [Luciana] Lombardo. Tem muita gente que está indo fazer parte dos debates. E agora, no dia 19 de novembro, a gente vai fazer uma atividade relacionada ao Movimento Negro. Vou mandar para vocês. Já está saindo o...

D.P. – O folderzinho.

V.B. – ...o folder. Nossa amiga aí, jovem, está convidada. Os jovens, os dois jovens.

D.P. – Está convidada. Pois é, podia fazer uma parceria com...

A.D. – Poxa! A gente não é jovem.

V.B. – Não, não. É claro... Vocês...

D.P. – Intermediários. Intermediários.

V.B. – É claro que são jovens. [risos]

D.P. – Aqui está escalonado. Vera, me diga uma coisa, e como é que você vê a continuidade desse trabalho da Comissão da Verdade? Além dessas coisas...

V.B. – Da Verdade?

D.P. – É. A Comissão da Verdade acabou. E aí? O que o Estado deve fazer? O que a gente deve pressionar o Estado? Você acha que tem que ter outra comissão? Como é que fica a questão da punição? É claro que a gente sabe que várias coisas disseminaram

a partir daí. Quer dizer, já vinham antes, mas você tem várias comissões em universidades, as comissões estaduais, comissões em sindicatos. Tudo bem, mas e aí? Nacionalmente... E agora vocês também vão encerrar seus trabalhos, não é? Então, como é que você vê, do ponto de vista do Estado?

V.B. – Encerrar e começar, se tudo der certo. Porque aqui, hoje, a gente vive cada dia um dia. Se tudo der certo, se retoma o trabalho em janeiro. Acho que em dezembro... Até dezembro, eles fazem a colocação nas contas. Esse novo edital...

D.P. – Não, mas eu digo do ponto de vista do Estado. Você acha que vai ter uma nova Comissão da Verdade, ou com outro nome, nos estados e nacional?

V.B. – Não, eu não sei se vai haver. Eu não vejo essa discussão acontecer.

D.P. – Pois é. Minha pergunta para você é essa: qual o desdobramento...? Teve uma Comissão da Verdade, cumpriu uma etapa do processo, ficou muito por fazer ainda. Inclusive tem a questão da Justiça. Então eu te pergunto: você acha, ou tem alguma discussão, ou você... Sua opinião sobre isso, você acha que devia ter...?

V.B. – Eu acho que, em primeiro lugar, que os aportes que as comissões estaduais podem dar, estarão dando – pelo menos, aqui do Rio, certamente dará – para aquilo que na comissão nacional não pôde ser realizado... Eu vejo pelos trabalhos que vocês estão desenvolvendo. São vários grupos de pesquisa. O esforço da comissão estadual é investigar mais questões, porque ficaram lacunas na nacional. Eu vejo que isso pode vir... abrir mais esse leque de...

D.P. – Mas como, se o trabalho vai acabar agora? Eles acabam o mandato **deles**.

V.B. – Sim, eles acabam agora em dezembro.

D.P. – É, em dezembro encerrou. Aliás, já estão na fase do relatório. O que tinha que ser investigado, digamos, já foi. E aí?

V.B. – Estão todas elas terminando.

D.P. – Certo.

V.B. – Esse aporte vai ser acrescido ao trabalho da Comissão da Verdade lá no Arquivo Público. Se a sociedade civil não se mobilizar em torno das recomendações, evidentemente que vai tudo ficar na papelada. O que é uma lástima, é uma perda de tempo. Agora, eu vejo, pelos grupos que eu tenho circulado, que há uma preocupação nesse sentido. Nós, aqui do Rio, pelo Coletivo, estamos com essa preocupação, tanto é que a gente está dizendo: “Vamos lá, vamos pegar essa recomendação, vamos pegar aquela recomendação, vamos ver...”. Aqui no Rio, nós entramos, em 2013, com uma petição junto ao Ministério Público, ao Grupo de Justiça de Transição, cinco ex-presos políticos, entramos com uma petição de representação.

A.D. – Qual é o objetivo?

V.B. – O objetivo é: pedir que eles façam um processo para que haja um reconhecimento da tortura e que as pessoas que nós apontamos como torturadores possam ser chamadas pela Justiça, como fizeram os familiares. Nós fomos alguns ex-presos políticos que, no ato público de lançamento da campanha Ocupa Dops, nós apresentamos publicamente. Foram poucos ex-presos políticos.

D.P. – Quais foram os presos que **fizeram**?

V.B. – Eu; Ana; Marcos; Paulo; e...

D.P. – Marcos...?

V.B. – Marcos Arruda. Marcos Arruda e...

D.P. – Paulo...?

V.B. – Paulo Cesar Ribeiro. E mais uma pessoa.

A.D. – Está faltando um, não é?

V.B. – Está faltando um.

D.P. – Que é o grupo de vocês, não é? Ou não?

V.B. – É o grupo.

D.P. – Porque o Marcos também... O Marcos não é.

V.B. – O Marcos é próximo.

D.P. – É próximo, não é?

V.B. – Mas é o nosso grupo.

D.P. – Mas o Paulo está no grupo; a Ana; você...

V.B. – E acho que foi o Newton. Acho que foi o Newton.

A.D. – Newton Leão Duarte?

V.B. – É. Então, a gente entrou com esse... Agora eu estou em dúvida se foi o Newton. Não me lembro agora quem foi o outro. Mas eu estive com o Suiama agora há pouco tempo, numa das audiências lá na Comissão Estadual da Verdade, rapidamente, e eu disse: “Olha, nós estamos com esse material lá”. Ele disse o seguinte... Eu disse a ele que a gente queria conversar com ele sobre isso e ele disse: “Tudo bem, vamos conversar sim. Mas já te antecipo que no caso de tortura é mais complicado, porque a lei, aqui no Brasil, é uma lei posterior. Mas, de qualquer maneira, a gente pode ver como fazer etc. e tal”.

D.P. – Qual lei que é posterior, que ele está falando?

V.B. – A lei contra a tortura.

A.D. – É de 1997.

D.P. – Ah, está [certo]. Então é posterior à ditadura.

V.B. – É [posterior] à ditadura. Mas isso, eu acho que a gente tem que fazer uma campanha... Nós perdemos um pouco o fôlego, porque a gente fica envolvido com a culpa, com não sei o que, com não sei o que lá. Então isso daí está meio em banho-maria. A gente tem que retomar o contato com o Ministério Público para ver de que maneira a gente pode encaminhar e chamar mais gente, fazer um ato público para pressionar na área de justiça. Porque toda a nossa ênfase... Sempre evidenciamos a importância da Comissão Nacional da Verdade... Da verdade. Nunca entendemos que essa comissão tivesse a missão de justiça. Porque, nesse país, justiça está... é alguma coisa que... Nós sabemos que, em 2010, aquele Supremo é capaz de fazer o que fez, de recusar uma reeleitura da Lei da Anistia, então, nós não podemos ficar chovendo no molhado. Então, vamos apoiar as comissões estaduais, a comissão nacional, pressioná-la para avançar nessa investigação, cobrar que façam os relatos sempre evidenciando os crimes que foram cometidos e por quem foram cometidos. Isso foi a nossa demanda, a nossa demanda pública para as comissões: locais de tortura; nomes dos algozes, dos mandantes, dos executores. A gente quer entrar na Justiça. Então isso foi uma demanda do movimento.

D.P. – Eu quero falar sobre a Comissão da Verdade, os desdobramentos.

A.D. – Então continua falando, [inaudível] outro assunto.

D.P. – **O ponto** é o seguinte: iniciativas, grupos estão fazendo coisa etc. Quero saber se você ou o grupo a que você está ligada, os grupos a que você está ligada estão querendo propor alguma coisa para o Executivo. Porque as comissões vão encerrar agora. A nacional já encerrou, as estaduais estão encerrando e, assim, imagino que também as dos sindicatos. E aí? O Executivo deve criar um novo instrumento para pensar, por

exemplo, na questão da justiça, ou até para continuar coisas que não consegui acabar? Ou você acha que não tem mais como o Executivo... sair leite dessa pedra, digamos assim. Você acha que tem que ter uma outra comissão, o nome que seja?

V.B. – Eu acho que deve haver continuidade dessas investigações; que outra comissão... Nós estamos há anos pedindo uma outra Comissão Estadual da Reparação, porque muita gente ficou de fora. E Comissão Nacional da Verdade, a gente sempre teve a ideia de que deveria haver um segmento desse processo de investigação. A Comissão Estadual da Verdade idem. Porque, em um período tão curto de tempo, de dois anos, com condições às vezes tão limitadas de trabalho, sem recursos, com dificuldades até das instalações físicas, evidentemente que o trabalho é o trabalho que foi possível. Mas o meu amigo... Eu sempre... Adoro essa frase do Boal. Ele dizia assim: “A arte de fazer política não é fazer o possível, mas sim tornar possível o que é necessário fazer”. Eu acho genial isso. Porque é isso que a gente tem que fazer, é tornar possível o que é necessário fazer. E evidentemente que a gente tem que montar algumas estratégias de pressão, pressão para que essa justiça possa, agora, com o resultado das comissões, com os nomes dos algozes... Mas com esse quadro político que nós estamos tendo, também... Arrefece um pouco os ânimos. Eu digo isso porque eu estou vendo que as mobilizações estão muito limitadas, muito limitadas. Felizmente, as mulheres foram para a rua dois dias atrás. Eu fiquei super encantada com essa questão dessa mobilização. Estava até falando para a Angela que eu nem sabia que isso ia acontecer. Nem tinha condições de ir, também, mas só o fato de a gente saber que vai acontecer... É muito importante que possa haver essa pressão. Tem que haver uma pressão nesse sentido. Tem um organismo que foi criado um pouco antes da Comissão Nacional da Verdade ser instalada, ou durante ela, que se chama Movimento Memória, Verdade e Justiça, que é uma rede. É uma rede que funciona a meio vapor, a meu ver. Porque entre esse campo de ex-presos políticos há muita disputa, então, há uma coisa muito... Por exemplo, vou dar um exemplo para vocês, uma situação agora que aconteceu no Rio Grande do Sul, do comandante que fez uma homenagem ao Ustra. Evidentemente que todo mundo ficou de cabelo em pé com isso, e aí, nessa rede, quando apareceu essa notícia, alguns dissemos: “Bom, a gente tem que, pelo menos, fazer uma nota”. Aí o outro diz: “Não. O Estado que tem que fazer”. “Ah, não, porque o Paulo Abrão já fez.” “Ah, porque...” Aí a rede, a rede que... Digamos, a direção da rede, provisória, disse: “Ah, não, estamos

esperando, os filhos que vão fazer”. Entende? Tem aí uma coisa que não está muito engrenada, que não está articulada, que está... Aí eu disse para uma das pessoas, que foi o Pedro Pomar, que disse “é, seria interessante fazer”, eu disse: “Pedro, faz a nota”. Ele escreve bem. Ele fez uma nota ótima. Ótima. Aí chega uma pessoa que diz: “Ah, mas a Rede Brasil já fez uma nota. A gente não pode dividir”. Eu digo: não é questão de dividir. Se tem duas notas, se tem três, se tem dez, se tem vinte, vamos lá! A gente tem que botar o bloco na rua. Não pode ficar esperando uma unidade de algo que não foi construído na unidade. Essa unidade não existe. Nesses anos, não se conseguiu essa unidade. Então, se tem aqui uma iniciativa e se essa iniciativa é boa, a gente vai junto. Se tem outra iniciativa que a gente não gosta, alguns irão, mas outros não irão. Então é um pouco isso, é criar essa mobilização que seja capaz de ir aglutinando aos poucos e que possa congrega uma diversidade. Mas não é todo mundo junto. Aí, pronto... O ano que vem, talvez se possa fazer alguma coisa.

A.D. – Vera, essa questão da justiça, o que é justiça e como fazer justiça, e com relação aos torturadores, aos assassinos etc., apareceu de formas muito diferentes – pensando pragmaticamente o que significa justiça. Algumas pessoas dizem que sim, que querem que essas pessoas sejam julgadas, condenadas e que vão para a cadeia; outras dizem que essa ideia de punição tem muito mais sentido, por exemplo, como a atuação dos levantes da juventude, a exposição pública dessas pessoas, uma ideia de que a sociedade precisa conhecer o que eles fizeram e que uma punição talvez administrativa fosse o mais indicado, uma vez que já passou tanto tempo etc. Como é que você se posiciona nesse debate? Você acha bom que eles sejam julgados, que o Judiciário tome conta disso?

V.B. – Eu tenho dúvidas. Tenho dúvidas e tenho falado com as pessoas... Falei com a Rosa a respeito disso, quando ela estava assumindo a comissão. Ela me perguntou: “O que você acha que seria um ponto de pauta importante para a gente debater?”. Eu disse: “Olha, eu acho que uma das questões que está muito pendente no nosso circuito é uma clareza maior em relação à justiça”. Fizemos alguns debates lá no Coletivo – um deles, junto com o Iser, que, na verdade, foi que puxou esse debate –, trazendo gente da linha do abolicionismo e gente que não é dessa linha. Mas foi um debate preliminar: importante, mas ainda muito incipiente. Eu tenho lido alguns autores, tenho trabalhado

com alguns autores, como Reyes Mate, que é um filósofo espanhol, que é um cara muito interessante, que fala da memória da injustiça. E eu temo muito pelo sistema que nós temos hoje de punições, no mundo que a gente vive e no Brasil, que a lógica é a lógica punitiva. Então eu acho que esse debate está em aberto. [Há] muitos companheiros que defendem a justiça no sistema penal, no sistema penal de justiça. Eu acho que a Argentina tem avançado muito nesse campo, com todos os processos. Eles defendem veementemente esse sistema. Aqueles países... Tenho sabido também de estudos, por exemplo, da Kathryn Sikkink, que é uma professora de Minnesota que fez um estudo em 40 países sobre o impacto dos regimes totalitários e das guerras nesses países e quem... Os países que tomaram medidas de punição para os algozes, eles hoje têm um padrão de violência muito menor do que aqueles que não tomaram. Tem estudos que podem acompanhar e mostrar esses efeitos. São estudos. Agora, eu não tenho uma posição muito clara em relação a isso. Eu preciso ler mais, estudar mais, debater mais. E o foco do debate que eu tenho participado tem sido muito mais o da memória e da verdade, em função da minha prioridade de atuação, porque no campo da clínica o tema da memória e da verdade é fundamental. Então o problema da justiça aparece muito – nós, como militantes, estamos sempre puxando o tema da justiça –, mas sem termos, ainda, uma visão mais clara do que seria melhor, qual o tipo de justiça que nós achamos que seja melhor, que a gente coloque como...

A.D. – Uma demanda.

V.B. – É, como uma demanda.

D.P. – Ou seja, só para deixar claro, a impunidade, nem pensar, não é?

V.B. – É.

D.P. – Agora, que tipo de justiça deveria ser feita...

A.D. – O modo de fazer a justiça.

D.P. – O modo de fazer a justiça, não é?

V.B. – É, exatamente. O modo de fazer a justiça é que não está claro.

D.P. – Não está claro. Agora, não queremos a impunidade.

V.B. – Porque não é aderir à justiça tradicional da justiça penal. Não é aderir a isso. Porque nós sabemos que o sistema de punição é muito violento e o sistema penitenciário é um descalabro, então, é violar os direitos humanos. Então, quem está nesse campo reiterar a violação através do envio para o sistema penitenciário é muito complicado. É nesse sentido que eu acho que esse debate é um debate que tem que avançar. Ainda não avançamos, aqui no Brasil.

D.P. – Bom...

A.D. – Vera, você gostaria de colocar mais alguma coisa?

V.B. – Acho que não. Depois de [inaudível].

A.D. – Depois de todas essas horas de conversa. [risos] Então nós só temos a agradecer muito...

V.B. – Obrigada.

A.D. – ...a sua gentileza em vir conversar com a gente.

V.B. – Para mim é um prazer. Foi um prazer. Me ajuda também a pensar essas coisas; a repensar outras, não é? Eu acho que esses encontros são muito férteis, muito valiosos, para a gente poder criar mesmo essa... criando esse diálogo, ir mais a fundo nas coisas que a gente faz.

D.P. – Para você que estuda a memória é interessante, porque é uma... A gente vai puxando coisas nessa conversa que... Está bom. Super obrigada.

A.D. – Obrigada, **mesmo**.

V.B. – Obrigada a vocês por terem me convidado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]